

Relatório Anual : 2005



energias do brasil



**Nossa energia faz parte
do sorriso de milhões
de brasileiros.**



O sorriso, uma das mais básicas e universais formas de comunicação, é a nova marca do nosso grupo.

“O sorriso da Energias do Brasil simboliza tudo aquilo que queremos transmitir, numa atitude e num comportamento de servir, com um sentimento permanente de alegria, àqueles de quem e para quem vivemos.”

(Antônio Martins da Costa - Diretor Presidente da Energias do Brasil)

Por meio de nossa energia, estamos empenhados em arrancar o sorriso de milhões de brasileiros: nossos clientes, investidores e colaboradores.

Perfil

A Energias do Brasil é uma *holding* que detém investimentos no setor de energia elétrica, consolidando atividades de geração, comercialização e distribuição em quatro importantes Estados do Brasil – São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

A capacidade instalada atual de geração do grupo, de 531 MW, passará a 1.043 MW ao longo de 2006, com a conclusão de três projetos, destacando-se a Usina Hidrelétrica Peixe Angical (452 MW), no Rio Tocantins. Em 2005, a Energias do Brasil distribuiu 23,1 mil GWh de energia elétrica, atendendo cerca de 3,0 milhões de clientes, o que representa quase 10 milhões de habitantes.

Em distribuição, controla integralmente as empresas Bandeirante Energia S.A. (Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo), Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – Escelsa (Estado do Espírito Santo) e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – Enersul (Estado do Mato Grosso do Sul).

Na comercialização, por meio de sua controlada Enertrade Comercializadora de Energia S.A., é um dos agentes mais ativos do dinâmico mercado livre de energia, em que comercializou 6,4 mil GWh, em 2005.

Em geração, participa dos seguintes empreendimentos:

- EDP Lajeado Energia S.A. – Empresa detida a 59,93%, que administra a participação da Energias do Brasil (27,65% do capital votante) na Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), no Tocantins.
- Enerpeixe S.A. – Participação de 60% na empresa que constrói o Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Peixe Angical, no Tocantins, em sociedade com Furnas Centrais Elétricas S.A. (40%). A usina deverá entrar em operação no mês de maio de 2006.
- Energest S.A. – *Subholding* da Energias do Brasil que controla ativos de geração oriundos do processo de desverticalização da Escelsa e Enersul, detendo 15 usinas com potência total instalada de 277 MW.

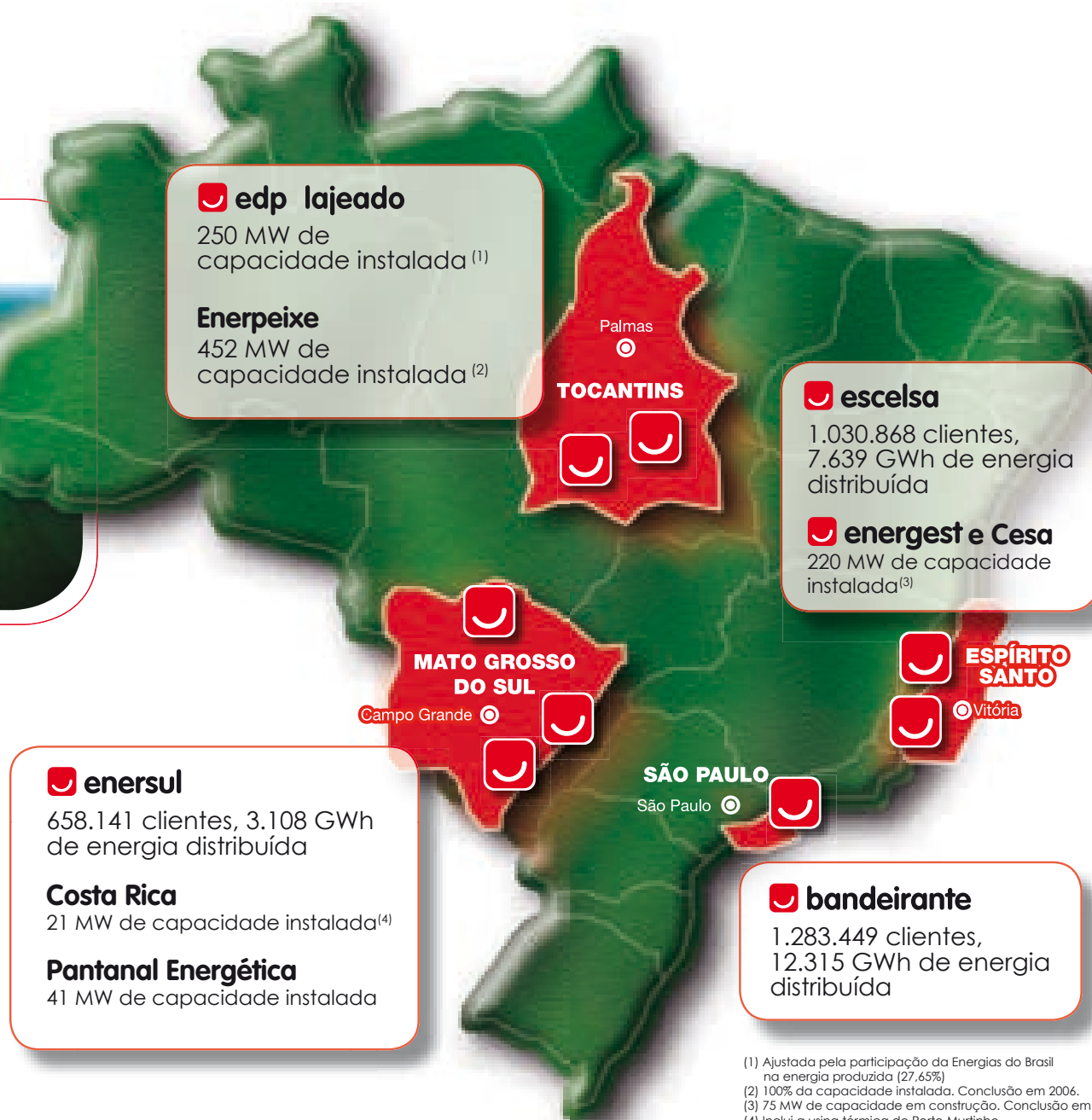
Controlada pela EDP – Energias de Portugal, uma das maiores operadoras europeias do setor elétrico, a Energias do Brasil abriu seu capital no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, em julho de 2005, aderindo aos mais elevados padrões de governança corporativa. Mantém apenas ações ordinárias com direito a voto e concede *tag along* integral a seus acionistas.

Em 2005, sua receita líquida cresceu 17,1%, para R\$ 4,3 bilhões, com EBITDA (resultado antes de juros, impostos, depreciação e a amortização) de R\$ 912,6 milhões, 17,7% superior ao apresentado em 2004, e lucro líquido de R\$ 439,4 milhões, 311,1% acima do ano anterior. O valor adicionado foi equivalente a R\$ 3,6 bilhões, distribuído entre governo e sociedade (63%), empregados (6%), financiadores (18%), acionistas (4%) e lucro do exercício após dividendos (8%). No final do ano, mantinha 3.461 colaboradores diretos.

EDP no Brasil



Usina de Peixe Angical

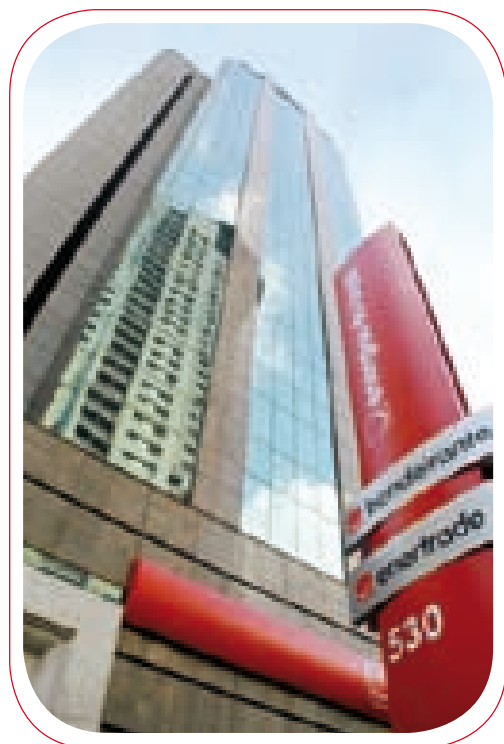


(1) Ajustada pela participação da Energias do Brasil na energia produzida (27,65%)

(2) 100% da capacidade instalada. Conclusão em 2006.

(3) 75 MW de capacidade em construção. Conclusão em 2006.

(4) Inclui a usina térmica de Porto Murtinho



Sede em São Paulo - SP

Visão, Missão e Valores

Visão

Ser uma das empresas líderes do setor energético brasileiro, com foco na criação de valor e na sustentabilidade.

Missão

Atuar no setor energético brasileiro com padrões de excelência no serviço aos clientes, proporcionando retorno aos acionistas, valorizando os colaboradores e exercendo a responsabilidade social corporativa.

Valores

Respeito – Aos clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas, comunidades e meio ambiente;

Eficiência – Aportar valor aos clientes, colaboradores e acionistas, gerando e implementando soluções inovadoras e de qualidade;

Transparência – Tornar a transparência um valor integrado à cultura das empresas do grupo, na relação com clientes, colaboradores, acionistas e entidade reguladora;

Rigor – Adotar o rigor como regra geral de atuação e base de decisão;

Ética – Cumprir os mais altos padrões de ética em todas as ações.



Energias de Portugal (EDP)

A Energias de Portugal está entre os grandes operadores europeus do setor da energia, sendo o terceiro maior grupo energético da Península Ibérica e o maior conglomerado industrial português. A EDP é a única companhia do setor de energia ibérico com atividades de geração, distribuição e comercialização em Portugal e na Espanha – onde detém o controle do quarta maior elétrica, a Hidrocantábrico. Além da eletricidade, a EDP tem uma presença relevante no setor do gás na Espanha, com a Naturgas, e em Portugal, com a Portgás, segunda maior empresa desse segmento no país. A EDP atua com forte presença no mercado de eletricidade no Brasil, além de Cabo Verde e Macau. Em 2005, os negócios consolidados do Grupo EDP proporcionaram uma receita de € 9,7 bilhões, EBITDA de € 2,5 bilhões e lucro líquido de € 1,1 bilhão. Em todo o mundo, a EDP emprega diretamente 14.235 pessoas.

EDP no mundo



Principais indicadores

Consolidado	2003	2004	2005	Variação % 05-04
Resultados (R\$ milhões)				
Receita bruta	4.386,5	5.107,6	5.862,7	14,8
Receita líquida	3.329,3	3.692,1	4.323,2	17,1
Gastos gerenciáveis e não gerenciáveis	2.765,6	3.143,2	3.650,4	16,1
Resultado do serviço (EBIT)	348,2	548,9	672,8	22,6
EBITDA ⁽¹⁾	563,7	775,2	912,6	17,7
Resultado financeiro	56,8	-270,4	-282,6	4,5
Resultado antes de impostos	126,7	237,1	449,0	89,4
Lucro líquido	-189,5	106,9	439,4	311,1
Margens (%)				
Margem EBITDA (EBITDA/Receita líquida)	16,9	21,0	21,1	0,1 p.p.
Margem líquida (Lucro líquida/Receita líquida)	-5,7	2,9	10,2	7,3 p.p.
Financeiros				
Ativo total (R\$ milhões)	6.656,8	7.761,9	8.955,4	15,4
Patrimônio líquido (R\$ milhões)	1.241,9	1.368,8	3.509,8	156,4
Participação de minoritários (R\$ milhões)	569,6	844,2	579,1	-31,4
Dívida líquida (R\$ milhões) ⁽²⁾	1.955,5	2.344,7	1.709,8	-27,1
Dívida líquida/Patrimônio líquido (vezes)	1,6	1,7	0,5	-1,2x
Dívida líquida/EBITDA (vezes)	3,6	3,0	1,9	-1,1x
Investimentos (R\$ milhões)	462,8	1.051,2	1.150,7	9,5
Ações				
Nº de ações (mil)	-	-	165.017	-
Lucro líquido por ação (R\$)	-	-	2,66	-
Preço de fechamento da ação – ON (R\$)	-	-	27,39	-
Valorização no ano (%)	-	-	52,2	-
Capitalização de mercado (R\$ milhões)	-	-	4.519,8	-
Operacionais				
Distribuição				
Energia distribuída (GWh)	21.426	22.396	23.061	3,0
Energia vendida a clientes finais (GWh)	17.890	16.956	15.863	-6,4
Residencial	4.200	4.387	4.553	3,8
Industrial	8.626	7.433	6.112	-17,8
Comercial	2.481	2.595	2.758	6,3
Rural	761	739	757	2,4
Outros	1.822	1.802	1.682	-6,7
Suprimento convencional (GWh)	348	317	302	-4,6
Energia em trânsito (GWh)	3.167	5.104	6.874	34,7
Consumo próprio (GWh)	21	19	22	15,8
Preço médio da energia vendida aos clientes finais (R\$/MWh) ⁽³⁾	170,77	204,82	234,21	14,3
Energia comprada (GWh)	20.535	19.554	20.371	4,2
Perdas técnicas e comerciais (GWh)	2.540	2.907	3.475	19,5
Perdas técnicas e comerciais (%)	10,6	11,5	13,1	1,6 p.p.

	2003	2004	2005	Variação % 05-04
Geração				
Energia gerada (GWh) ⁽⁴⁾	2.477	2.643	2.756	4,3
Comercialização				
Venda de energia (GWh)	2.737	4.849	6.379	31,6
Desempenho e Qualidade				
Número de clientes (mil)	2.896	2.896	2.972	2,6
Energia distribuída por cliente (MWh)	7,4	7,7	7,8	0,3
Número de colaboradores	3.610	3.484	3.461	-0,7
Produtividade (MWh/colaborador)	5.935	6.428	6.663	3,6
Nº de clientes/colaborador	802	831	859	3,4
Ambientais				
Investimentos em meio ambiente (R\$ milhões)	11,3	20,6	138,1	570,4
Sociais				
Investimentos sociais (R\$ milhões)	0,8	3,3	6,4	93,9

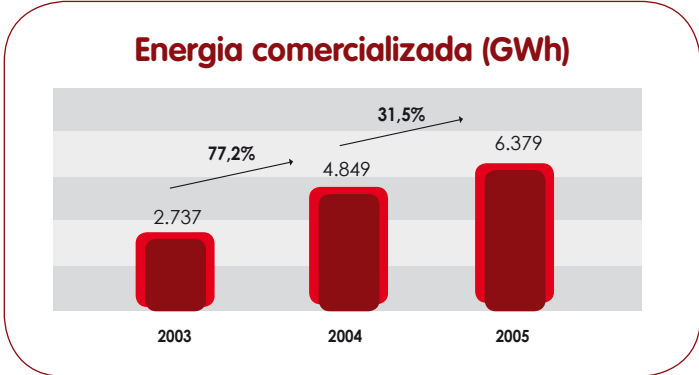
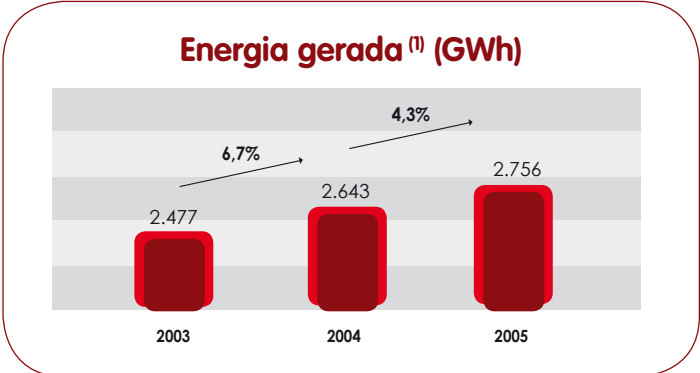
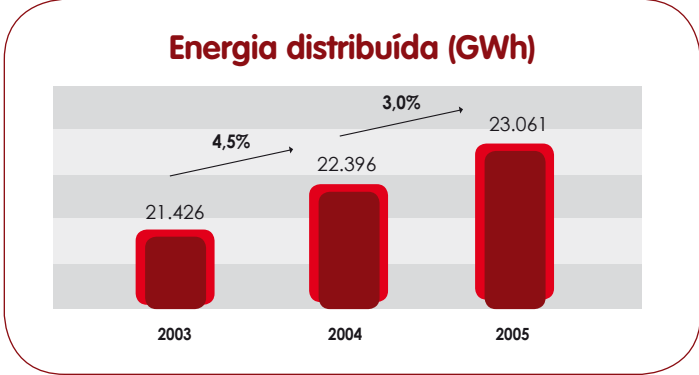
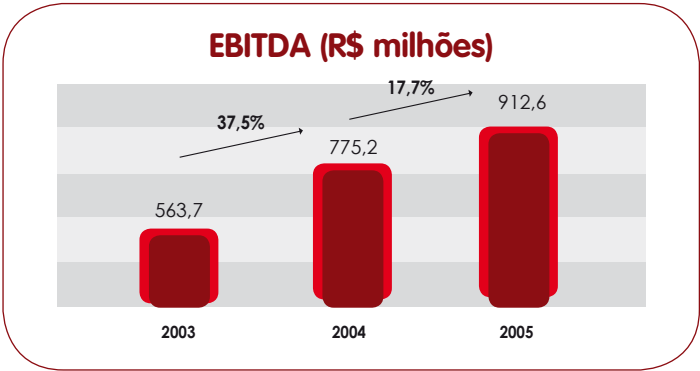
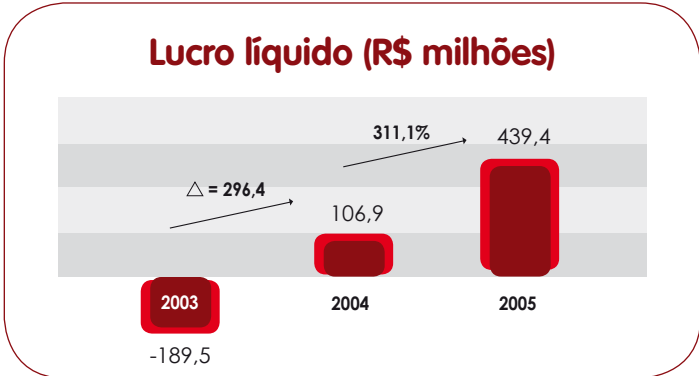
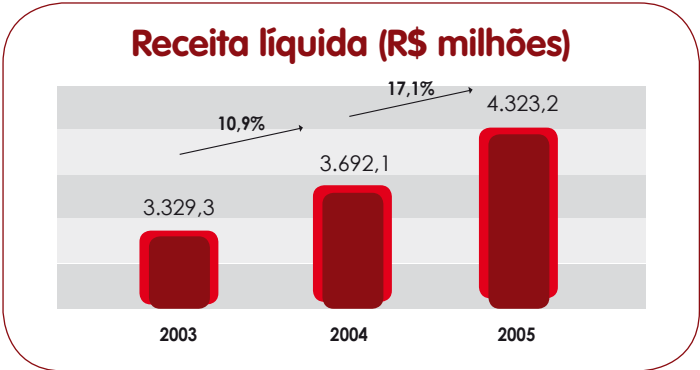
⁽¹⁾ EBITDA = Lucro antes de impostos, juros, depreciação e amortização

⁽²⁾ Dívida Líquida = Dívida bruta – caixa e valores mobiliários – saldo líquido de ativos regulatórios

⁽³⁾ Preço médio da energia vendida aos clientes finais = receita faturada dos clientes finais / volume de energia vendida aos clientes finais

⁽⁴⁾ Em 2003 e 2004 exclui o volume produzido de 167 GWh e 236 GWh, respectivamente, pela Fafen Energia S.A. usina alienada em dez/04.

As informações contábeis apresentadas neste relatório são advindas das demonstrações financeiras auditadas



⁽¹⁾ Em 2003 e 2004 exclui o volume produzido de 167 GWh e 236 GWh, respectivamente, pela Fafen Energia S.A. usina alienada em dez/04.

Sobre o relatório

As informações deste relatório englobam os aspectos econômicos, sociais e ambientais da operação da companhia em 2005. A elaboração do documento procura seguir as recomendações da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) para a preparação de relatórios anuais e foi orientada ainda pelo Pacto Global (Global Compact), que defende a observância de dez princípios universais, englobando direitos humanos, direitos fundamentais no trabalho, meio ambiente e práticas anticorrupção.

Foram também observados os indicadores da Global Reporting Initiative (GRI) que se aplicam aos oito Princípios de Desenvolvimento Sustentável do Grupo Energias de Portugal. A GRI é uma entidade internacional que desenvolve e dissemina orientações sobre relatórios de desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentáveis.

Em decorrência da reestruturação societária realizada em 2005, este relatório não apresenta séries históricas de todos os indicadores quantitativos, levantamento que só foi procedido nos aspectos operacionais e financeiros. E, como ainda estão em elaboração os planos de sustentabilidade da Energias do Brasil, alguns itens são apenas parcialmente abordados.

As informações de caráter econômico-financeiro, apresentadas a partir da página 123, foram auditadas pela empresa KPMG.

Informações adicionais podem ser obtidas em www.energiasdobrasil.com.br

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

A Oferta Pública de Ações (IPO) destinada ao mercado de capitais brasileiro e internacional, no valor total de R\$ 1,2 bilhão, foi o acontecimento marcante da atividade da Energias do Brasil no ano de 2005.

Realizou-se o objetivo polarizador de um trabalho longo e profundo de reorganização interna, aumento de eficiência, otimização de processos e posicionamento estratégico do grupo Energias do Brasil. Com isso, fechou-se um ciclo e deu-se início a uma nova fase de desenvolvimento empresarial potencializada pela parceria com o mercado de capitais.

As transformações e o desenvolvimento do setor elétrico no Brasil proporcionarão oportunidades que a Energias do Brasil estará agora mais apta a capturar, com valor para esse setor e para os seus acionistas.

A mudança do nome para Energias do Brasil e a atualização da imagem da companhia foram os aspectos exteriores mais marcantes do percurso até ao IPO, vincando a característica de empresa nacional brasileira, ao mesmo tempo em que manifesta a sua ambição de consolidar posição como uma das referências do setor elétrico do país.

A Energias do Brasil sofreu também importantes mudanças na estrutura dos órgãos societários, passando a ter uma governança corporativa com os mais elevados padrões. O Conselho de Administração aumentou o número de membros de cinco para nove, com a entrada de personalidades independentes e de representantes dos acionistas minoritários. Além da ampliação do número e da representatividade de acionistas no Conselho de Administração, foram constituídos os comitês de Auditoria, Supervisão e Remuneração, com a responsabilidade de acompanhar de forma estrita a atividade da empresa. Destacaria, em particular, o Comitê de Auditoria, presidido por um dos membros independentes do Conselho de Administração, e no qual o acionista controlador indica apenas um dos seus membros.

O resultado líquido atingiu o valor de R\$ 439 milhões, o que significa um aumento de 311%, em comparação ao ano anterior. É um bom resultado, que confirma a expectativa de ganho de eficiência e geração de valor apresentada ao mercado de capitais.

O investimento do grupo totalizou R\$ 1,1 bilhão, destinado à continuação do plano de modernização e desenvolvimento das nossas distribuidoras – o que inclui o programa Luz para Todos, cujo alcance abraçamos desde a primeira hora – e à continuação da construção do AHE Peixe Angical, a maior obra do setor em curso no Brasil. Outro destaque foi o montante de R\$ 138 milhões dedicado à área de meio

ambiente, o que demonstra a preocupação da Energias do Brasil em garantir não só o cumprimento das obrigações legais, mas também seu compromisso perante a comunidade. As ações de responsabilidade social, majoritariamente realizadas pelas nossas distribuidoras nas respectivas áreas de concessão, receberam investimentos de mais de R\$ 6 milhões.

Por tudo quanto se fez de muito positivo neste ano de 2005, desejo dedicar um grande elogio a todos os colaboradores da Energias do Brasil, que, pelo seu empenho, esforço e entusiasmo, contribuíram para colocar a companhia nessa trajetória de progresso.

Uma palavra também da maior estima e apreço dirigida aos meus colegas, membros do Conselho de Administração, que, com o mais elevado sentido construtivo e competente experiência, deram uma contribuição válida para orientar a gestão da companhia nesse período relevante de início da sua exposição ao mercado de capitais. Essa referência é por inteiro extensiva à Diretoria da Energias do Brasil, que concretizou em resultados uma estratégia ambiciosa e exigente.

A terminar esta mensagem, e tendo presente que este é o primeiro ano em que o grupo empresarial encabeçado pela Energias do Brasil assume a responsabilidade de estar presente no mercado de capitais como empresa cotada no Novo Mercado da Bovespa, quero agradecer a todos os senhores acionistas a confiança que depositaram em nossa capacidade de criar valor.

Jorge Godinho

Presidente do Conselho de Administração

**Elevados padrões
de governança e
ações listadas no
novo mercado**



Mensagem do Diretor Presidente

Num ano caracterizado por um crescimento moderado da economia, pela continuada queda do risco-país e da inflação, pela valorização do real e em que a demanda de energia cresceu 4,6%, a Energias do Brasil teve um desempenho assinalável em todos os aspectos.

De fato, durante 2005 conseguimos desenvolver e executar um conjunto de iniciativas que permite encarar o futuro com redobrado otimismo e caracterizar, hoje, a Energias do Brasil como uma das empresas de referência do setor elétrico. Temos um projeto de desenvolvimento claro, solidez financeira e abrimos o capital da empresa em bolsa (Novo Mercado da Bovespa), cumprindo com os mais altos padrões de governança corporativa, de acordo com as melhores práticas internacionais.

Vale a pena, pois, recordar os passos mais importantes dados durante 2005:

- Reestruturação societária do grupo, com a migração dos acionistas minoritários das distribuidoras para a *holding*, seguida da desverticalização dos ativos de geração e de distribuição;
- Mudança de nome da companhia para Energias do Brasil e conseqüente mudança de imagem, incluindo a de todas as empresas que a compõem;
- Realização da oferta pública de ações (IPO) nacional e internacional e de capitalização de dívida, no valor total de cerca de R\$ 1,2 bilhão;
- Instituição de um modelo de governança corporativa alinhado com as melhores práticas do mercado, incluindo um Conselho de Administração com representantes de acionistas minoritários, conselheiros independentes e a criação de Comitês de Auditoria, Supervisão e Remuneração;
- Acordo de reestruturação societária para solucionar a pendência das ações preferenciais resgatáveis da Investco (UHE de Lajeado) detidas pela Eletrobrás, que ingressou no empreendimento como parceira de longo prazo;
- Alcance do grau de execução de 95% na obra da AHE Peixe Angical, o que permite encarar positivamente a entrada em operação da usina dentro das datas previstas em 2006;

O resultado líquido atingiu o valor de R\$ 439,4 milhões, o que significa um aumento de 311% em comparação ao ano anterior.



- Crescimento de 32% no negócio da comercializadora Enertrade, considerada a Melhor Empresa do setor elétrico em 2005, pelo prêmio Valor 1000, publicação do *Valor Econômico*;
- Investimentos totais de R\$ 1.151 milhões, dos quais R\$ 138 milhões em meio ambiente, o que demonstra a preocupação da Energias do Brasil em garantir o cumprimento das suas obrigações legais e de responsabilidade perante a comunidade;
- Também aí se incluem investimentos de R\$ 448 milhões nas nossas distribuidoras, essencialmente em modernização e expansão, sendo R\$ 125 milhões referentes ao programa de universalização, incluindo o programa Luz para Todos;
- Destaque ainda para investimentos de R\$ 6,4 milhões em ações de Responsabilidade Social, incluindo a vertente cultural.

Além de tudo isto, obtivemos também resultados muito positivos, que confirmam a dinâmica de crescimento e de melhoria que já se desenhava nos últimos dois anos, com o crescimento de 17,1% na receita operacional líquida (R\$ 4.323 milhões em 2005) em comparação a 2004, de 17,7% no EBITDA (R\$ 913 milhões em 2005) e obtenção de lucro líquido de R\$ 439 milhões (crescimento de 311%).

É de salientar ainda a melhoria da qualidade do balanço. A relação dívida líquida/EBITDA passou de 3,0, em 31/12/04, para 1,9, em 31/12/05, e o peso da moeda estrangeira na dívida diminuiu de 52% para 30%, sendo 87% com cobertura de risco cambial.



Merece referência especial a valorização da ação da Energias do Brasil, desde o IPO, em 52,2% (ante 31% do Ibovespa), o que demonstra bem a percepção que os mercados têm sobre a companhia e sobre as suas perspectivas de evolução futura.

Importantes foram também os projetos de mudança que lançamos na organização, sendo de destacar a continuação do Projeto de Sinergias; o lançamento do Projeto Vanguarda, destinado à obtenção de maior eficiência operacional em todo o grupo e que envolveu cerca de 10% dos empregados no redesenho de processos para adaptação à nova estrutura organizacional criada, e do Projeto Aliança, focado na uniformização das plataformas de Tecnologia da Informação para todo o grupo.

No âmbito dos projetos estratégicos de recursos humanos, destaque para a avaliação de competências da Alta Direção (*Management Assessment*), em linha com as melhores tendências internacionais, no sentido do desenvolvimento das competências dos executivos de topo da Energias do Brasil, bem como a sua participação em programas internacionais de treinamento avançado desenhados especificamente para o Grupo EDP, nomeadamente no Insead, na França.

Temos uma palavra final de agradecimento a nossos clientes, acionistas, colaboradores e autoridades, que são os *stakeholders* a quem a Energias do Brasil se dirige e sem os quais não teria sido possível atingir os resultados apresentados.

António Fernando Melo Martins da Costa

Diretor Presidente da Energias do Brasil

Diretoria

Da esquerda para a direita:

Diretor vice-presidente de Distribuição e Serviços Comerciais - João Gomes de Aguiar

Diretor vice-presidente de Comercialização - Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro

Diretor Presidente da Energias do Brasil - António Fernando Melo Martins da Costa

Diretor vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores - Antonio José Sellare

Diretor vice-presidente de Geração e Meio Ambiente - Custódio Alexandre Rouxinol Miguens

Diretor vice-presidente de Distribuição e Serviços Técnicos - António Eduardo da Silva Oliva





**Sorriso de
conforto.**



Principais eventos de 2005



Um amplo processo de reestruturação marcou o ano de 2005 na Energias do Brasil. De forma coordenada, foram adotadas as seguintes medidas para consolidar as bases de uma empresa que tem o objetivo de ser referência no setor energético brasileiro.

Reorganização societária

Em 29 de abril, foi aprovada uma reorganização societária que teve como finalidades simplificar a estrutura dos negócios; ampliar a captura de sinergias existentes entre as atividades de distribuição, geração e comercialização, proporcionando um maior potencial de criação de valor; permitir o aproveitamento fiscal de ágio contabilizado no momento da aquisição das controladas Enersul e Escelsa; facilitar o processo de desverticalização dos ativos, conforme exigência da nova legislação do setor elétrico, e promover a visibilidade, a concentração e o aumento da liquidez no mercado de capitais. Iniciada no ano anterior, a reorganização permitiu dar uma nova lógica empresarial ao conjunto das empresas do grupo, além de incrementar a sua governança corporativa. Essa mudança foi executada após um amplo processo de esclarecimento aos acionistas minoritários das distribuidoras Bandeirante, Escelsa e Enersul, além das sociedades Iven e Magistra – duas empresas de participação criadas para a compra da Enersul e da Escelsa. A Iven detinha 52,27% da Escelsa, que era a única acionista da Magistra. Esta, por sua vez, possuía 65,2% da Enersul. Foi apresentada

proposta de migração dos minoritários para a Energias do Brasil, com resultados significativos (adesão de 99,98%), sobretudo considerando-se o elevado número de acionistas envolvidos (quase 48 mil).

Ao mesmo tempo, 67,5% do capital da Energias do Brasil passou a ser detido pela EDP – Energias de Portugal, sendo os 32,5% restantes propriedade dos investidores das distribuidoras que concordaram em trocar as ações, com base em uma avaliação independente.

A migração dos minoritários teve um duplo mérito: permitir a adoção do melhor modelo de desverticalização possível, evitando ineficiências fiscais e operacionais, e prover maior grau de liberdade no processo de redesenho da estrutura organizacional do grupo como um todo.

A reorganização compreendeu as seguintes etapas: 1) incorporação da Iven pela Energias do Brasil; 2) cisão parcial da Energias do Brasil e incorporação dessa parcela cindida pela Escelsa; 3) transformação da Enersul em subsidiária integral da Escelsa, por meio da incorporação de ações de emissão da Enersul pela Escelsa; e 4) transformação da Escelsa e da Bandeirante em subsidiárias integrais da Energias do Brasil, por meio da incorporação de ações da Escelsa e da Bandeirante pela *holding*.

Desverticalização

Uma segunda etapa contemplou a segregação das atividades de distribuição e geração, aprovada em assembleias gerais realizadas dia 30 de junho. A medida teve dois principais objetivos. O primeiro foi atender às regras de desverticalização do novo modelo do setor elétrico estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e que deveriam ser colocadas em prática até setembro de 2005. Por essa regulamentação, as concessionárias de distribuição de energia elétrica não mais poderiam exercer atividades de geração e transmissão e, tampouco, deter participações societárias em outras empresas.

Amplo e bem-sucedido processo de reorganização societária



Nova marca e novo nome

A mudança de identidade visual e de denominação foi um precedente lógico de todo o processo de reestruturação. Para a marca, foi adotada a mesma identidade visual que Grupo EDP assumira no final do ano anterior em Portugal: um sorriso sobre um fundo vermelho. O símbolo reflete os atributos que conduzem a gestão dos negócios: simplicidade, proximidade e conforto no atendimento aos clientes, e responsabilidade social. O nome Energias do Brasil reforça ainda o compromisso com o País e a ambição de ser uma referência do setor, além de manter um paralelo com o acionista controlador.

A transposição da marca para o contexto brasileiro incluiu sondagens no mercado – com consulta a clientes, colaboradores, fornecedores e formadores de opinião – para medir o grau de identificação com a nova marca.

A partir de maio, a nova logomarca foi introduzida progressivamente em toda comunicação da *holding* e de suas controladas – fachadas de edifícios, lojas de atendimento ao público, materiais de escritório, frota de veículos, *websites*, faturas para os clientes e materiais de divulgação. A estimativa é ter toda a padronização visual concluída no decorrer de 2006.

Raio-x da marca

- 1 – Física** – características objetivas: o sorriso é um símbolo com compreensão e leitura universal. A cor vermelha significa energia, vontade e ambição. A forma quadrada sobre a qual está riscado o sorriso ascendente transmite as idéias de confiança e solidez.
- 2 – Personalidade** – conjunto de atributos que definem o caráter da empresa: simples, fácil e universal.
- 3 – Relação** – posicionamento em relação ao mercado e aos colaboradores: proximidade, simplicidade, clareza, universalidade.
- 4 – Cultura** – conjunto de valores e princípios fundamentais que definem a marca na sua forma de se comunicar: responsável, com história e sentido de compromisso para com a sociedade.



Oferta Pública de Ações

Todo o processo de reestruturação culminou na Oferta Pública de Ações (OPA, ou IPO – *Initial Public Offering*, na sua sigla em inglês), realizada em 13 de julho, na Bolsa de Valores de São Paulo. Com o código ENBR3, os papéis da Energias do Brasil começaram a ser negociados no Novo Mercado, segmento da Bovespa que reúne empresas com as melhores práticas de governança corporativa. O objetivo foi dotar a companhia de uma estrutura financeira suficiente para permitir seu crescimento no mercado brasileiro de forma auto-sustentada, independentemente do ingresso de novos recursos do acionista controlador.

A montagem da oferta de ações foi iniciada no mês de março e concluída em tempo recorde. No período, foram contatados cerca de 140 investidores no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa. No primeiro dia de negociação, o papel valorizou-se 11,6%, encerrando o pregão cotado a R\$ 20,01.

A companhia captou R\$ 1.184,7 milhões com a operação, a maior do gênero na Bovespa em 2005, destacando-se não só pelo volume financeiro envolvido, mas também pela quantidade de investidores participantes, pela proporção alocada a investidores no Brasil e pelo desempenho dos papéis acima do Ibovespa nos primeiros 30 dias de negociação. Primeiramente foram colocadas 61,4 milhões de ações, complementadas por mais 3,6 milhões de ações, em vista da grande demanda verificada. Do total, cerca de R\$ 500 milhões entraram como dinheiro novo, pela venda de 27,8 milhões de ações ordinárias oferecidas a R\$ 18,00 por ação. Os R\$ 670 milhões restantes vieram de uma capitalização de dívida feita pelo acionista controlador ao mesmo preço da oferta, valor deduzido de um compromisso que a Escelsa mantinha com a Energias de Portugal – esse crédito foi convertido em 37,2 milhões de ações adicionais da Energias do Brasil. Da aquisição, participaram também 613 funcionários, que compraram R\$ 1,3 milhão em papéis.

**Operação foi a
maior oferta de
ações na Bovespa,
em 2005**

Com a conclusão da operação, as ações de emissão das controladas Bandeirante, Escelsa e Enersul deixaram de ser negociadas no mercado de capitais na data de início de negociação de ENBR3.

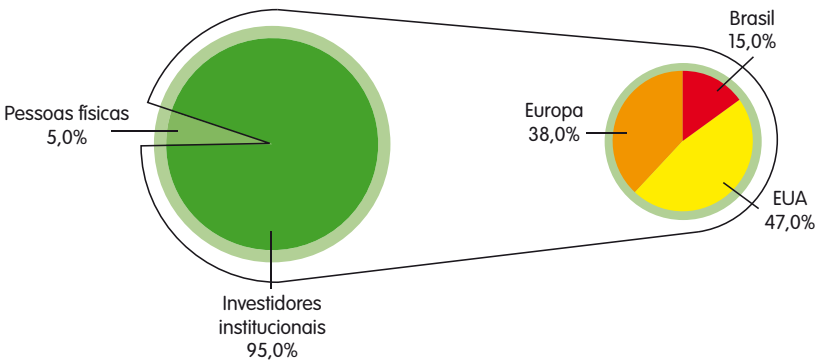
Adicionalmente, em uma distribuição secundária, foram vendidas 809,5 mil ações iniciais por acionistas não-controladores, que receberam ações de emissão da empresa em decorrência da reorganização societária.

Em 31 de dezembro de 2005, a Energias de Portugal detinha 62,4% da Energias do Brasil, enquanto 37,6% do capital era negociado na Bovespa (*free float*), percentual superior ao limite mínimo exigido pelo regulamento do Novo Mercado (25%). Como reflexo do comportamento transparente, justo e equitativo utilizado na reestruturação societária, houve preocupação com os acionistas minoritários que já eram investidores da Energias do Brasil. Foram dadas todas as condições a esses acionistas: comprar ou vender seus papéis, durante a oferta, ou acompanhar o acionista controlador na capitalização – oferta prioritária –, evitando a diluição de sua participação. Nesse sentido, a Energias de Portugal fez ainda uma oferta financiada aos acionistas interessados em manter sua participação durante a OPA, mas que não detinham recursos imediatos para tanto.



A operação foi classificada como a terceira melhor de 2005 na categoria Oferta Inicial do primeiro Ranking de Oferta de Ações promovido pelo site *InfoMoney*, – uma avaliação independente de fatores qualitativos e quantitativos das nove ofertas iniciais realizadas em 2005, na Bovespa. Com a adesão ao Novo Mercado, a companhia mantém apenas ações ordinárias – que dão direito a voto –, concede *tag along* de 100% (condições idênticas às oferecidas ao acionista majoritário, no caso de alienação do controle), atua com um Conselho de Administração integrado também por um mínimo de 20% de conselheiros independentes (na Energias do Brasil, o Conselho de Administração é composto por nove membros, sendo dois independentes) e submete a uma câmara de arbitragem a negociação de conflitos de acionistas.

Perfil dos subscritores de ações



Distribuição da oferta pública

Investidores	Nº de subscritores	Quantidade de ações
Pessoas físicas	460	797.589
Clubes de investimento	8	29.754
Fundos de investimento	165	6.132.913
Entidades de previdência privada	16	3.938.516
Investidores estrangeiros qualificados	181	17.349.160
Demais instituições financeiras	2	105.000
Demais pessoas jurídicas ligadas à companhia, aos coordenadores, coordenadores contratados e/ou corretoras consorciadas	1	333
Demais pessoas jurídicas	16	164.986
Sócios, administradores, empregados, prepostos e demais pessoas ligadas à companhia, aos coordenadores, coordenadores contratados e/ou corretoras consorciadas	624	37.298.567
Total da oferta	1.473	65.816.818



Prédio da Bovespa no dia do IPO



Peixe Angical

O AHE Peixe Angical, localizado no Rio Tocantins (TO), encontra-se em construção e terá uma capacidade nominal de 452 MW, quando da conclusão da instalação de suas três unidades geradoras, prevista para outubro de 2006. A Enerpeixe S.A. é a responsável pelo empreendimento, cujo custo total monta cerca de R\$ 1,6 bilhão, na moeda de dezembro de 2003. O avanço alcançado no cronograma de obras, em 2005, permitiu que a construção ingressasse, em janeiro de 2006, na sua última fase, com a obtenção da licença de operação concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o conseqüente início do enchimento do reservatório.

Base de Remuneração Regulatória (BRR)

No âmbito regulatório, a Aneel concluiu no ano de 2005 o processo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição da Energias do Brasil – Bandeirante, Escelsa e Enersul –, tornando definitivas suas Bases de Remuneração Regulatória (BRR). O quadro a seguir sintetiza os resultados do processo.



Com avanço no cronograma, obras de Peixe Angical ingressaram na última fase

AHE Peixe Angical - TO

Concessionária	Situação	BRR(*) (R\$ milhões)	Reposicionamento Tarifário
Enersul	Definitiva	781,5	Em abril/05, passou de 43,59% para 50,81%
Escelsa	Definitiva	928,5	Em agosto/05, passou de 6,33% para 8,58%
Bandeirante	Definitiva	998,0	Em outubro/05, passou de 10,51% para 9,67%

(*) Líquida



UHE Lajeado - TO

Investco

No início de 2006, a Investco S.A., detentora da concessão para exploração de Lajeado, e seus acionistas, incluindo a EDP Lajeado, chegaram a acordo com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, para a solução das questões decorrentes da participação da Eletrobrás em ações resgatáveis emitidas pela Investco (ações PN-R).

A EDP Lajeado, controlada em 99,99% pela Energias do Brasil, era responsável por 27,65% do total das ações resgatáveis.

Pelo acordo alcançado em 29/12/2005, com a celebração dos Instrumentos Particulares de Venda e Compra de Ações entre os acionistas da Investco e a Eletrobrás, a EDP Lajeado adquiriu as ações resgatáveis da Investco S.A. proporcionalmente à sua participação no capital ordinário da empresa, efetuando o respectivo pagamento por meio de créditos atribuídos à Eletrobrás. Dessa forma, foram utilizados pela Eletrobrás R\$ 110.536.001,46 para subscrever 83.234.057 novas ações preferenciais do seu capital social sem direito de voto ou

a resgate, correspondendo a 40,07% do capital total, e R\$ 184.577.218,63 para adquirir títulos representativos de Partes Beneficiárias com rendimento igual a 10% do lucro anual, antes das demais participações, com condição de conversibilidade em ações preferenciais, sem direito de voto, ao final do período de concessão da usina de Lajeado (ano de 2032). A conversão das partes beneficiárias em ações preferenciais corresponderá, no momento da conversão, a 5,084% do total das ações emitidas pela EDP Lajeado.



Governança corporativa

Ao abrir o capital no Novo Mercado da Bovespa, em julho de 2005, a Energias do Brasil aderiu a exigentes regras de listagem que ampliam os direitos dos acionistas, concedendo, por exemplo, o direito de *tag along*, melhoram a qualidade das informações prestadas e, ao determinar a resolução dos conflitos por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada.

Em 2005, a Energias do Brasil promoveu importantes mudanças na estrutura de seus órgãos societários, de forma a aprimorar o seu padrão de governança corporativa. Nesse sentido, destaca-se a ampliação do número de membros do seu Conselho de Administração, que aumentou de cinco para nove, com a admissão de dois integrantes independentes e dois representantes dos acionistas minoritários. O Conselho de Administração passou a contar ainda com o apoio de três Comitês de Assessoramento do Conselho: Auditoria, Supervisão e Remuneração.

Também em 2005, foi publicado o Código de Ética da companhia, que estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros, comunidades e governos.



Site de Relações com Investidores



**Sorriso de
informação.**



**Cenário macroeconômico e o
setor de energia elétrica**

O ano de 2005 foi caracterizado pela estabilidade dos principais indicadores macroeconômicos brasileiros.

O País continuou a apresentar um cenário positivo nas contas externas, com superávit comercial recorde de US\$ 44,8 bilhões e saldo de transações correntes de US\$ 14,2 bilhões (1,8% do PIB). As exportações cresceram 22,6%, atingindo US\$ 118,3 bilhões. Esse desempenho pode ser parcialmente creditado ao aumento de preços verificado em alguns dos principais produtos da pauta brasileira de exportações, como minério de ferro e *commodities* agrícolas. Além disso, houve uma diversificação dos mercados atendidos e produtos exportados, indicando uma integração cada vez maior à economia mundial. Outro indicador é o endividamento externo, que atingiu US\$ 181,4 bilhões em outubro de 2005 (redução de US\$ 22,0 bilhões em relação ao mesmo período de 2004).

O real voltou a se apreciar em relação ao dólar, encerrando o ano com cotação (Ptax) de R\$ 2,34, ou seja, valorização de 11,8% em comparação ao fechamento de 2004 (R\$ 2,65). Além da evolução positiva das contas externas, a manutenção do quadro de alta liquidez no mercado internacional e o aumento de confiança dos investidores no País, entre outros fatores, explicam a evolução da taxa de câmbio brasileira. O risco-país atingiu 300 pontos-base, o menor valor de sua série histórica. Em 2005, o governo brasileiro realizou a sua primeira emissão de títulos denominados em reais no mercado externo.

**Cenário positivo nas
contas externas, mas
arrefecimento na atividade
econômica**

A taxa de inflação medida pelo IPCA atingiu 5,7%, mantendo a trajetória de queda apresentada desde 2003. Para chegar a esse resultado, o Banco Central elevou a taxa de juros básica (Selic) até o nível de 19,75%, em maio. Com a indicação de que a inflação atingiria a meta estabelecida para 2005 (5,1%), o Banco Central retomou a política de redução gradual da taxa de juros a partir de setembro, encerrando dezembro no nível de 18,0% ao ano.

No âmbito fiscal, o governo atingiu um superávit primário de 4,84%, em 2005, superior à meta de 4,25%. A relação dívida pública/PIB apresentou uma leve melhora, atingindo 51,6%, em dezembro, em comparação a 51,7%, no mesmo período de 2004. No ano, o governo conseguiu reduzir a exposição cambial do endividamento público e, agora, busca alongar prazos e reduzir a posição em títulos pós-fixados.

Estimativas preliminares indicam que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em 2005, tenha se situado em torno de 2,0% a 2,5%, ante 4,9% no ano anterior. Esse arrefecimento na atividade econômica pode ser creditado ao aperto monetário aplicado durante o ano – com elevadas taxas de juros –, a uma desaceleração da atividade do setor agrícola e a um crescimento líquido das exportações menor do que em 2004. A taxa de desemprego reduziu-se de 9,6%, em dezembro de 2004, para 8,3%, em dezembro de 2005. A atividade agrícola foi afetada pela queda de preços em reais de alguns produtos, associada principalmente à redução da taxa de câmbio, e pela quebra de safra devido a condições climáticas. Esses fatores explicam um crescimento estimado inferior a 2,0% do PIB agropecuário.

A produção industrial geral cresceu 3,1% no acumulado do ano, até novembro de 2005, concentrada no segmento de



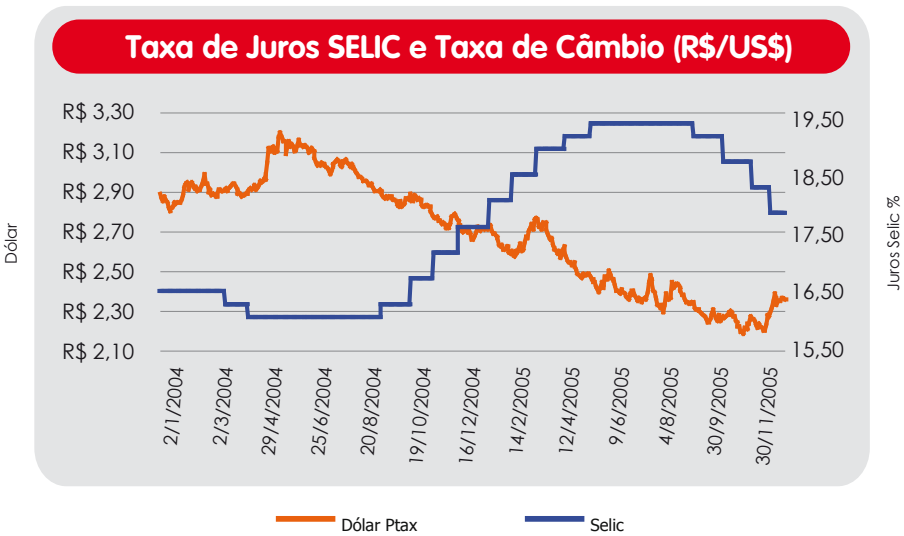
bens duráveis e beneficiada pelo aumento de crédito aos consumidores, especialmente na modalidade de crédito consignado. Além disso, o setor automobilístico produziu 10,7% mais que em 2004 e as exportações evoluíram 25,9%, graças, principalmente, aos mercados mexicano e argentino.

Consumo de energia

Segundo dados preliminares da Empresa de Pesquisa Energética, o consumo de energia elétrica no Brasil registrou um crescimento de 4,6% em comparação a 2004 e, ao longo do ano, consolidou a recuperação da demanda, mantendo em praticamente todos os meses um patamar de consumo superior ao período pré-acionamento (2001-2002). Os setores residencial e comercial foram os maiores responsáveis pela expansão do consumo, impulsionados, por crescimento vegetativo, melhoria no nível de emprego e renda real da população, além de aumento do turismo e incremento das atividades portuárias.

A classe industrial registrou um menor aumento no consumo de energia elétrica em 2005, justificado pela desaceleração da economia a partir do terceiro trimestre do ano, além das condições adversas que afetaram o agronegócio brasileiro.

A expectativa dos principais agentes econômicos é que, em 2006, o quadro de estabilidade macroeconômica persista, com a manutenção do cenário externo favorável e uma aceleração da atividade econômica interna. A expectativa é de redução da taxa de juros ao longo do ano e de aumento da renda, o que poderá ter um efeito positivo na evolução do consumo de energia elétrica no País.





**Sorriso de
modernidade.**



Ambiente regulatório



No Brasil, as atividades de geração, distribuição e comercialização de energia são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Nos aspectos regulatório, jurídico e legal, o ano de 2005 foi marcado por alterações menos intensas do que nos dois anos anteriores, conferindo um ambiente de maior estabilidade e previsibilidade para as operações.

As decisões de maior impacto envolveram os processos de realinhamento e reajuste tarifário e a publicação de decreto que regulamentou o acesso de consumidores livres às redes de transmissão de energia elétrica.

Revisão e reajuste tarifário

As revisões tarifárias periódicas têm como objetivo manter a condição de equilíbrio econômico-financeiro de uma concessionária, estabelecendo adequado retorno sobre os investimentos e determinando o Fator X, que representa metas de eficiência para o próximo período tarifário. Os anos entre revisões tarifárias são momentos em que as distribuidoras têm direito à aplicação de um reajuste tarifário

previsto em seus contratos de concessão, de modo a preservar o valor da receita do serviço até o momento de nova revisão tarifária, descontada do Fator X. No processo, a Aneel considera a variação de custos que a empresa tem no decorrer dos 12 meses anteriores à data do reajuste – a variação é o reajuste propriamente dito – e a complementa com eventuais reconhecimentos de variações financeiras. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis, sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X, e custos não-gerenciáveis, como energia comprada de geradoras, Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR), taxa de fiscalização e encargos de transmissão, entre outros. Ao percentual resultante dessa fórmula também são acrescidos ajustes financeiros reconhecidos pela Aneel na Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outras variações financeiras.

Adicionalmente, a partir do reajuste de 2005, foi dado novo tratamento ao PIS/Pasep e à Cofins: a incidência desses tributos, com suas novas alíquotas, foi excluída da composição das tarifas e passou a ser aplicada diretamente nas faturas de energia, a exemplo do que já ocorre com o ICMS.

Realinhamento tarifário

O realinhamento tarifário é o resultado da aplicação de tarifa de energia resultante dos custos com compra de energia e de tarifa de uso do sistema de distribuição, num processo de redução gradual dos subsídios aplicados a determinados segmentos de consumo. Assim, os índices tarifários são diferenciados por nível de tensão, cabendo aos consumidores atendidos em Alta Tensão índices superiores aos estabelecidos aos consumidores que recebem energia em Baixa Tensão. O Decreto nº. 4.562, de 31 de dezembro de 2002, estabeleceu a composição das parcelas da tarifa de energia, bem como o prazo para conclusão do realinhamento tarifário, conforme segue:

I - Parcela I, com peso de 90%, 75%, 50%, 25% e 0%, em 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente: tarifa de energia calculada com base na tarifa de fornecimento da estrutura tarifária atual, descontados os correspondentes custos de conexão e de uso do sistema de transmissão ou de distribuição; e
II - Parcela II, com peso de 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, em 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente: tarifa de energia calculada com base no custo da energia disponível para venda, acrescido do custo de comercialização, e, quando couber, de encargos setoriais e tributos.



Subestação Carapina (ES)



Concluídos os processos de revisão e reajuste tarifário das três distribuidoras

Assim, ficou determinado que o realinhamento tarifário será efetuado até 2007.

A partir daquela data, todos os consumidores pagarão o mesmo valor pela energia adquirida – Tarifa de Energia (TE) – e valores diferenciados pelos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão e de Distribuição – Tust + TUSD), de modo a refletir a proporção com que eles utilizam esses sistemas de transporte.

Conclusão da revisão de 2003 e reajuste anual da Enersul

A Aneel aprovou, em 6 de abril de 2005 (Resolução Homologatória nº. 72), a conclusão da primeira Revisão Tarifária Periódica da Enersul, elevando para 50,81% o índice de reposicionamento tarifário de 2003 que, provisoriamente, era de 43,59%. Como efeito da definição final da Revisão de 2003, foi aprovado um reposicionamento que representa incremento anual na receita da Enersul da ordem de R\$ 32,0 milhões (valores de abril de 2003), no período tarifário entre abril de 2003 e março de 2008, data da próxima revisão tarifária periódica. Esses valores serão recuperados no período de abril de 2005 a março de 2008.

Em decorrência do ajuste na primeira Revisão Tarifária Periódica e do reajuste anual de tarifas, previsto no contrato de concessão, a Aneel aprovou um reajuste médio das tarifas da Enersul de 20,69%, aplicado a partir de 8 de abril de 2005 (Resolução Homologatória nº. 74, de 6 de abril de 2005).

Conclusão da revisão de 2004 e reajuste anual da Escelsa

Por meio das Resoluções Homologatórias nºs. 157 e 162, ambas de 1º de agosto de 2005, a Aneel autorizou o reajuste das tarifas da Escelsa, bem como aprovou a conclusão de sua terceira Revisão Tarifária Periódica. A definição do valor final da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da taxa de depreciação, bem como ajustes nos custos operacionais da empresa de referência, resultou na alteração do índice do reposicionamento tarifário de 2004 para 8,58%, originalmente calculado de forma provisória em 6,33%. Em decorrência, a diferença de receita, no valor de R\$ 17,2 milhões, será compensada financeiramente para a Escelsa em suas tarifas no período entre 7 de agosto de 2005 e 6 de agosto de 2006.

Já o reajuste médio da tarifa ficou em 4,93%, aplicado a partir de 7 de agosto de 2005, de acordo com o estabelecido pela Resolução Homologatória nº. 162/05. Esse aumento já contempla o impacto da correção aplicada à revisão tarifária de 2004.

Conclusão da revisão de 2003 e reajuste anual da Bandeirante

Na revisão tarifária de 2003 da Bandeirante, o índice de reposicionamento calculado provisoriamente pela Aneel fora de 18,08%, dos quais 14,68% imediatamente aplicados às tarifas e o restante diferido em três parcelas anuais. O parcelamento do reposicionamento tarifário consistiria na aplicação em etapas do índice de reposicionamento, de forma a atenuar eventuais impactos sobre os consumidores de energia elétrica.

Em 23 de outubro de 2004, ainda provisoriamente, a Aneel decidiu rever o valor da BRR da Bandeirante. Com essa alteração, o índice da revisão tarifária fixado em outubro de 2003 foi reduzido de 18,08% para 10,51% e o parcelamento do reposicionamento tarifário tornou-se desnecessário.

Na reunião extraordinária pública de diretoria da Aneel, ocorrida em 18 de outubro de 2005, foi deliberada a definição do valor final da BRR líquida em R\$ 998,0 milhões (base setembro de 2003), que se compara ao valor preliminar de R\$ 1.092,0 milhões anteriormente estabelecido, bem como ajustes nos custos operacionais da empresa de referência, o que resultou na alteração do índice de reposicionamento tarifário de 2003 de 10,51% para 9,67%, de forma definitiva (Resolução Homologatória nº. 226).

Em decorrência, há uma diferença entre as receitas recebidas, baseadas nos reposicionamentos tarifários provisórios de 14,68% e 10,51%, e o reposicionamento tarifário final de 9,67%, correspondendo a um valor financeiro a devolver de R\$ 102,3 milhões (base outubro/05), que foi contemplado no reajuste das tarifas que vigorarão entre 23 de outubro de 2005 e 22 de outubro de 2006. O efeito econômico decorrente do valor financeiro a ser compensado ao consumidor foi de R\$ 38 milhões, pois a empresa já havia reconhecido, no exercício de 2004, uma provisão de R\$ 64 milhões referente às alterações no processo de revisão tarifária.

O valor a ser devolvido, de R\$ 102,3 milhões, contribuiu para que o reajuste médio da tabela de tarifa, em outubro de 2005, ficasse estabelecido em -8,86%, a ser aplicado sobre uma tarifa de referência utilizada pela Aneel. O reajuste tarifário foi composto de -1,20% relativo a variações de natureza financeira e -7,66% referentes ao reajuste tarifário anual propriamente dito, que contempla principalmente a redução de -4,42% advinda de menores custos na aquisição de energia para distribuição e -3,63% de ajuste na Parcela B (que observa a evolução do IGPM, aplicação do Fator X e exclusão de PIS/Cofins anteriormente implícita na tarifa). A Bandeirante entrou com recurso administrativo na Aneel por ocasião da divulgação final pela agência reguladora das notas técnicas da referida revisão tarifária, mas a análise não fora concluída até o encerramento do ano.

Abertura das tarifas: TUSD e TE

A Resolução Normativa Aneel nº 166, de 10 de outubro de 2005, estabeleceu as disposições consolidadas relativas ao cálculo da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e da Tarifa de Energia (TE). Essa resolução determina, dentre outras obrigações, que as distribuidoras informem na fatura de fornecimento aos consumidores do Grupo B – com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV – o valor correspondente à energia, ao serviço de distribuição, à transmissão, aos encargos setoriais e aos tributos. Os valores referentes aos tributos (ICMS, PIS/Pasep e Cofins) são discriminados nas faturas das concessionárias. Bandeirante e Enersul, em dezembro de 2005, e Escelsa, em janeiro de 2006, promoveram os ajustes em suas contas de fornecimento para atender a essa resolução.

PIS/Cofins

Os Termos Aditivos aos Contratos de Concessão assinados por Bandeirante, Escelsa e Enersul, em 2005, estabeleceram que, na composição das tarifas, deveriam ser excluídos os montantes relativos ao recolhimento do PIS/Pasep e da Cofins. Dessa forma, os valores correspondentes a esses tributos devem ser agregados à conta dos consumidores, num mecanismo semelhante ao adotado para o ICMS.

A Nota Técnica da Aneel nº. 115/2005, de 18 de abril de 2005, e a Resolução Homologatória Aneel nº. 227, de 18 de outubro de 2005 – Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica Aplicáveis a Consumidores Finais –, regulamentaram a questão e alteraram a sistemática de repasse do PIS/Pasep e da Cofins ao consumidor de energia elétrica, determinando que sejam excluídos da tarifa. Nesse sentido, as empresas de distribuição passaram a calcular a alíquota, cobrando e demonstrando separadamente na fatura de energia elétrica.

Baixa renda

A Resolução Normativa Aneel nº. 89, de 25 de outubro de 2004, estabeleceu metodologia para o cálculo de subvenção econômica, com o objetivo de contrabalançar os efeitos da política tarifária aplicável a unidades consumidoras integrantes da subclasse Residencial Baixa Renda. Os montantes apurados das diferenças mensais de receita decorrentes da aplicação da metodologia são homologados pela Aneel por meio de despachos publicados mensalmente no *Diário Oficial da União*.

Acesso à rede básica

O Decreto nº 5.597, de 28 de novembro de 2005, regulamentou o acesso de consumidores livres às redes de transmissão de energia elétrica em tensão igual ou superior a 230 kV (Rede Básica). Esse acesso poderá ser efetuado pela 1) distribuidora de energia elétrica, ou 2) pela transmissora de energia elétrica, ou ainda 3) por meio da construção das instalações necessárias diretamente pelo próprio consumidor.

Antes da publicação desse regulamento, a Aneel entendia que o consumidor livre com tensão igual ou superior a 230 kV só poderia ser atendido por intermédio da distribuidora, arcando com o pagamento da TUSD. Agora, ele poderá ter acesso direto à rede básica, sem a intermediação da distribuidora local, não tendo vínculo comercial com a distribuidora, pagando apenas a Tust e os encargos de conexão à transmissora.

Contudo, o acesso por meio da transmissora ou por instalações próprias será autorizado pela Aneel apenas nos seguintes casos:

- ligação de nova unidade não conectada anteriormente, desde que seja tecnicamente compatível com o nível de tensão igual ou superior a 230 kV;



- alteração da forma de conexão de unidade consumidora já atendida em tensão inferior a 230 kV, em decorrência de aumento de carga ou necessidade de melhoria de qualidade demonstrada pelo consumidor e reconhecida pela agência reguladora.
- De acordo com o referido decreto, a autorização da Aneel deverá ser precedida de parecer de acesso emitido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e de Portaria do Ministério de Minas e Energia, que considerará os critérios de planejamento da expansão do setor elétrico para um horizonte mínimo de cinco anos.
- A autorização para acesso à Rede Básica a consumidores já conectados à rede de distribuição somente será emitida após a homologação pela Aneel de instrumento contratual a ser celebrado entre o consumidor e a distribuidora que contemple os seguintes aspectos:
- ressarcimento à distribuidora dos investimentos específicos feitos na rede de distribuição para atendimento ao consumidor, descontada a depreciação contábil;
 - quitação do valor referente aos Encargos de Serviços de Sistema (ESS) e do saldo CVA, referentes ao respectivo consumidor no período em que utilizou a rede de distribuição; e
 - quando cabível, pagamento, à distribuidora, do encargo relativo à Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), conforme regulação da Aneel.

Passivo regulatório - PERCEE e RTE

Durante o racionamento, que vigorou de 2001 até o início de 2002, as empresas distribuidoras deveriam conceder um Bônus do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (PERCEE), na forma de desconto adicional na conta de energia elétrica, àqueles clientes que ultrapassassem a meta do racionamento, isto é, economizassem além do montante compatível com sua meta individual.

Na época, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE) estabeleceu que os referidos bônus deveriam ser contabilizados e as empresas teriam direito a ressarcimento, com recursos provenientes do Tesouro. Após requerimentos das distribuidoras, o Ministério de Minas e Energia realizou a quitação dos valores contabilizados, tendo a Bandeirante recebido o montante de R\$ 11,0 milhões, em dezembro de 2005.

Em 2005, a Bandeirante registrou uma provisão no valor de R\$ 60,2 milhões no resultado financeiro advindo da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) da estimativa de não-recuperação do ativo regulatório sobre as perdas com racionamento de energia. Encontrase em audiência pública pela Aneel regulamentação que estabelece os procedimentos e as condições gerais referentes à cobrança, pelas concessionárias de distribuição da RTE dos consumidores livres, que integravam o mercado cativo durante a vigência do PERCEE.



UHE Lajeado - TO

**Sorriso de
experiência.**





Estratégia



Campo Grande - MS

A estratégia da Energias do Brasil é definida pela sua visão: tornar-se uma das empresas líderes do setor de energia no Brasil, com foco na criação de valor para os acionistas. Além disso, busca o crescimento sustentado nos mercados de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, para se posicionar como um participante central no desenvolvimento do setor elétrico, identificando as melhores oportunidades de negócios nos segmentos em que atua, de maneira consistente com o planejamento estratégico. Para alcançar esses objetivos, foram definidos quatro vetores:

- Aproveitar as oportunidades de crescimento do mercado brasileiro, com ênfase imediata em geração, obedecendo a critérios rigorosos de retorno sobre o investimento;
- Manter o foco em eficiência operacional e em ganhos de sinergia na gestão da rede de distribuição;
- Obedecer a uma disciplina financeira na gestão de seus negócios, privilegiando liquidez e escala para sustentar seu plano de expansão;
- Impulsionar a capacidade de gestão com o suporte de um grupo internacional de vasta experiência em mercados competitivos.

Projetos estratégicos de mudança

Três programas de gestão concentram os esforços da companhia na busca de eficiência financeira e operacional, respeitando a individualidade gerencial de cada subsidiária: Eficiência, Vanguarda e Aliança.

O Programa Eficiência, lançado em 2003 com o objetivo de capturar sinergias entre as distribuidoras do grupo, foi concluído em 2005, num processo de absorção pelo Projeto Vanguarda, que apresenta escopo mais amplo, com o redesenho de toda estrutura organizacional da Energias do Brasil, o que se tornou possível após a obtenção do controle a 100% das distribuidoras. Já o Projeto Aliança foi criado para unificar os sistemas tecnológicos integrados de suporte à gestão de todas as empresas do grupo, que operam hoje em diferentes plataformas.



• Programa Eficiência

Com a adoção de mais de 60 medidas de otimização, o programa envolveu uma equipe de mais de 100 pessoas, movidas por quatro princípios:

1) transferir *know-how* e experiências entre as empresas, 2) potencializar uma cultura já existente de gestão eficiente dos custos, 3) padronizar procedimentos e tecnologias e 4) reforçar o espírito de grupo entre as empresas da Energias do Brasil.

Além dos ganhos quantitativos, o programa permitiu criar um espírito permanente de busca pelas melhores práticas desenvolvidas em cada empresa, potencializando uma cultura de grupo e de exploração de sinergias.

• Projeto Vanguarda

Concebido no primeiro trimestre de 2005, o projeto acompanha toda a reestruturação da companhia. O objetivo é criar e consolidar um conceito de gestão integrada entre as empresas da Energias do Brasil, a partir de duas vertentes: captura de sinergias e novo modelo organizacional.

As estruturas, os processos de trabalho e os sistemas de Tecnologia da Informação estão sendo redesenhados com dois objetivos principais:

1) compartilhar funções, proporcionando economias de escala e redução de custos, e 2) adotar uma centralização estratégica com autonomia operacional.

Para isso, estão sendo revisadas todas as áreas das empresas, de modo a culminar com um alinhamento dos métodos de trabalho.

A tarefa envolve mais de 350 pessoas, organizadas em 30 equipes e responsáveis por mapear 120 processos divididos em 460 subprocessos. O levantamento foi concluído em dezembro de 2005 e será a base para determinar metas de desempenho para toda a organização.

• Projeto Aliança

Mais um passo no processo de integração, o Aliança envolve a unificação dos sistemas tecnológicos integrados de suporte à gestão das empresas e é conduzido por um grupo de trabalho que mobiliza 106 colaboradores. O desafio é convergir para a mesma plataforma tecnológica os diferentes programas utilizados na gestão dos negócios.

Foram concluídos no início de 2006 os módulos administrativos e financeiros, de forma a melhorar os processos e as decisões internas, reduzindo custos e ampliando a produtividade.

Os módulos técnicos (gestão de redes elétricas, gestão de redes próprias de telecomunicações, atendimento técnico a clientes e monitoramento do meio ambiente) e o comercial (*billing*, leitura, medição e gestão de clientes) serão implementados para todas as empresas de distribuição em versões uniformizadas durante o ano de 2006 e início de 2007.

• Projetos de recursos humanos

O desenvolvimento de um novo modelo de gestão da Energias do Brasil, decorrente da reestruturação societária ocorrida durante o ano, exigiu a elaboração de projetos estratégicos de recursos humanos que deverão estar concluídos até 2006. O objetivo foi permitir o alinhamento tanto entre as empresas que integram a *holding* como dessas em relação às melhores práticas do mercado. Destaca-se o desenvolvimento dos seguintes projetos: Cargos e Salários; Benefícios; Avaliação de Desempenho e Remuneração Variável; Avaliação de Competências para a Alta Direção; Treinamento e Desenvolvimento; e Clima Organizacional.

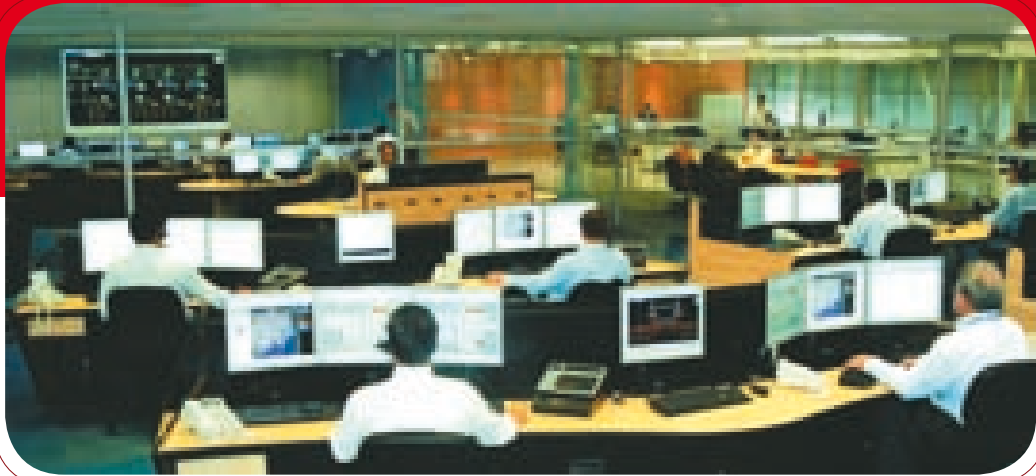
A close-up, profile shot of a woman with blonde hair, smiling broadly and looking towards the right. She is wearing a dark-colored top with a red and white floral pattern. The background is dark with numerous out-of-focus, warm-toned lights, creating a bokeh effect. The text "Sorriso de segurança." is overlaid in white, sans-serif font across the lower part of the image.

Sorriso de segurança.



Áreas de negócios

Distribuição



Centro de Operações do Sistema da Bandeirante

O segmento de distribuição concentra as principais atividades da Energias do Brasil, com forte presença nos Estados de São Paulo, do Espírito Santo e do Mato Grosso do Sul, por meio das distribuidoras Bandeirante, Escelsa e Enersul, respectivamente. No total, distribui energia para cerca de 3,0 milhões de clientes – representando uma população de quase 10 milhões de habitantes.

Bandeirante Energia S.A. – Atende uma população de cerca de 4,4 milhões de habitantes, em 28 municípios nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo. A área de concessão está localizada em uma região altamente desenvolvida em termos de infra-estrutura e produção industrial.

Escelsa - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – Atende uma população de 3,2 milhões de habitantes, em 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, que tem na produção de celulose, placas de aço, minério de ferro, comércio exterior e infra-estrutura portuária as principais atividades econômicas.

Enersul - Empresa Energética Mato Grosso do Sul S.A. – Atua em 73 dos 78 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo uma população de 2,1 milhões de habitantes. Localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, o Estado tem no agronegócio a sua principal atividade econômica.

No ano, a receita líquida dos negócios de distribuição avançou 14,7%, para R\$ 4.070,9 milhões. O EBITDA, de R\$ 801,2 milhões, foi 10,6% superior ao registrado em 2004, e o lucro líquido, de R\$ 360,5 milhões, decréscimo de 5,1%.

Estado	Bandeirante São Paulo	Escelsa Espírito Santo	Enersul Mato Grosso do Sul
Municípios atendidos	28	70	73
Habitantes (milhões)	4,4	3,2	2,1
Clientes (mil)	1.283	1.031	658
Área de concessão (Km²)	9.644	41.241	328.316
Energia distribuída (GWh)	12.315	7.639	3.108
Energia vendida a clientes finais (GWh)	8.004	5.132	2.727
Nº. de colaboradores	1.198	1.158	864
Produtividade (clientes/colaborador)	1.071	890	762

Caracterização do sistema elétrico

	Bandeirante	Escelsa	Enersul
Nº. de subestações	57	70	87
• Potência instalada (MVA)	3.073	2.871	1.547
Rede de alta tensão (Km)	866	2.605	3.303
Rede de média e baixa tensão (Km)	24.431	47.547	46.372
Nº. de transformadores de distribuição (própria e terceiros)	49.771	92.983	58.549
• Potência instalada (MVA) – Própria	2.517	1.723	958
• Potência instalada (MVA) - Terceiros	-	1.761	1.273

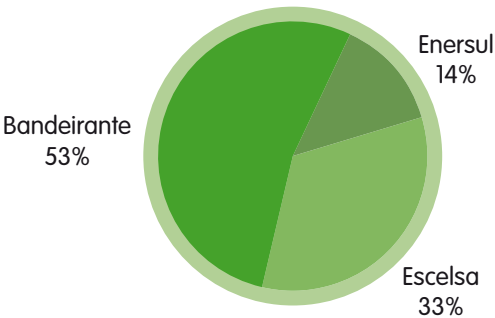


Evolução da receita operacional

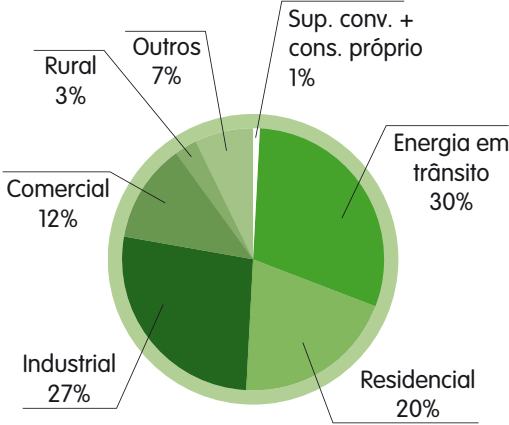
	12 meses 2005			12 meses 2004		
	Clientes unid.	Volume MWh	Receita R\$ mil	Clientes unid.	Volume MWh	Receita R\$ mil
Consolidado						
Residencial	2.523.718	4.553.289	1.406.720	2.464.754	4.386.540	1.280.388
Industrial	23.087	6.111.792	1.072.249	23.441	7.433.412	1.100.935
Comercial	227.539	2.758.353	746.488	224.162	2.594.812	646.857
Rural	172.807	757.140	143.670	158.665	739.400	124.516
Outros	24.779	1.682.283	346.188	24.105	1.801.713	319.828
Energia vendida à clientes finais	2.971.930	15.862.858	3.715.315	2.895.127	16.955.877	3.472.524
Suprimento convencional	3	302.317	30.790	3	316.764	30.713
Energia em trânsito	101	6.874.270	415.067	47	5.104.036	223.152
Consumo próprio	424	21.800	-	423	19.128	-
Total energia distribuída	2.972.458	23.061.245	4.161.172	2.895.600	22.395.805	3.726.389

Notas:
Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público
Dados em R\$ referem-se à Receita sem ICMS, sem RTE, sem consumo próprio, sem ECE/EAE e com baixa renda.

Volume de energia distribuída
por empresa - 2005



Volume de energia distribuída
por segmento - 2005





Desempenho operacional

A unidade de distribuição registrou, em 2005, um aumento de 2,7% no número de clientes, totalizando aproximadamente 3,0 milhões. Houve acréscimo também no volume global de energia distribuída, que somou 23,1 mil GWh, ou 3,0% mais que no ano anterior. O cálculo considera a energia fornecida aos clientes finais, acrescida da energia distribuída para outras concessionárias, da energia que transitou nas redes de distribuição para consumo de clientes do mercado livre e da energia de consumo próprio. Houve variações no desempenho por empresa:

- O total de energia elétrica distribuída pelo sistema da Bandeirante foi de 12.315 GWh, o que representa um crescimento de 1,0% em relação ao ano anterior. Esse percentual foi impactado, principalmente, pelo decréscimo de 19% na energia distribuída para outras concessionárias. O total de energia elétrica vendida aos clientes finais, em 2005, atingiu o montante de 8.004 GWh, representando um decréscimo de 9,2% em relação ao ano anterior. Essa redução deve-se, principalmente, à migração de clientes cativos para o mercado livre.
- No Espírito Santo, a Escelsa distribuiu 6,4% mais energia do que no ano anterior, totalizando 7.639 GWh, com o atendimento de 1 milhão de clientes (4,9% mais que em 2004). O total de energia vendida aos clientes finais teve decréscimo de 3,4%, motivado pela transferência de consumidores na classe industrial para o mercado livre, o que provocou um recuo de 16,1% nesse segmento. Ajustando-se o volume de energia vendida a clientes industriais pelo efeito da migração desses consumidores, o crescimento verificado nessa classe teria sido de 7,0 %. O maior acréscimo foi registrado na classe residencial (10,9% em consumo e 4,8% em número de clientes), reflexo do bom desempenho da economia local e da regularização de ligações clandestinas.
- O total da energia distribuída pela Enersul foi de 3.108 GWh, 2,6% superior ao ano anterior. Houve, porém, decréscimo de 3,7% no total de energia vendida, consequência principalmente da migração de clientes industriais para o mercado livre. Excluindo-se o consumo desses clientes, o incremento verificado no volume de energia vendida a clientes industriais teria sido de 2,4%. A evolução do número de clientes (2,9%) foi mais expressiva na classe rural, impulsionada pelo programa Luz para Todos, que foi responsável por um aumento de 14,1% em ligações. Nessa classe, contudo, o aumento do consumo foi mais contido (1,8%), como reflexo da saída do maior cliente para o mercado livre e dos altos índices pluviométricos que possibilitaram uma menor utilização de energia elétrica para irrigação.

Balanço energético

O volume de energia requerida pelo sistema da Energias do Brasil totalizou 26.536 GWh, em 2005, sendo 51,9% para a Bandeirante, 33,2% para a Escelsa e 14,9% para a Enersul.

O fornecimento de energia elétrica para clientes finais, o consumo próprio e o suprimento para outras concessionárias totalizaram 16.187 GWh, enquanto a energia em trânsito, distribuída a clientes livres, 6.874 GWh. A configuração do balanço energético foi alterada em relação ao ano anterior, em razão da migração dos clientes cativos para a condição de livres.

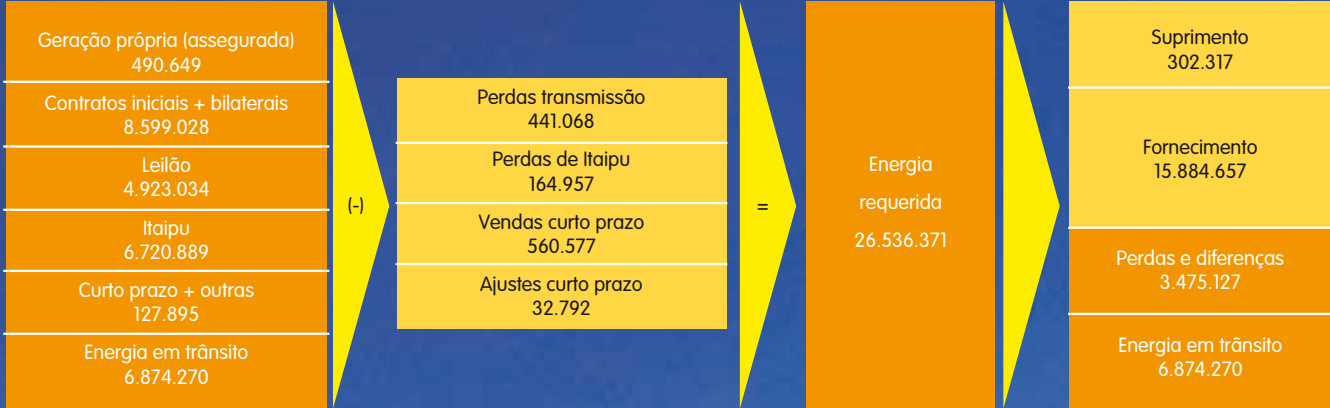
As compras de energia somaram 20.371 GWh, volume 4,2% superior ao de 2004 (19.554 GWh), em decorrência principalmente do crescimento do mercado e dos seguintes aspectos:

- desverticalização dos ativos da Escelsa e da Enersul;
- na Escelsa, pelo aumento da carga do sistema, devido à mudança do ponto de medição de conexão com a rede básica, de Cachoeiro (ES) para Campos (ES);
- na Enersul, pela mudança dos pontos de medição para as fronteiras do sistema, a partir do mês de março de 2005 (de Campo Grande para Jupia e de Nova Andradina/Ivinhema/Dourados para Porto Primavera).

A queda da geração própria (menos 61,0%) reflete a desverticalização de ativos realizada no ano, quando todas as atividades de geração da Enersul e da Escelsa foram assumidas pela Energest, empresa que atua como *subholding* de geração da Energias do Brasil. No balanço das distribuidoras, essa energia foi transferida para o volume de contratos iniciais e bilaterais. O ano de 2005 foi o último em que as distribuidoras mantiveram Contratos Iniciais de compra de energia. Conforme previsto na Lei nº. 9.648, de 27 de maio de 1998, esses contratos tiveram os últimos 25% reduzidos dos montantes originais.



Balanço energético (MWh)



Leilões

As distribuidoras participaram dos leilões de energia promovidos pela Aneel, atuando no segundo leilão de energia de empreendimentos existentes, realizado em abril de 2005, e no leilão para compra de energia proveniente de novos empreendimentos, realizado em dezembro de 2005.

No leilão de energia de empreendimentos existentes foram adquiridos lotes de dez geradoras para o período de 2008 a 2015, ao preço médio de R\$ 83,13/MWh. A Bandeirante comprou 2.912 GWh; a Escelsa, 1.457 GWh, e a Enersul, 961 GWh.

No leilão de energia proveniente de novos empreendimentos foram adquiridos lotes para contratos iniciados em 2008, 2009 e 2010, com períodos contratuais de 30 anos para empreendimentos de fonte hídrica e de 15 anos para a fonte térmica.



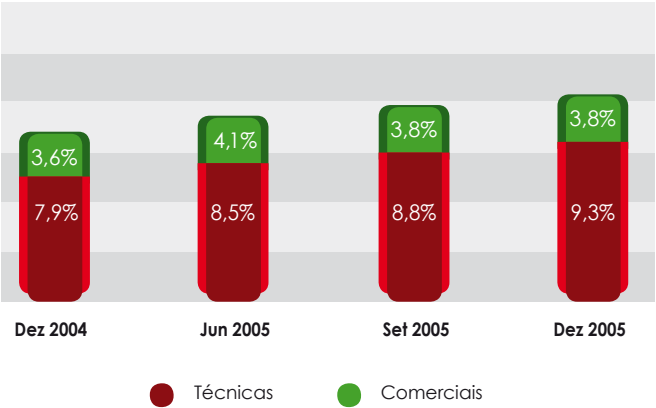
Manutenção de redes

Perdas

As distribuidoras intensificaram, em 2005, ações para conter o crescimento das perdas, especialmente as comerciais, um fenômeno que tem se ampliado a partir do racionamento de energia, em 2001/2002. As perdas comerciais envolvem especialmente fraudes e medidores danificados e as perdas técnicas referem-se à dispersão de energia nos sistemas de transmissão. Na Energias do Brasil (média das três distribuidoras), o índice anual de perdas totais (técnicas e comerciais) foi de 13,1%, aumento de 1,6 ponto percentual em comparação a 2004.

Perdas e diferenças

com base na média dos últimos 12 meses findos no mês



Na Bandeirante, registrou-se 10,5% de perdas totais, o que representa um acréscimo de 1,3 ponto percentual em relação a 2004; de 21,5%, na Enersul, 5,5 pontos percentuais acima do ano anterior, e de 13,3% na Escelsa, uma elevação de 0,3 ponto percentual.

Na Enersul, que historicamente registra perdas técnicas acima da média nacional – pela extensão territorial e baixa concentração de cargas –, o índice de 2005 foi fortemente influenciado pela mudança dos pontos de medição, atendendo à Resolução 344/2002 da Aneel. Assim, perdas anteriormente consideradas como da rede básica foram incorporadas à distribuidora. Adicionalmente, ocorreu um aumento do fluxo de intercâmbio Sudeste-Sul, devido à seca na Região Sul, no primeiro semestre. Esses efeitos resultaram no crescimento do nível de perdas técnicas, de 10,1%, em 2004, para 15,6%, no ano de 2005. Por essa razão, foi solicitada à Aneel a manutenção dos pontos utilizados até março de 2005, para efeito de apuração e contabilização visando à adequação do ponto de medição.



Combate a perdas comerciais

O Plano de Combate às Perdas Comerciais, já adotado pelas distribuidoras em 2005, será intensificado no triênio 2006/08, unificando as ações para reduzir o prejuízo representado especialmente por fraudes nas ligações.

Na Bandeirante, foram realizadas 61.603 inspeções de campo e substituídos 21.511 medidores. Na Escelsa, as perdas comerciais, que haviam atingido um pico de 6,2% em março, encerraram o ano em 5,1%, devido às ações de combate às fraudes executadas com dois focos: fiscalização e tecnologia de medição de faturamento e proteção da rede de baixa tensão. Foram realizadas 258.573 inspeções do tipo varredura e retiradas 142.801 ligações clandestinas. Foi concluído também um projeto informatizado para detectar possíveis ocorrências de uso ilícito de energia elétrica e de instalações irregulares. Na Enersul, foram realizadas 156.677 inspeções de campo. As perdas comerciais tiveram uma pequena queda em 2005 em relação às perdas de 2004, passando de 6,0% para 5,9%. A tendência é de redução nos próximos anos em razão das significativas ações adotadas.

Investimentos

Os investimentos em distribuição totalizaram R\$ 448,4 milhões, 39,1% mais do que em 2004, destacando-se os volumes direcionados para expansão e melhoramento das redes (46% do total) e universalização, especialmente com o programa Luz para Todos (26%).

O principal destaque da Bandeirante foi a construção de 7,5 quilômetros, de um total de 10,5 quilômetros da Linha de Transmissão Aérea Norte-Nordeste, com o objetivo de interligar duas subestações de 4 X 400 MVA – 345/88kV da supridora CTEEP, o que possibilitará, em situações de contingência, transferir até 308 MVA de capacidade entre as subestações Norte e Nordeste.

A empresa ainda investiu R\$ 10,3 milhões no Programa Integrado de Modernização (PIM), iniciado em 2002, com os objetivos de obter maior eficiência, agilidade e flexibilidade operacionais, reduzir custos, melhorar a qualidade dos serviços e assegurar a sustentabilidade dos resultados. Em 2005, foi concluído o processo de modernização das subestações, permitindo telecomandar equipamentos, monitorar e sinalizar, em tempo real, qualquer evento na rede elétrica, reduzindo o tempo dos desligamentos e de atendimento aos clientes. Também prosseguiu o projeto de automação das redes de distribuição, e entrou em produção o PowerOn, ferramenta que facilita e torna mais ágil a localização das possíveis falhas associadas a reclamações dos clientes. A Bandeirante ainda instalou uma rede corporativa de telecomunicações de alta capacidade, convergente, para transmissão de voz, dados e imagem, que integra lojas de atendimento ao cliente, empreiteiras e as demais empresas da Energias do Brasil.

Investimentos (R\$ mil)	Bandeirante	Escelsa	Enersul	Total 2005
Expansão da rede	52.927	36.584	61.431	150.942
Melhoramento da rede	12.588	22.620	20.378	55.586
Modernização, telecom. e informática	17.807	25.785	19.159	62.751
Universalização	8.452	46.891	70.110	125.453
Outros	25.473	7.562	20.592	53.627
Total	117.247	139.442	191.670	448.359

Na Escelsa, destacam-se os seguintes investimentos:

- Seccionamento e aplicação de Linhas de Distribuição (LD) em 138 kV para conexão do sistema Escelsa à subestação de transmissão Viana (345kV), construída por Furnas. Para o Estado do Espírito Santo, o empreendimento representará um novo ponto de suprimento, propiciando redistribuição dos fluxos de potência na rede de distribuição da Escelsa, assim como redução do fluxo de transformação da Subestação de Vitória e, conseqüentemente, diminuição significativa dos riscos de colapso de suprimento de energia à região atendida. Situada na localidade de Areinha, Município de Viana (ES), a linha encontra-se parcialmente energizada.
- Introdução da LD em 138kV Nova Venécia-Pavão – em andamento. Com 23,27 quilômetros de extensão, interliga as subestações de Nova Venécia e Vila Pavão, no norte do Estado do Espírito Santo, para atender ao crescimento do mercado na região de Vila Pavão, sobretudo em decorrência da atividade de mineração. A sua instalação possibilitará uma maior transferência de potência para a região, melhorando a confiabilidade e flexibilidade operacional do sistema de distribuição e permitindo o crescimento do mercado de energia elétrica e o desenvolvimento econômico e social do norte do Estado.
- Introdução da LD em 138kV Linhares-Cacimbas – em andamento. A necessidade de adotar uma nova linha de distribuição de energia elétrica para atender à região de Cacimbas decorre da atividade de exploração de gás e petróleo e da construção da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, pela Petrobras. A linha tem sua operação prevista para março de 2006.
- Investimentos em Tecnologia da Informação, especialmente para a unificação de sistemas de informação do grupo Energias do Brasil.

Na Enersul, destacam-se os investimentos realizados em 2004 e 2005 para a substituição da Usina Térmica de Porto Murtinho. O objetivo é atender à demanda e integrar a região do município de Porto Murtinho ao Sistema Interligado Nacional. Com conclusão prevista para janeiro de 2006, a obra consiste na ampliação da subestação de distribuição de Jardim e construção da linha de distribuição de Jardim a Porto Murtinho, com 195 quilômetros de extensão e 138 kV, além da instalação da subestação de distribuição Porto Murtinho. Também teve início o empreendimento Naviraí, com a construção de 90 quilômetros de linha em 138 kV, a partir da subestação Eldorado, e uma subestação para atender à região do município de Naviraí, que deve estar concluída em julho de 2006. Outros investimentos importantes para o reforço do sistema Enersul e a conexão das centrais geradoras do Proinfa incluíram o início das adequações de subestações e a construção da linha Camapuã/Paraíso, em 138 kV, com conclusão prevista para 2007. Destacam-se ainda os investimentos em Tecnologia da Informação para a unificação de sistemas do grupo Energias do Brasil.

Universalização

O Programa de Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica, que inclui o programa Luz para Todos, recebeu investimentos de R\$ 125,4 milhões em 2005, 95,6% mais do que no ano anterior (R\$ 64,1 milhões). Durante o ano, foram realizadas aproximadamente 16 mil ligações em áreas rurais nas regiões das distribuidoras. No que concerne ao programa Luz para Todos, o Termo de Compromisso assinado por todas as distribuidoras brasileiras com o Ministério de Minas e Energia estabeleceu metas que foram cumpridas pelas empresas da Energias do Brasil. O objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades mais carentes, até o ano de 2008 (Escelsa e Enersul têm prazo até o final de 2006). Para o custeio do programa, 15% são financiados com recursos próprios e o restante por diversas fontes, como Eletrobrás, Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), governos estaduais e Reserva Global de Reversão (RGR).





Qualidade

Os indicadores de qualidade das três distribuidoras ficaram dentro dos valores de referência da Aneel.

Eventos externos com origem no Sistema Interligado Nacional (SIN) – e, portanto, fora do controle das empresas – tiveram impacto sobre o desempenho da Duração Equivalente de Interrupção por Cliente (DEC), expressa em horas médias que o consumidor ficou sem abastecimento de energia durante o ano. Na Bandeirante, essas interrupções representaram um acréscimo de 0,17 hora. Na Enersul, de 0,19 hora. Na Escelsa, sem os dois blecautes ocorridos em janeiro, a DEC teria sido de 9,96 horas. Em relação à Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (FEC), na Bandeirante foram registradas 6,62 interrupções em média por cliente durante o ano, comparativamente a 5,76, no ano anterior e a referência de 9,74 da Aneel. Na composição do indicador, foi considerado o impacto de 0,80 interrupção/ consumidor/ano provocado pelo desempenho do SIN. Na Enersul, ante um valor de referência de 15,01 da Aneel, a FEC atingiu 9,16 (8,03, em 2004), sendo uma contribuição de 0,37 proveniente do SIN. E, na Escelsa, apesar de 2,02 interrupções

originadas no SIN, houve uma melhora do desempenho, passando de 9,68, em 2004, para 8,66, em 2005, melhor que a referência de 11,04 da Aneel.

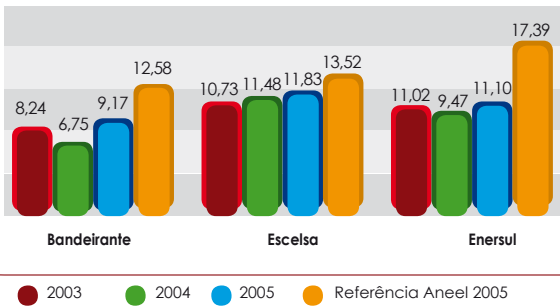
Na Bandeirante, o Tempo Médio de Atendimento (TMA), que indica o intervalo de tempo médio em minutos entre uma reclamação de interrupção e seu restabelecimento, passou de 97 minutos, em 2004, para 160, em 2005, impactado por temporais ocorridos na região; na Enersul, cresceu de 86 para 98, e, na Escelsa, apresentou uma redução de 148 para 139 minutos.



São José dos Campos - SP

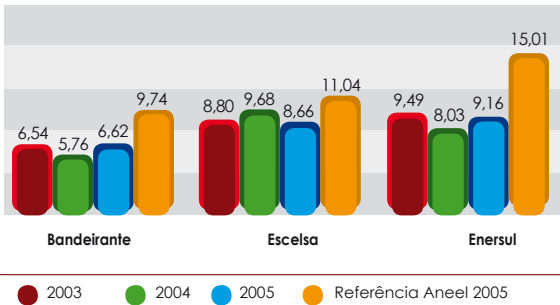
DEC - Duração equivalente de interrupção por cliente

(horas - média cliente/ano)



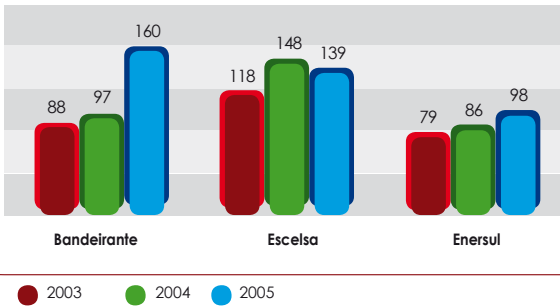
FEC - Frequência equivalente de interrupção por cliente

(vezes - média cliente/ano)



TMA - Tempo médio de atendimento

(minutos)



Geração

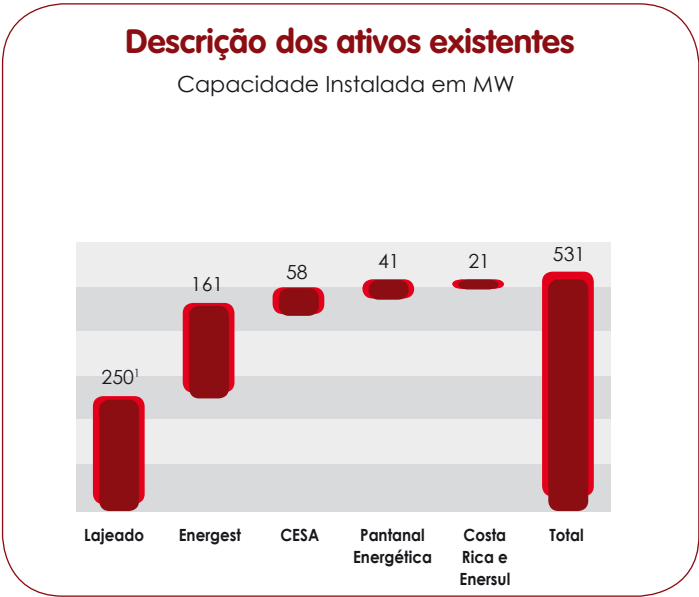
Novas capacidades
de geração já têm sua
energia totalmente
contratada

Os negócios de geração de energia compreendem a gestão de Usinas Hidrelétricas (UHE) e de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) localizadas nos Estados do Espírito Santo, do Mato Grosso do Sul e do Tocantins, com capacidade instalada total de 531 MW, assim como o desenvolvimento de novos negócios que permitirão duplicar a potência instalada, no final de 2006.

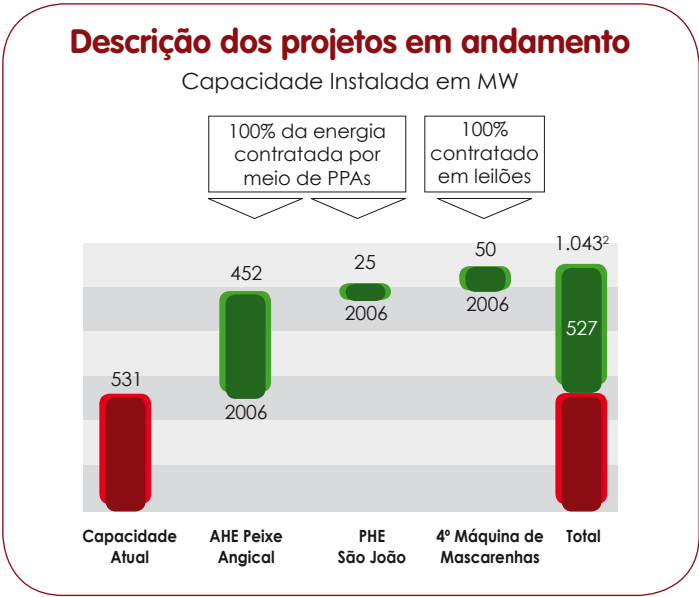
Prioritária nos investimentos da companhia, como parte de sua estratégia de crescimento e diversificação de portfólios, a área de geração recebeu aportes no valor de R\$ 700,8 milhões em 2005 (R\$ 746,7 milhões no ano anterior). A maior parte dos recursos (R\$ 638,6 milhões) foi direcionada ao AHE Peixe Angical, situado no Rio Tocantins, prevendo-se a sua entrada em operação comercial em 2006.

Em 2005, o volume total de produção foi de 2.756 GWh e os negócios proporcionaram uma receita líquida de R\$ 173,1 milhões, originando um EBITDA de R\$ 100,9 milhões, com margem de 58,3%.

Os ativos de geração e de transmissão que pertenciam à Escelsa e à Enersul foram transferidos para a Energest, a partir da separação das suas atividades (desverticalização) efetuada durante o ano.



Nota
(1) Ajustada pela participação da Energias do Brasil



(2) Ajustada pela desativação das unidades termoeletricas (15MW)



Leilões de energia

Em 2005, a Energest participou de três leilões de geração de energia. Em abril, ocorreu a participação no segundo leilão de energia existente, com a comercialização de 20 MW médios referentes a UHE Mimoso, ao preço médio de R\$ 78,50/MWh, em contratos para o período de 2008 a 2015. A segunda participação ocorreu em agosto, correspondendo a uma chamada pública de geração distribuída para atender às necessidades das distribuidoras no período de agosto a dezembro de 2005, quando foram arrematados 35,94 MW médios ao preço de R\$ 62,10/MWh.

A terceira participação em leilão envolveu a comercialização de energia no primeiro leilão para compra de energia proveniente de novos empreendimentos, realizado em dezembro, com a venda de 27 MW médios em contratos de 30 anos. Os volumes de energia vendidos referem-se à capacidade da quarta máquina da UHE Mascarenhas (23 MW médios), que entrará em operação em 2006, e à parcela correspondente à EDP Lajeado na revisão da energia assegurada da UHE Lajeado (4 MW médios). A energia da quarta máquina da UHE Mascarenhas foi vendida por R\$ 115,98 o MWh, com início em 2008, e o acréscimo da energia da UHE Lajeado, em dois lotes de 2 MW médios, a R\$ 114,98 MWh e R\$ 115,98 MWh, a partir de 2008 e 2009, respectivamente.

Capacidade instalada e evolução projetada (MW)	2004	2005	2006 ⁽¹⁾
EDP Lajeado ⁽²⁾	249,5	249,5	249,5
Energest	161,1	161,1	210,6
Cesa	58,5	58,5	83,5
Costa Rica	16,5	16,5	16,5
Enersul (Porto Murtinho)	4,5	4,5	-
Pantanal Energética	40,8	40,8	31,2
Enerpeixe	-	-	452,0
Total	530,9	530,9	1.043,3

(1) - Considera a desativação das térmicas Coxim, Corumbá e Porto Murtinho
(2) - Correspondente à participação da Energias do Brasil (27,65%)

Energia assegurada (MW médios)	2005
EDP Lajeado ⁽²⁾	145,60
Energest	122,01
Cesa	33,80
Costa Rica	10,33
Pantanal Energética ⁽³⁾	22,30

(2) - Correspondente à participação da Energias do Brasil (27,65%)
(3) - Não inclui a garantia física das térmicas Coxim e Corumbá (3,85 MW médios)

EDP Lajeado

A UHE Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), localizada no Rio Tocantins (TO), tem capacidade total instalada de 902,5 MW. A participação da Energias do Brasil no empreendimento, por meio da EDP Lajeado, é de 27,65% do capital votante, o que corresponde a aproximadamente 250 MW. A usina, construída em consórcio liderado pela Investco, tem ainda participação do Grupo Rede, CEB e CMS Energy. As operações foram iniciadas em 2001, atingindo a plena capacidade em 2002, com as cinco turbinas em operação.

Durante 2005, foram produzidos 1.203,2 GWh, correspondentes a 97,4% da energia assegurada reconhecida pela Aneel.

No início de 2006, a Investco S.A., detentora da concessão para exploração de Lajeado, e seus acionistas, incluindo a EDP Lajeado, chegaram a acordo com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, para a solução das questões decorrentes da participação da Eletrobrás em ações resgatáveis emitidas pela Investco (ações PN-R).

Essas ações, cujo número total era 234.452.116, correspondiam a 37,52% do capital social da Investco, sendo atualizadas monetariamente, até seu resgate, por IGP-M acrescido de 12% ao ano. O valor atualizado em 30/11/2005 era de R\$ 1.067.259.353,34. Essas ações PN-R possuíam previsão de resgate em cinco parcelas anuais, tendo a primeira delas vencido em 31/12/2003. A Investco não chegou a realizar qualquer resgate dessas ações, devido à inexistência de reservas de capital em seu balanço patrimonial, conforme exigido pela legislação societária brasileira.



UHE Lajeado - TO

A EDP Lajeado, controlada a 99,99% pela Energias do Brasil, era responsável por 27,65% do total das ações resgatáveis, o que correspondia a 64.829.527 ações, e a R\$ 295.113.220,09, na data-base de 30/11/2005, estando as parcelas vencidas correspondentes à sua parte totalmente provisionadas em seu balanço. Pelo acordo alcançado em 29/12/2005, com a celebração de Instrumentos Particulares de Venda e Compra de Ações entre os acionistas da Investco e a Eletrobrás, a EDP Lajeado adquiriu as ações resgatáveis da Investco S.A. proporcionalmente à sua participação no capital ordinário da empresa, efetuando o respectivo pagamento por meio de créditos atribuídos à Eletrobrás. Dessa forma, foram utilizados pela Eletrobrás R\$ 110.536.001,46 para subscrever 83.234.057 novas ações preferenciais do seu capital social, sem direito de voto ou a resgate, correspondendo a 40,07% do capital total, e R\$ 184.577.218,63 para adquirir títulos representativos de Partes Beneficiárias com rendimento igual

a 10% do seu lucro anual, antes das demais participações, com condição de conversibilidade em ações preferenciais, sem direito de voto, ao final do período de concessão da usina de Lajeado (ano de 2032). A conversão das partes beneficiárias em ações preferenciais corresponderá, no momento da conversão, a 5,084% do total das ações emitidas pela EDP Lajeado.

Enerpeixe

O AHE Peixe Angical, localizado no Rio Tocantins (TO), encontra-se em construção e terá uma capacidade nominal de 452 MW, quando da conclusão da instalação de suas três unidades geradoras, em outubro de 2006.

A Enerpeixe S.A., cujo capital é detido 60% pela Energias do Brasil e 40% por Furnas Centrais Elétricas S.A., é a responsável pelo empreendimento. O projeto tem um custo total de cerca de R\$ 1,6 bilhão, na moeda de dezembro de 2003, e conta

com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de um consórcio de bancos, no valor de R\$ 670 milhões.

O avanço no cronograma de obras em 2005 permitiu que a construção ingressasse, em janeiro de 2006, na sua última fase, com a obtenção da licença de operação concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o conseqüente início do enchimento do reservatório. A energia anual assegurada de Peixe Angical, 2.374 GWh, permite realizar o abastecimento de uma cidade com 4 milhões de habitantes e encontra-se contratada pelas distribuidoras do grupo. O projeto foi desenvolvido de forma a minimizar e compensar os impactos ambientais e sociais decorrentes de uma obra dessa magnitude – a área do lago criado para a usina terá 294 km². Foram desenvolvidos 30 projetos ambientais e socioeconômicos destinados a monitorar e proteger a fauna e a flora da região atingida, desenvolver iniciativas de educação ambiental e garantir a qualidade de vida da população, incluindo a aquisição de terras, relocação dos moradores em áreas urbanas e rurais, construção de escolas, postos de saúde, infra-estrutura e equipamentos para hospitais, obras de saneamento, recomposição de áreas de turismo e lazer.

A Enerpeixe adquiriu 3 mil hectares para relocar 126 famílias da região atingidas pela formação do reservatório. Além de novas casas, foram construídos arruamentos, cisternas, currais, cercas e toda a infra-estrutura para o fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água aos moradores.

De forma inédita no setor elétrico brasileiro, a situação das famílias afetadas foi permanentemente avaliada por meio de um Foro de Negociação, coordenado pelo Ibama, com a participação do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, representantes dos municípios envolvidos (Peixe, São Salvador e Paranã), da comunidade, do Instituto Natureza do Tocantins (Naturantins) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A Enerpeixe construiu, próximo ao canteiro de obras, um espaço para abrigar provisoriamente os animais resgatados durante o enchimento do reservatório e um viveiro de mudas equipado para armazenar e germinar espécies nativas da região, com capacidade para produzir, em dois anos, 100 mil mudas para reflorestamento.



Energest

A Energest S.A. detém capacidade instalada total de 276,9 MW, sendo responsável pela gestão das UHE Mascarenhas e UHE Suíça, da Linha de Transmissão Governador Valadares-Mascarenhas, além das empresas Cesa, Costa Rica e Pantanal Energética. A empresa recebeu esses ativos dentro do processo de reestruturação societária da Energias do Brasil, ocorrida em abril de 2005, e da desverticalização, em junho do mesmo ano, em atendimento às regras estabelecidas pela lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

No ano de 2005, foram produzidos 1.541 GWh, dos quais 502 GW/h gerados antes da desverticalização na Escelsa e Enersul.

Em termos de fatos relevantes ocorridos em 2005, assinalam-se a continuação dos trabalhos da instalação da quarta máquina na UHE Mascarenhas e a retomada, em setembro, das obras da PCH São João. Nesse período, os investimentos totalizaram R\$ 34,5 milhões.

No final do ano de 2005, foi tomada a decisão de desativar as usinas termelétricas Corumbá e Coxim, pertencentes à Pantanal Energética, que possuem a potência instalada de 9,6 MW.

Geração	Capacidade Instalada (MW)
Energest	161,06
Suíça	30,06
Mascarenhas	131,00
Cesa	58,54
Alegre	2,06
Fruteiras	8,74
Jucu	4,84
Rio Bonito	16,80
Viçosa	4,50
Paraíso	21,60
Pantanal	40,76
Mimoso	29,50
São João I	0,66
São João II	0,60
Coxim	0,40
Térmicas	9,60
Corumbá	6,00
Coxim	3,60
Costa Rica	16,50
Costa Rica	16,50
Total	276,86

Enercouth

A Enercouth, empresa detida pela Energias do Brasil, possui 49% do Consórcio EnerRede Couto Magalhães, responsável pela concessão do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Couto Magalhães (150 MW de capacidade instalada). O Grupo Rede controla os restantes 51%.

Os trabalhos referentes ao AHE Couto Magalhães mantêm-se suspensos, na sequência da solicitação à Aneel, por parte do Consórcio EnerRede Couto Magalhães, da formalização da rescisão amigável do contrato de concessão. No decorrer do período, foram prestados esclarecimentos ao processo, respondendo à demanda específica da entidade reguladora e do Ministério de Minas e Energia.

Atualmente, aguarda-se uma posição da Aneel sobre essa solicitação, que foi motivada pela inserção de exigências de entidades oficiais na vertente ambiental não previstas no contrato de concessão e suscetíveis de comprometer a viabilidade econômica do empreendimento. Além de encarecer substancialmente o projeto, essas exigências provocariam atrasos igualmente dispendiosos para a sua conclusão.

Comercialização

A Enertrade é a mais ativa comercializadora no segmento do mercado livre de energia elétrica. Em 2005, comercializou um volume de 6.379 GWh, acréscimo de 31,6% na comparação com 2004 (4.849 GWh) – ano em que o crescimento já atingira 77% em relação a 2003.

A receita líquida avançou 32,5%, em 2005, para R\$ 430,5 milhões. O EBITDA, de R\$ 53,8 milhões, mostrou evolução de 23,4%, e o lucro líquido, de R\$ 47,9 milhões, cresceu 82,8%.

Em 2005, com a maior disponibilidade de energia, o mercado livre representou atratividade adicional para clientes com carga de consumo acima de 3 MW, que podem escolher com qual fornecedor de energia querem operar.

Novos clientes

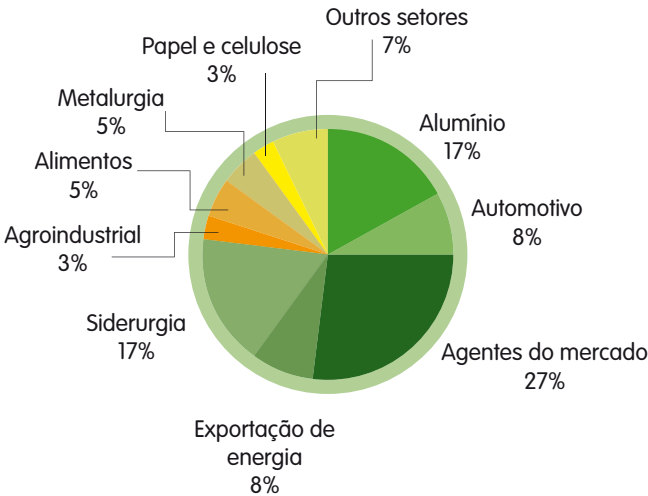
Na Enertrade, três ações são consideradas as mais relevantes do ano: 1) a retenção de consumidores que eram abastecidos pelas distribuidoras do grupo e a conquista de novos clientes fora da área de concessão dessas distribuidoras, 2) o aperfeiçoamento do sistema de gestão de risco, e 3) a adoção de novos procedimentos de faturamento.

O primeiro marco decorre da maior clareza conferida pela regulamentação do setor, que permitiu estabelecer, em 2005, critérios mais objetivos, facilitando a transição de consumidores das distribuidoras para a comercializadora e, portanto, mantendo-os como clientes da Energias do Brasil.

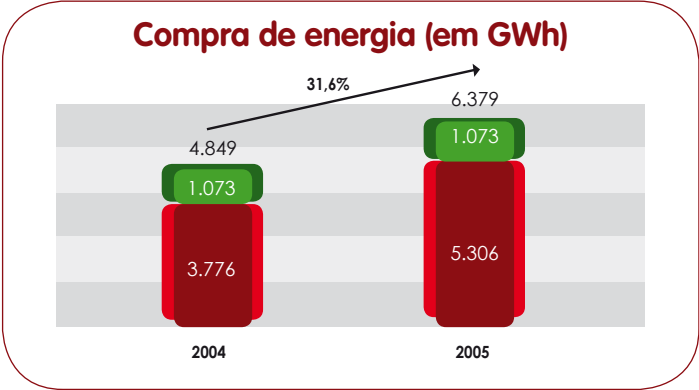
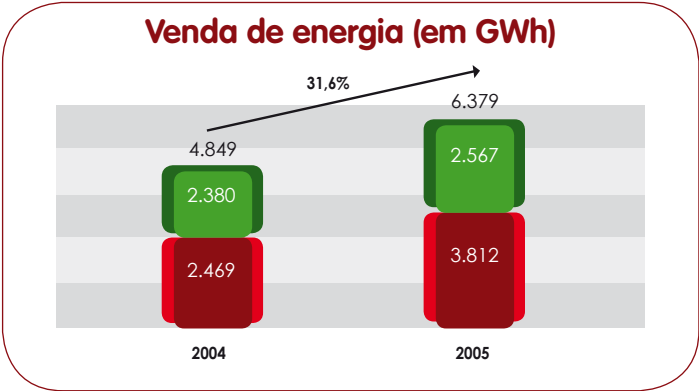
Com uma atuação direcionada a conquistar a fidelidade dos clientes que optem pela aquisição de energia no mercado livre, por meio do fornecimento de energia e soluções desenhadas de acordo com as suas necessidades, a Enertrade

triplicou o número de clientes dentro da área de concessão das distribuidoras. Houve crescimento expressivo também em outras regiões – 67% em relação a 2004. Na assessoria aos clientes, a empresa auxilia em questões que visam à redução de custos para o consumidor.

Setor de atividade dos clientes - 2005



**Enertrade foi eleita a
melhor empresa do setor
elétrico em 2005**



Subestação Bento Ferreira - ES



Sorriso de progresso.



Análise de desempenho econômico-financeiro

Investimentos

Itens em R\$ mil ou %	Distribuição					
	Bandeirante		Escelsa		Enersul	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Receita líquida	1.976.388	1.822.806	1.223.333	1.023.803	871.221	701.128
Gastos operacionais - depreciação	1.701.558	1.490.933	979.914	843.408	588.267	488.984
EBITDA	274.830	331.873	243.419	180.395	282.954	212.144
Margem EBITDA %	13,9%	18,2%	19,9%	17,6%	32,5%	30,3%

Itens em R\$ mil ou %	Geração				Comercialização		Consolidado **	
	Energest		Lajeado		Enertrade			
	2005	2004*	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Receita líquida	78.144	-	95.005	84.214	430.531	325.025	4.323.225	3.692.072
Gastos operacionais - depreciação	22.808	-	37.538	38.855	376.762	281.435	3.410.619	2.916.852
EBITDA	49.192	-	51.703	40.284	53.769	43.590	912.606	775.220
Margem EBITDA %	63,0%	-	54,4%	47,8%	12,5%	13,4%	21,1%	21,0%

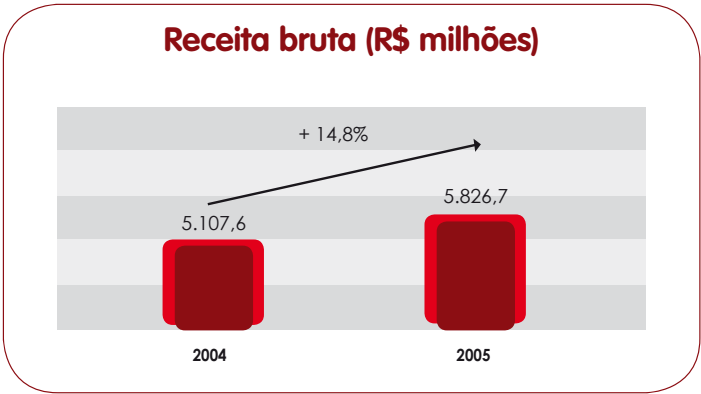
* A Energest passou a gerar receita apenas em 2005, após a desverticalização que alocou ativos de geração sob seu controle.

** Consolidado: considera Bandeirante, Escelsa, Enersul, Enertrade, Lajeado, Energest, Enercorp, Cesa, Costa Rica, a holding Energias do Brasil e eliminações entre empresas.

Receita operacional

No ano de 2005, a receita operacional bruta da Energias do Brasil atingiu R\$ 5.862,7 milhões, crescimento de 14,8% em comparação ao ano anterior.

No mesmo período, a receita operacional líquida aumentou 17,1%, totalizando R\$ 4.323,2 milhões. Este desempenho reflete basicamente o crescimento de 3,0% verificado no volume de energia distribuída no período, assim como efeitos advindos de reajustes tarifários aplicados às três distribuidoras do grupo nos períodos analisados (conforme tabela na página seguinte).



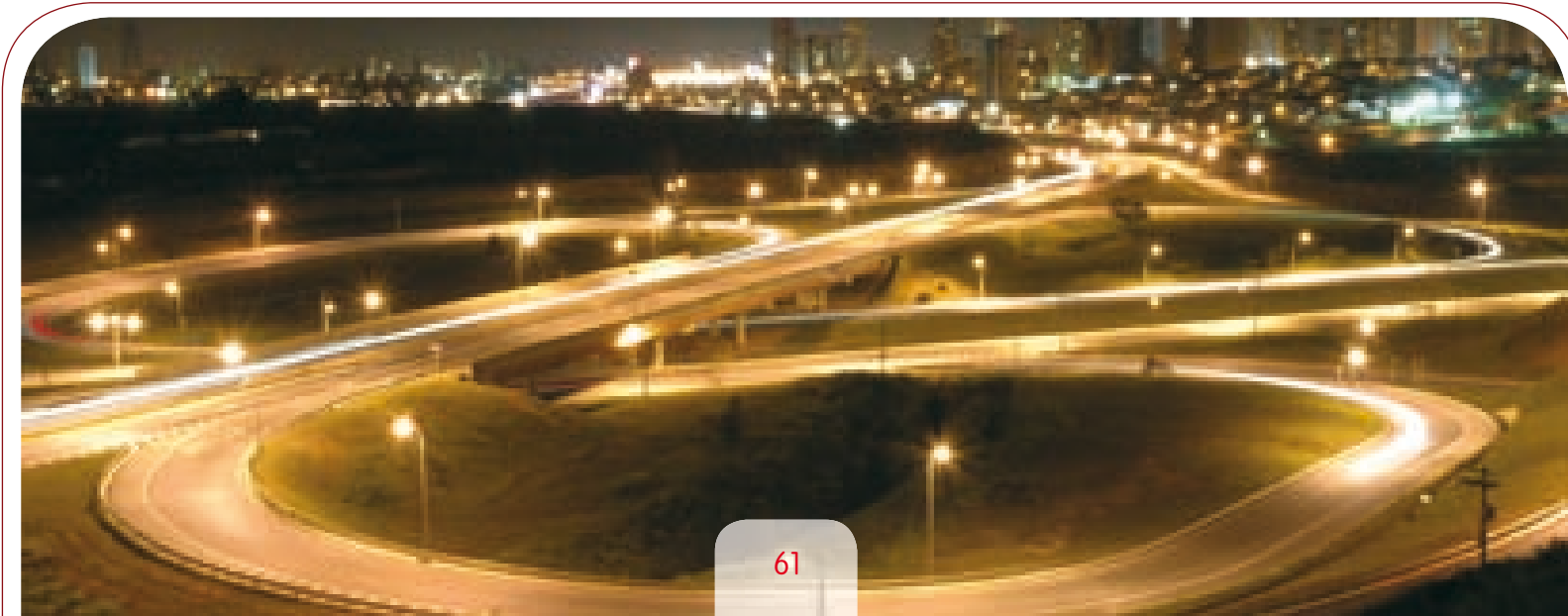
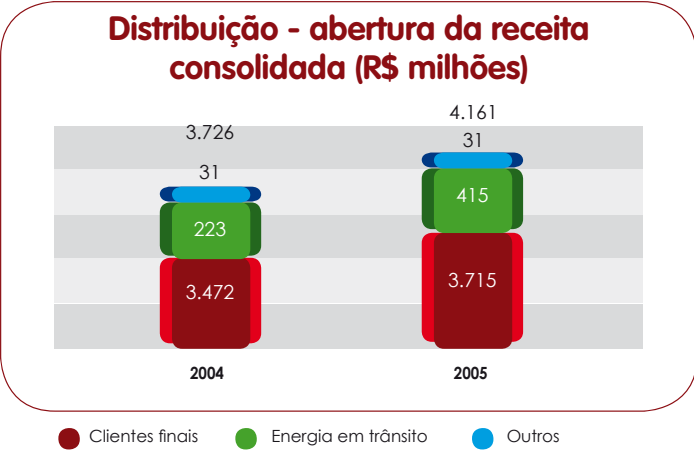


Distribuidora	2003		2004		2005	
	Revisão	Reajuste	Revisão	Reajuste	Reajuste	Data
Bandeirante	14,68% ^(a)	-	-	15,95%	-8,86%	23/10/05
Escelsa	-	17,30%	4,96% ^(b)	-	4,93%	07/08/05
Enersul	32,59% ^(c)	-	-	17,02%	20,69%	08/04/05

(a) Reflete o valor provisório do índice de Reposicionamento Tarifário (RT). Em outubro de 2005, o RT de 2003 foi estabelecido de forma definitiva em 9,67%.
(b) Reflete o valor provisório do RT de 6,33%, acrescido de variações financeiras. O RT de 2004 foi estabelecido de forma definitiva em agosto de 2005 em 8,58%.
(c) Reflete diferimento do RT de 2003 (50,81%).

No ano de 2004, foram registrados efeitos negativos provocados por ajustes retroativos na Bandeirante e Escelsa por conta da revisão de suas BRR, enquanto em 2005 registraram-se impactos positivos resultantes da revisão da BRR da Enersul (R\$ 75 milhões) e Escelsa (R\$ 15 milhões), parcialmente compensados pelo impacto negativo de R\$ 31,3 milhões decorrente da revisão da BRR da Bandeirante, em outubro de 2005.

A receita da Taxa de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd) atingiu R\$ 415,1 milhões, 86,0% mais do que o valor registrado no ano de 2004, resultado, basicamente, da migração de clientes cativos para a condição de clientes livres.



São José dos Campos - SP

Receita operacional líquida - R\$ mil	acum. 12 Meses		Var.
	2005	2004	
Fornecimento			
Residencial	1.406.720	1.280.388	9,9%
Industrial	1.072.249	1.100.935	-2,6%
Comercial	746.488	646.857	15,4%
Rural	143.670	124.516	15,4%
Outros	346.188	319.828	8,2%
Fornecimento não faturado	133.285	(9.902)	N.A.
Total fornecimento	3.848.600	3.462.622	11,1%
Suprimento			
Convencional	30.790	30.713	0,3%
Energia de curto prazo e suprimento leilão	29.638	2.615	N.A.
Total suprimento	60.428	33.328	81,3%
Fornecimento e suprimento	3.909.028	3.495.950	11,8%
Disponibilização do sistema de distribuição	415.067	223.152	86,0%
Comercialização (supr. e forn.)	226.333	150.278	50,6%
Outras receitas operacionais	204.618	250.375	-18,3%
Sub-total	4.755.046	4.119.755	15,4%
(-) Deduções à receita operacional	(431.821)	(427.683)	1,0%
Receita operacional líquida	4.323.225	3.692.072	17,1%

Despesas operacionais

As despesas operacionais totalizaram R\$ 3.650,4 milhões, o que representa incremento de 16,1% em relação a 2004.

Os gastos gerenciáveis, excluindo a depreciação, apresentaram aumento de 13,9%, refletindo principalmente o acréscimo de: 1) R\$ 40,9 milhões nos custos relacionados aos serviços de terceiros, 2) R\$ 18,4 milhões em outros gastos gerenciáveis e 3) R\$ 13,9 milhões em provisões. No ano, foram registrados gastos não-recorrentes no montante de R\$ 45,7 milhões. Desconsiderando-se tais impactos, os gastos gerenciáveis teriam apresentado um aumento de 6,6% na comparação com 2004.

O item serviços de terceiros incluiu efeitos de reajustes contratuais, despesas com melhorias operacionais (manutenção e expansão de redes e subestações, corte,

religação, inspeção de medidores, serviço de call center), consultorias especializadas e serviços de informática, e suas principais variações seguem:

- Na Bandeirante, verificou-se um aumento de R\$ 10,8 milhões, causado principalmente pelo impacto de R\$ 3,0 milhões com o crescimento nas operações de corte/religação e por maiores desembolsos com leitura, entrega e cobrança de contas, R\$ 2,1 milhões com consultorias empresariais, R\$ 1,1 milhão com licenças de uso de novos sistemas de informação e R\$ 2,0 milhões relativos à melhoria do atendimento/instalação de serviço 24 horas nos call centers e outros.
- Na Escelsa, registrou-se aumento de R\$ 15,3 milhões, sendo R\$ 6,6 milhões relativos à determinação legal para adotar plantão de duplas de eletricitas e à ampliação dos serviços, R\$ 3,6 milhões referentes à contratação de prestadores de serviços para execução de inspeções e ao incremento dos serviços de corte e religação dentro do programa de combate às perdas comerciais e R\$ 2,9 milhões com consultorias empresariais.
- A Enersul apresentou um crescimento de R\$ 14,3 milhões, que compreendem R\$ 4,2 milhões relacionados às atividades de inspeção e leitura de medidores e de corte e religação de clientes, R\$ 2,8 milhões associados à manutenção adicional dentro do programa Luz Para Todos, R\$ 1,9 milhão referente à contratação de serviços de atualização de sistemas de monitoramento e cobrança de clientes, R\$ 1,2 milhão em serviços de informática, R\$ 1,0 milhão relativo à obrigação de contratação exclusiva da Empresa de Correios e Telégrafos na entrega de contas de energia e R\$ 1,0 milhão com consultorias.

Os outros gastos gerenciáveis contemplam principalmente R\$ 25,9 milhões negativos referentes à baixa de ativos contingentes na Bandeirante, baixa de provisão de ICMS – que gerou um impacto positivo no valor de R\$ 9,0 milhões na Escelsa, em setembro de 2004 – e R\$ 5,7 milhões relativos ao IPO.

No item provisões, a principal variação decorreu da constituição de provisões de atualização de ações judiciais de natureza cível e trabalhista (R\$ 7,2 milhões) e provisões para devedores duvidosos (R\$ 6,0 milhões) na Enersul.



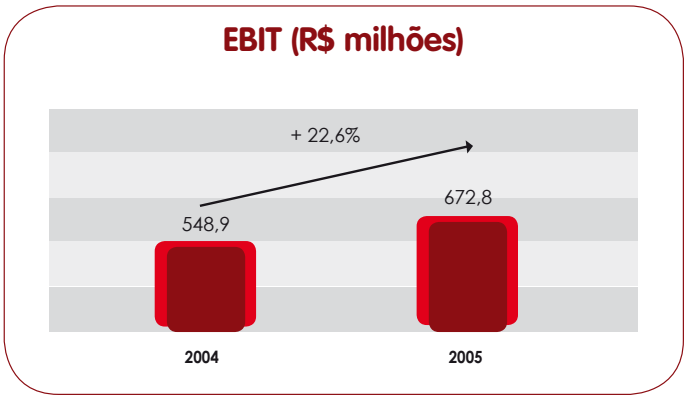
Dentre os gastos não-gerenciáveis, destacaram-se no ano de 2005 aqueles relacionados a recolhimentos setoriais para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDV) e Conta de Consumo de Combustível (CCC) que, em conjunto, cresceram 62,5% sobre os valores do mesmo período do ano anterior. A energia elétrica comprada para revenda absorveu R\$ 2.132,1 milhões, com aumento de 8,9% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Destaque-se nessa conta a queda dos volumes referentes aos Contratos Iniciais, supridos a outras fontes, o que justifica a variação nas contas de Leilão e de Outros Supridores.

Gastos operacionais - R\$ mil	acum. 12 meses		Var.
	2005	2004	
Gastos gerenciáveis			
Pessoal	267.969	258.368	3,7%
Material	36.208	31.289	15,7%
Serviços de terceiros	239.282	198.400	20,6%
Provisões	69.445	55.557	25,0%
Outros	105.032	86.603	21,3%
Subtotal	717.936	630.217	13,9%
Depreciação e amortização	239.823	226.343	6,0%
Total dos gastos gerenciáveis	957.759	856.560	11,8%
Gastos não-gerenciáveis			
Energia comprada e transporte	2.132.125	1.957.169	8,9%
Encargos de serviço do sistema	83.550	24.711	238,1%
Cota de consumo de combustível - CCC	258.892	163.492	58,4%
Compensação financeira	7.631	5.287	44,3%
Taxa de fiscalização da aneel	9.241	6.881	34,3%
Conta de desenvolvimento energético - CDE	184.960	109.598	68,8%
Outros	16.284	19.497	-16,5%
Total dos gastos não-gerenciáveis	2.692.683	2.286.635	17,8%
Total dos gastos	3.650.442	3.143.195	16,1%

Energia comprada - R\$ mil	Acum. 12 meses		Var.
	2005	2004	
Contratos iniciais	379.923	729.115	-47,9%
Itaipu	552.693	591.473	-6,6%
Leilão	302.743	5.860	n.a.
Outros supridores	371.940	221.808	67,7%
Encargos de conexão e rede básica	476.506	425.898	11,9%
Apropriação e amortização de CVA (líquido)	48.320	(16.985)	n.a.
Total geral	2.132.125	1.957.169	8,9%

Resultado do serviço (EBIT)

A combinação dos efeitos analisados conduziu a um resultado do serviço de R\$ 672,8 milhões, 22,6% superior ao registrado no ano anterior. A margem EBIT evoluiu para 15,6%, acrescentando 0,7 ponto percentual à margem verificada no ano de 2004.



EBITDA

O EBITDA (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) atingiu R\$ 912,6 milhões, superando em 17,7% o EBITDA registrado em 2004. A margem EBITDA (EBITDA/Receita Líquida) alcançou 21,1%, estável em relação a 2004 (21,0%).

Cabe destacar as contribuições positivas da Enersul e Escelsa, advindas da nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da desverticalização, e o aumento do volume de vendas da Enertrade (reflexo dos novos contratos com consumidores livres). Tais contribuições compensaram os gastos extraordinários comentados anteriormente e a performance desfavorável da Bandeirante, penalizada pelo efeito negativo associado ao reposicionamento tarifário de outubro de 2004 (que reduziu o seu índice de revisão tarifária de 18,08% para 10,51%) e pela definição de sua BRR em 2005, que provocou um impacto negativo de R\$ 31,3 milhões.

O EBITDA de 2005
alcançou
R\$ 912,6 milhões,
17,7% superior a
2004

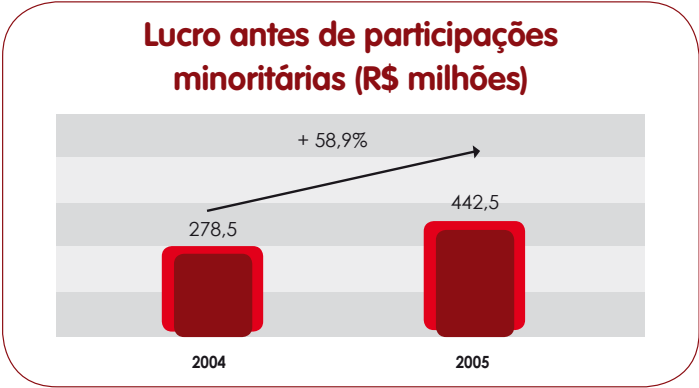
Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado, em 2005, foi negativo em R\$ 282,6 milhões, comparado a um valor também negativo de R\$ 270,4 registrado no ano anterior. O aumento reflete o provisionamento para pagamento de juros sobre capital próprio (JSCP) no valor de R\$ 96,1 milhões, assim como o maior custo financeiro associado à elevação das taxas de indexação do endividamento (notadamente o CDI e a Selic), parcialmente compensado por (1) impacto positivo da apreciação do real diante do dólar (11,8%) sobre a parcela do endividamento denominado em moeda estrangeira, principalmente no primeiro semestre de 2005, e (2) redução de R\$ 663 milhões da dívida consolidada. Houve ainda uma despesa financeira de R\$ 18,0 milhões relativa a

comissões decorrentes da Oferta Pública de Ações e de R\$ 60,2 milhões para a constituição de provisão para perda de arrecadação de RTE.

Lucro líquido

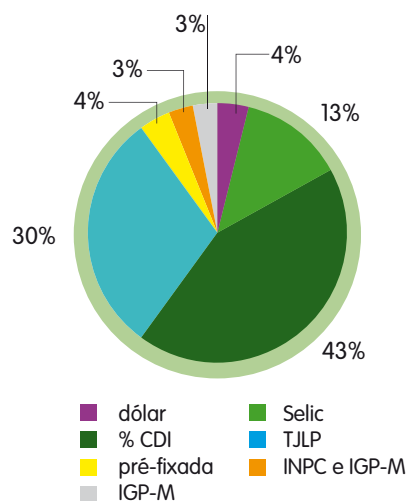
Em razão dos efeitos anteriormente analisados, o lucro líquido consolidado alcançou R\$ 439,4 milhões, o que representou crescimento de 311,1% sobre o registrado no ano de 2004. Esse valor contempla o efeito positivo de R\$ 90 milhões advindo da reversão de provisão para perdas em investimentos, registrada no resultado não-operacional. Em 2005, o lucro antes da participação dos minoritários registrou R\$ 442,5 milhões, 58,9% acima do ano anterior.



Endividamento

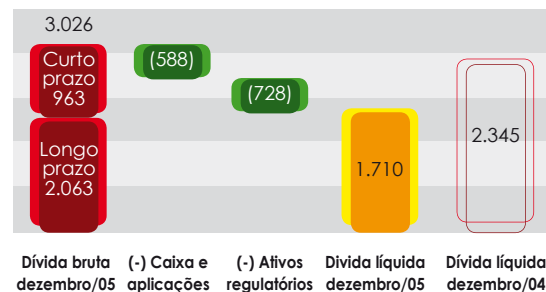
A dívida bruta consolidada, incluindo encargos, totalizava R\$ 3.025,7 milhões, em 31 de dezembro de 2005, representando uma queda de 16,3% comparativamente ao ano anterior (R\$ 3,6 bilhões). Os principais fatores que contribuíram para essa redução foram a Oferta Pública de Ações e a capitalização de *senior notes* da Escelsa. Essa última operação influenciou também a redução da exposição da dívida à moeda estrangeira, na comparação com dezembro de 2004. Do total da dívida em dezembro de 2005, 29,8% estavam expostos à moeda estrangeira, 86,7% dos quais protegidos da variação cambial por meio de instrumentos de *hedge*.

Dívida bruta por indexador - dez/05



A dívida ajustada pelos valores de caixa e aplicações e pelo saldo líquido de ativos regulatórios, em dezembro de 2005, totalizava R\$ 1,7 bilhão, o que se compara a R\$ 2,3 bilhões em 31/12/2004. A relação Dívida Líquida / EBITDA encerrou o ano em 1,9 vez, mostrando uma posição confortável de alavancagem da companhia.

Evolução da dívida líquida (R\$ milhões)



Em janeiro de 2006, os Conselhos de Administração da Bandeirante, da Escelsa e da Enersul aprovaram a contratação de linha de financiamento de longo prazo, com o objetivo de alongar o perfil de seu endividamento, reduzir custos financeiros e diversificar as fontes de financiamento, conforme quadro a seguir:

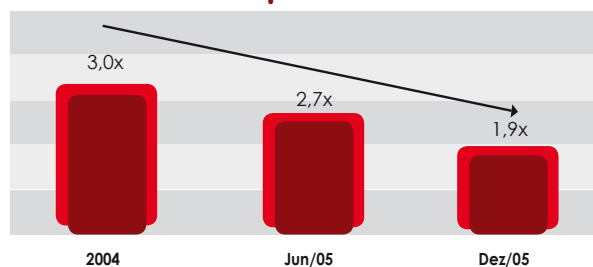
	Valor (R\$ milhões)	Remuneração	Prazo
Bandeirante	250	106,3% do CDI	5 anos
Escelsa	200	107,3% do CDI	5 anos
Enersul	250	107,3% do CDI	5 anos

Essas linhas, se desembolsadas, contarão com o pagamento de juros semestrais, prazo de carência de três anos para a amortização do principal e poderão ser substituídas por emissões de debêntures da Bandeirante, da Escelsa e da Enersul – hipótese pela qual as características e os custos de tais emissões serão objeto de deliberações societárias das companhias.

Ativos e passivos regulatórios (R\$ mil)	2005
Consumidores e concessionárias	438.267
Despesas pagas antecipadamente (PIS/Cofins/CVA líquida)	449.869
Outros créditos	2.351
Total Ativos	890.487
Fornecedores	(83.192)
Devolução tarifária	(75.573)
Outros créditos	(3.825)
Total Passivos	(162.590)
Total Líquido	727.897

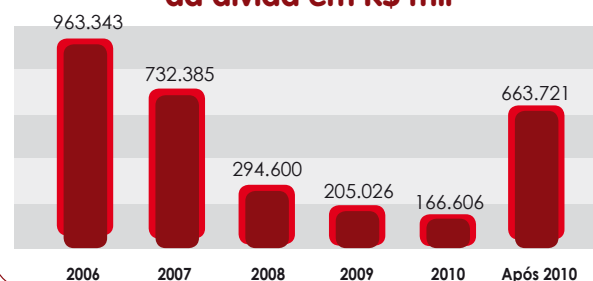
* Detalhes podem ser obtidos na Nota Explicativa N°4 das Demonstrações Contábeis

Dívida líquida/EBITDA*



* EBITDA dos últimos 12 meses

Cronograma de vencimento da dívida em R\$ mil



Investimentos

Os investimentos da Energias do Brasil totalizaram R\$ 1.150,7 milhões em 2005, com variação de 9,5% comparativamente ao ano anterior, e concentraram-se em atividades de geração (60,9%) e distribuição (39,0%). O volume mais expressivo foi direcionado às obras do Aproveitamento Hidrelétrico Peixe Angical, no Rio Tocantins, que deve iniciar sua operação no mês de maio de 2006 e atingir a plena capacidade no mês de outubro.

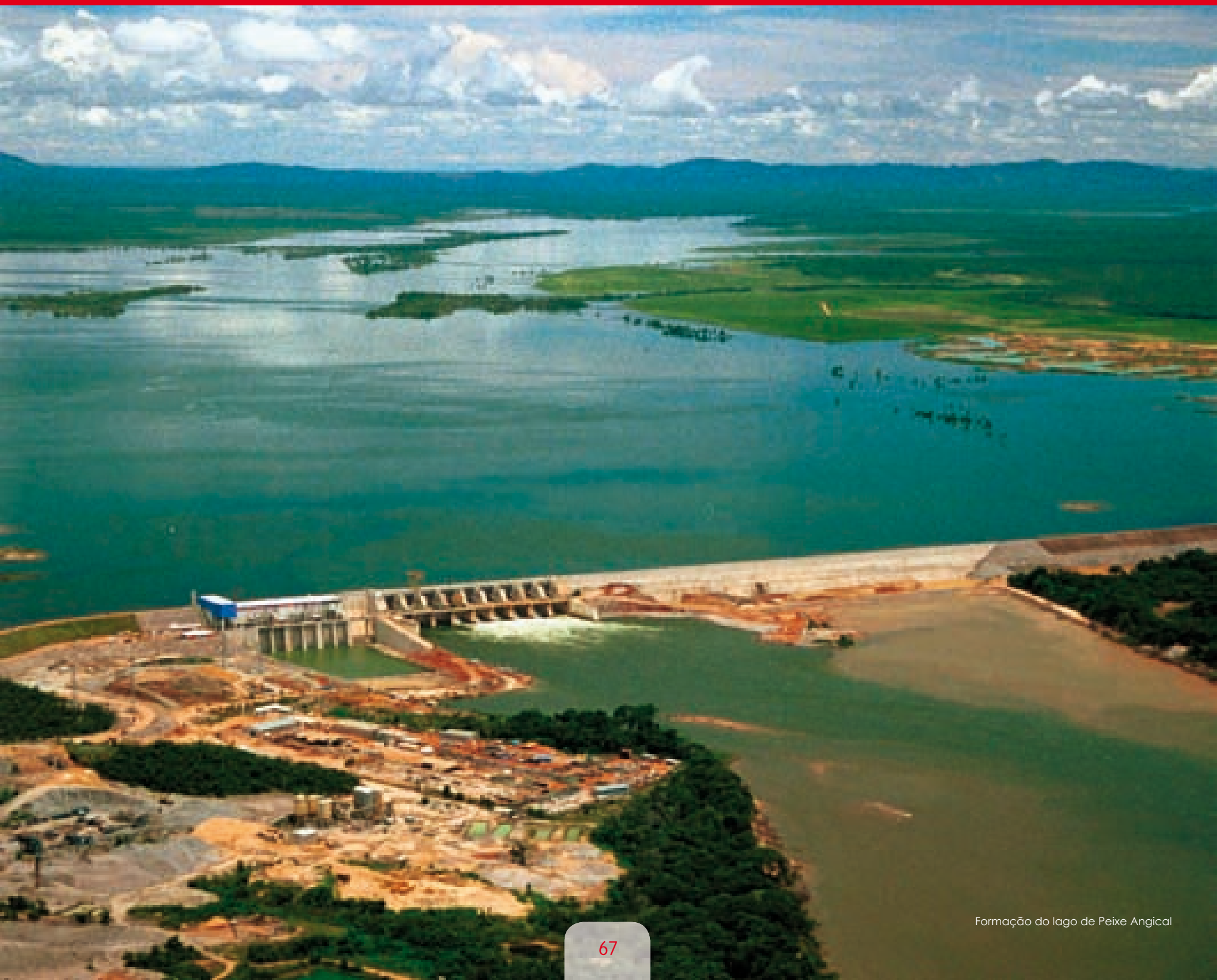
Em geração, os recursos investidos foram 6,1% menores do que em 2004, pois as obras da nova hidrelétrica entraram em sua etapa final. Foram direcionados investimentos para a Energest, que administra ativos de geração nos Estados do Espírito Santo e do Mato Grosso do Sul, com destaque para o início das obras de ampliação de Usina Hidrelétrica de Mascarenhas, que deverá colocar em operação uma quarta turbina também em 2006.

No segmento de distribuição, os investimentos somaram R\$ 448,4 milhões (aumento de 47,9% em comparação a 2004) dirigidos, sobretudo, à expansão e ao melhoramento das redes das empresas Bandeirante, Escelsa e Enersul. Cresceram também os recursos para programas de universalização do acesso à energia elétrica, com ênfase ao Programa Luz para Todos.

Investimentos (R\$ milhões)	2005	2004	Var. %
Distribuição	448,4	303,2	47,9
Bandeirante	117,2	119,9	-2,3
Escelsa	139,4	89,9	55,1
Enersul	191,7	93,4	105,2
Geração	700,8	746,7	-6,1
Peixe Angical	638,6	700,1	-8,8
Energest	34,5	0,5	n.a.
Lajeado	4,9	5,8	-15,5
Fafen	-	21,3	n.a.
Diversos*	22,7	19,1	18,8
Outros	1,5	1,3	15,4
Total	1.150,7	1.051,1	9,5

* Compreende investimentos realizados em geração na Escelsa e na Enersul antes da desverticalização.





Formação do lago de Peixe Angical

A close-up, profile shot of a woman with long, dark brown hair. She is smiling and looking towards the left. Her right hand is running through her hair. A black hair dryer is visible on the right side of the frame, blowing air towards her hair. She is wearing a white, long-sleeved top. The background is a plain, light-colored wall.

**Sorriso de
beleza.**



Nossas ações como investimento
Governança corporativa

Nossas ações como investimento

As ações da Energias do Brasil (ENBR3) estrearam na Bolsa Valores de São Paulo no dia 13 de julho, negociadas no segmento do Novo Mercado e já integrantes do Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e do Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag). Até o dia 31 de dezembro, acumularam uma valorização de 52,2%, ante uma variação de 31,0% do Ibovespa – índice que reflete o desempenho de 57 papéis de maior liquidez no mercado –, de 27,9% do Índice de Energia Elétrica (IEE), de 42,9% do IGC e 46,3% do Itag.

O volume negociado atingiu 30,2 milhões de ações, em 12.149 negócios. No encerramento do ano, os papéis estavam cotados a R\$ 27,39, representando um valor de mercado da companhia equivalente a R\$ 4,5 bilhões.

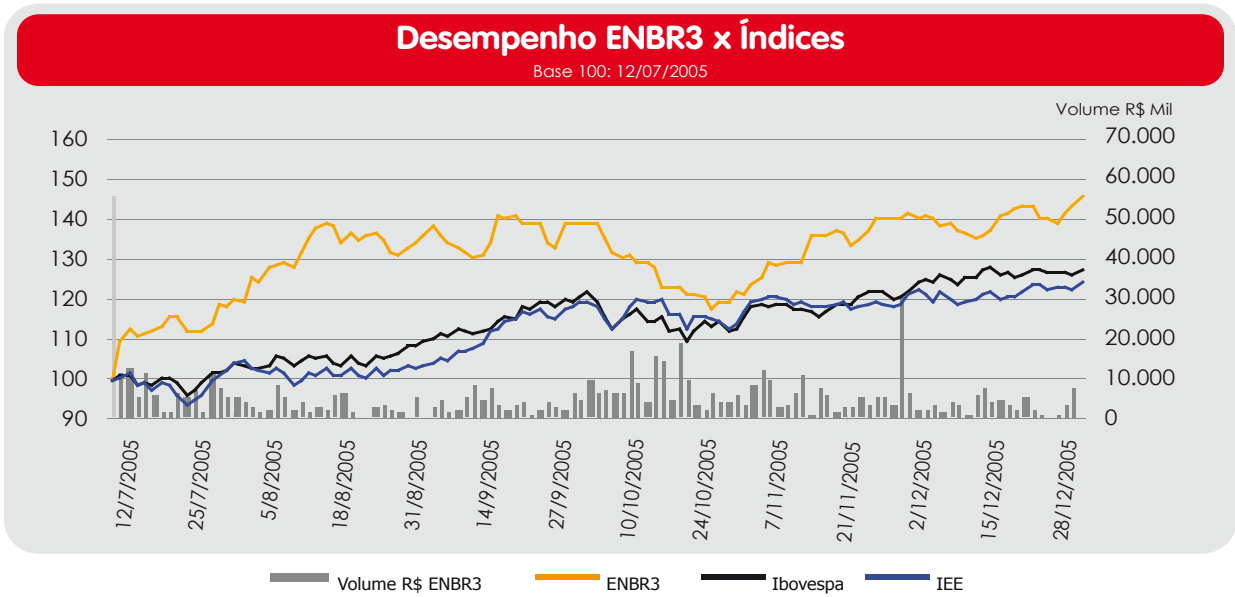
Negociação na Bovespa

Mês	Nº negócios	Qtde	Volume (R\$)	Cotação média(R\$)
Jul	1.738	7.496.800	151.781.138	20,72
Ago	1.160	3.508.100	83.800.851	24,34
Set	1.553	3.142.600	79.403.007	25,43
Out	2.198	7.480.000	174.910.790	23,39
Nov	3.116	5.695.300	142.572.911	25,01
Dez	2.384	2.897.600	75.917.850	26,20
Média	2.025	5.036.733	118.064.425	24,42

Novos índices

Além do IGC e do Itag, as ações da Energias do Brasil passaram a fazer parte de outros índices que são referência no mercado de capitais, o que contribuiu para ampliar a visibilidade e a liquidez dos papéis. A partir de 30 de novembro, foram incluídas no Morgan Stanley Capital International (MSCI Brazil Index), índice global de acompanhamento de ativos utilizado pela comunidade internacional de investidores, com participação de 0,33%.

A partir de 1º de janeiro de 2006, as ações também passam a fazer parte do IBrX-100 – Índice Brasil, que mede o retorno de uma carteira teórica composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na Bovespa, em número de negócios e volume financeiro. Esses papéis são ponderados, na carteira do índice, pelo seu respectivo número de ações disponíveis para negociação no mercado. A participação da Energias do Brasil no IBrX-100 é de 0,366%.





Ações da Energias do Brasil integram importantes índices de mercado

No Itag, índice que tem por objetivo medir o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas que ofereçam melhores condições aos acionistas minoritários, no caso de alienação do controle, a ação representa 1,145%. E no IGC, composto por ações de empresas que apresentam bons níveis de governança, a participação é de 1,120%.

Formador de mercado

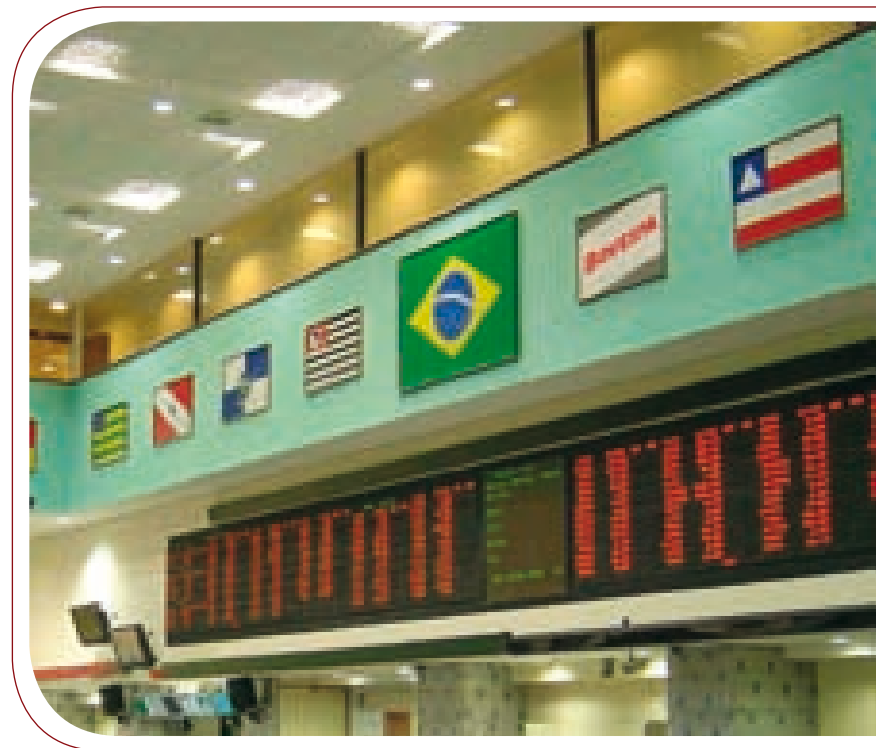
Em novembro, foi contratada a corretora Ágora Senior para atuar como formador de mercado no processo de promoção da liquidez das ações da Energias do Brasil. Corretora independente e líder nas negociações na Bovespa, a Ágora Senior foi selecionada por sua forte atuação com pessoas físicas, de forma a atingir um dos objetivos da empresa, que é aumentar a presença entre investidores individuais.

A corretora deverá manter ofertas de compra e venda, bem como contribuir para elevar a liquidez e melhorar o processo de formação de preços das ações ENBR3.

Remuneração dos acionistas

O Conselho de Administração da companhia está propondo a distribuição de R\$ 151,2 milhões de dividendos. Em dezembro de 2005, foi aprovada a provisão para pagamento de dividendos intermediários sob a forma de juros sobre capital próprio (JSCP) no valor de R\$ 96,1 milhões. Dessa forma, restam dividendos a pagar no montante de R\$ 55,2 milhões.

A política de dividendos adotada em 13 de junho de 2005 prevê a distribuição anual de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor mínimo equivalente a 40% do lucro líquido ajustado da companhia, calculado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, as práticas contábeis brasileiras e as regras da Comissão de Valores Mobiliários.



Bolsa de Valores de São Paulo

Contudo, em qualquer exercício, a empresa poderá distribuir dividendos ou juros sobre o capital em montante inferior a esse percentual, em decorrência de exigência por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou das perspectivas, das condições macroeconômicas, de revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias, estratégia de crescimento, limitações contratuais e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas.

Governança corporativa

Práticas diferenciadas incluem *tag along* de 100% e conselheiros independentes

A Energias do Brasil abriu seu capital dentro dos mais elevados padrões de governança corporativa, com suas ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). O relacionamento entre Conselho de Administração e Diretoria Executiva segue as boas práticas de governança corporativa, as determinações do Estatuto Social da companhia e o regulamento do Novo Mercado da Bovespa. Essas práticas buscam minimizar possibilidades de conflitos de interesse e têm como objetivos a transparência, o tratamento equânime a todos os acionistas e a prestação de contas (*accountability*), com ampla divulgação das informações.

Ao aderir ao Novo Mercado, a companhia incluiu o *tag along* de 100%, que dá a todos os acionistas o direito de inclusão em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da alienação de controle, por idêntico preço pago por ação do bloco de controle. Também concordou com a resolução de eventuais conflitos entre acionistas por meio de uma Câmara de Arbitragem, como forma de oferecer aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada. Além disso, convidou personalidades de reconhecida experiência para integrarem o Conselho de Administração, na condição de conselheiros independentes, e criou comitês de gestão, que atuam como apoio ao Conselho de Administração.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA) é composto por nove membros, dos quais dois são independentes e dois são representantes dos acionistas minoritários. O CA é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes gerais dos negócios, incluindo a estratégia de longo prazo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar seu funcionamento, além das atividades definidas em lei e no Estatuto Social da companhia. A composição atual do Conselho foi formalizada no mês de setembro, como reflexo da nova configuração societária, das regras do Novo Mercado da Bovespa e da política de governança corporativa da companhia. O mandato dos atuais conselheiros expira na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no primeiro trimestre de 2006. Há a possibilidade de reeleição para mandatos de um ano. A remuneração dos conselheiros é definida em assembléia geral ordinária. No período, o CA reuniu-se quatro vezes.

Diretoria

Compete à Diretoria Executiva administrar os negócios e praticar os atos necessários ou convenientes, bem como executar as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração. Os membros da Diretoria têm responsabilidades individuais condizentes com os cargos que ocupam. É composta por seis integrantes – sendo um Diretor Presidente – eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, com possibilidade de reeleição. As reuniões de Diretoria são convocadas pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois membros em conjunto, somente instalando-se com a presença da maioria de seus integrantes. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes.

Comitês de Assessoramento do Conselho

Foram criados três comitês pelo Conselho de Administração, que também elege seus integrantes.

Comitê de Auditoria – De caráter permanente, é responsável por acompanhar e avaliar as atividades de auditorias externa e interna, monitorar os riscos de negócios da companhia, acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações, analisar potenciais conflitos de interesses em transações envolvendo partes relacionadas, bem como assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias apresentadas. É composto por três membros escolhidos entre os conselheiros de Administração, sendo um deles o conselheiro independente (que ocupa o cargo de presidente do Comitê), um indicado pelo acionista controlador e um indicado pelos acionistas não-controladores.



Comitê de Supervisão – Comitê consultivo de deliberação colegiada de caráter não-permanente, ao qual compete emitir opiniões e recomendações nas deliberações relativas às atividades da companhia e de suas controladas, bem como na execução de suas respectivas atribuições. É composto por três membros escolhidos entre os conselheiros de Administração: o presidente do Conselho de Administração (também o presidente do Comitê) e dois membros representantes da diretoria.

Comitê de Remuneração – Comitê consultivo de deliberação colegiada e de caráter não-permanente, ao qual compete assessorar o Conselho de Administração nas deliberações relativas às políticas de remuneração da companhia e de suas controladas. É composto por três membros escolhidos entre os conselheiros de Administração, sendo dois conselheiros indicados pelo acionista controlador e um conselheiro independente.

Sarbanes-Oxley

Foi concluído durante o ano o mapeamento dos processos-chaves envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras, de forma a visualizar os riscos e adotar os controles determinados pela Lei Sarbanes-Oxley. Aprovada em 2002, essa legislação tem o objetivo de assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras de empresas que negociam ações no mercado norte-americano. Apesar de manter papéis apenas na Bolsa de Valores de São Paulo, a Energias do Brasil está se adequando a esses requerimentos em decorrência do compromisso de manter padrões superiores de governança e pelo fato de a controladora, Energias de Portugal, negociar seus títulos também na Bolsa de Nova York. O mapeamento identificou 2 mil pontos de controle no conjunto das empresas que integram a *holding* ou nas quais ela tem participação acionária. Desse total, cerca de 50% foram avaliados como processos-chave, que devem ter seus mecanismos de controle registrados e plenamente adotados até o final de 2006. Ainda em 2005, foi dado início ao plano de testes desses controles, que será executado até o final do primeiro semestre de 2006. Esse trabalho é realizado com o apoio de uma consultoria externa.

**Processos-chaves
foram mapeados
para ampliar
controles**

Auditoria independente

A política da companhia em relação à contratação de serviços de auditores independentes não relacionados aos serviços de auditoria externa assegura que não há conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Em 2005, não foram contratados quaisquer serviços não relacionados à auditoria externa.

Em atendimento à Instrução 358 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que prevê o revezamento da auditoria a cada cinco anos para as companhias de capital aberto, a Energias do Brasil tem seus resultados auditados pela KPMG desde julho de 2005.

Relações com investidores

Antes mesmo da realização da Oferta Pública de Ações, a Energias do Brasil criou uma diretoria de Relações com

Investidores que colaborou em todas as etapas de abertura do capital – elaborar a documentação necessária, preparar e realizar encontros com investidores nacionais e internacionais e participar do lançamento das ações. Essa é considerada uma área estratégica, encarregada de administrar o relacionamento entre a companhia e o mercado de capitais.

Além de manter um espaço de relações com investidores no *site* da companhia, onde as informações são permanentemente atualizadas, a Energias do Brasil realizou *roadshows* e participou de conferências nacionais e internacionais, além de quatro reuniões com profissionais e analistas do mercado de capitais e quatro teleconferências para a divulgação dos resultados trimestrais. Nesse sentido, a companhia recebeu em outubro de 2005, o Selo Apimec (Associação dos Analistas e profissionais de Mercado de Capitais), que atesta a assiduidade do grupo em seus encontros com o mercado.

Política de divulgação

A companhia mantém uma Política de Divulgação de Informações e Manutenção de Sigilo que se aplica a todos os conselheiros, executivos e colaboradores que sejam potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução CVM 358. Essa política estabelece regras de sigilo e confidencialidade, procedimentos relativos à manutenção de sigilo, bem como atribui responsabilidade direta e subsidiária pela divulgação de fato relevante ao diretor de Relações com Investidores e aos destinatários que tenham conhecimento pessoal de fato relevante, respectivamente.

Código de Ética

Foi publicado durante o ano um Código de Ética que estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros, comunidades e governo. O documento será subscrito por todos os colaboradores e conselheiros, mas, desde dezembro de 2005, já está disponível no *website* da companhia. Está em fase de criação um canal de denúncias, ligado ao Comitê de Auditoria, para receber e analisar informações relacionadas a desvios de conduta e formalizar procedimentos.

Composição acionária

O capital total da companhia é representado por 165.016.604 milhões de ações ordinárias (ON). A Energias de Portugal é o acionista controlador, com 62,4% do capital total.

Acordos de acionistas

GTD – O acionista GTD tem o direito de indicar um membro do Conselho de Administração, desde que a GTD e seus acionistas sejam detentores, de forma ininterrupta, até 31 de julho de 2008, de, no mínimo, 4.948.834 ações de emissão da Energias do Brasil. Os mecanismos para o exercício desse direito sujeitam-se à legislação e aos regulamentos aplicáveis, incluindo restrições previstas nas regras do Novo Mercado.



Reunião Apimec - SP

Enerpeixe – Acordo celebrado com Furnas, em 4 de fevereiro de 2004, regula (1) o exercício do direito de voto; (2) o exercício do poder de controle; (3) a compra e venda de ações e exercício do direito de preferência para adquiri-las; e (4) a forma de capitalização da Enerpeixe com vistas à construção, operação

e manutenção da Usina Hidrelétrica Peixe Angical. O acordo vigorará até o término do prazo do contrato de concessão, sendo que, na hipótese de renovação, será automaticamente renovado pelo novo período.

Investco – Em 17 de novembro de 1997, os acionistas da Investco celebraram um acordo de acionistas com o objetivo de: (1) regular o exercício do direito de voto nas assembleias gerais da Investco que deliberem sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração; (2) regular o direito de preferência na alienação das ações; (3) estabelecer normas para participação na licitação do Aproveitamento Hidrelétrico de Lajeado; (4) estabelecer critérios de aporte de capital na Investco; e (5) regular a forma de alocação da energia produzida pela Usina de Lajeado entre os acionistas, dentre outros.

Membros do Conselho de Administração

Jorge Manuel de Oliveira Godinho – Presidente do Conselho de Administração da Energias do Brasil desde 15 de setembro de 2003 e membro da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da EDP Portugal. Formado em engenharia eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, com MBA pela Universidade Nova de Lisboa, foi presidente do Conselho de Administração da Portucel, Portucel Industrial e desempenhou cargos oficiais nos X e XI Governos Constitucionais de Portugal, como Secretário de Estado das Pescas. Desempenhou ainda funções superiores de gestão como presidente ou vogal do



Conselho de Administração de diversas empresas ou instituições, tais como a Docapesca, Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social, Fundo para a Internacionalização da Economia Portuguesa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Fórum da Competitividade, Edinfor, ACE e Optimus, entre outros.

Antônio Fernando Melo Martins da Costa – Membro do Conselho de Administração Diretor Presidente da Energias do Brasil desde setembro de 2003. É também presidente do Conselho de Administração das empresas Bandeirante, Escelsa, Enersul, Enerpeixe e Energest, além de Diretor Presidente da Enertrade. Formado em Engenharia Civil, com MBA, ambos pela Universidade do Porto, e com formação executiva complementar no Insead (Fontainebleau), Aese (Universidade Navarra) e Wharton School (Filadélfia, EUA), foi diretor-geral e administrador-executivo de empresas de seguros, pensões e gestão de recursos do Banco Millenium BCP, em Portugal, e da holandesa Eureko BV, além de vice-presidente da polonesa PZU, maior seguradora e gestora de ativos e fundos de pensão da Europa Central e Leste.

Antonio José Sellare – Conselheiro desde 14 de setembro de 2005 e diretor vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores da Energias do Brasil. É ainda diretor financeiro da Enertrade, além de membro efetivo do Conselho de Administração das empresas Bandeirante, Escelsa, Enersul, Enerpeixe, Energest e EDP Lajeado e membro suplente das empresas Coelce e Investco S.A. Formado em Administração de Empresas pela PUC de São Paulo, acumulou experiência em instituições financeiras, com passagem pelas áreas administrativas e contábeis, administração de fundos de investimento, operações em bolsas de valores e com derivativos, gestão de risco, gestão de tesouraria e modelagem de produtos financeiros.

Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado – Conselheiro da Energias do Brasil desde 16 de maio de 2005 e membro da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da EDP Portugal, sendo responsável pelas áreas de Distribuição, Comercial, Laboratórios e Internacional do Grupo EDP em Portugal. Formado em Engenharia Naval pela Universidade de Stracholyde, em Glasgow, foi presidente das Comissões Executivas da Sociedade Central de Cervejas, da Internel, da CPPE e da MRH, tendo sido ainda membro do Conselho de Administração da Cerj (atual Ampla).

Francisco Roberto André Gros - Conselheiro independente desde 14 de setembro de 2005 e presidente do Comitê de Auditoria da Energias do Brasil. É Diretor Presidente e membro dos Conselhos de Administração da Fosfertil e Ultrafertil desde maio



de 2003. Preside ainda o Conselho de Administração da Lojas Renner, compõe os Conselhos de Administração da Globex Utilidades S.A. e da Ocean Wilsons Ltda. e é membro dos Conselhos Consultivos da Air Liquide do Brasil Ltda., Scania Latin America Ltda., Banco Financia S.A., Brazilian American Chamber of Commerce (Nova York), The Americas Society Inc. (Nova York) e The Nature Conservancy. Formado em Economia pela Universidade de Princeton (EUA) foi presidente do Banco Central do Brasil (por duas vezes), da Petrobras, do BNDES e da Aracruz Celulose. Foi ainda membro titular da Câmara de Gestão da Crise de Energia e responsável pelo Comitê de Revitalização do Setor Elétrico.

Luiz Guilherme de França Nobre Pinto – Conselheiro da Energias do Brasil desde 16 de maio de 2005. Diretor da GTD Participações S.A. e assessor da Diretoria Financeira da Eletros (fundo de pensão da Eletrobrás). É formado em Estatística, possui

mestrado em Finanças e Economia Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e teve passagem importante pelo mercado de fundos de investimento, tendo exercido o cargo de diretor financeiro da Telos – Fundação Embratel de Seguridade Social e composto o Conselho Fiscal da Telemar.

José Luiz Alquéres – Conselheiro independente da Energias do Brasil desde 14 de setembro de 2005. É também presidente da Alstom do Brasil e da MDU do Brasil, além de membro do Conselho Estratégico ou de Administração da Alcoa do Brasil (produtora de alumínio), do Banco Calyon (antigo Crédit Lyonnais), e da Holcim S.A. (produtora de cimento). Engenheiro civil com especialidade em planejamento urbano, foi diretor-executivo da Cia. Bozano-Simonsen, secretário nacional de Energia, presidente da Eletrobrás, da Cerj (atual Ampla), diretor da BNDESPar e da Light, conselheiro da Itaipu Binacional, Furnas, Chesf, Escelsa, CEG, CPFL, Comgás e outras. Foi ainda secretário-executivo e, em seguida, presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia, do qual foi vice-presidente mundial, tendo sido eleito, ao se retirar, vice-presidente honorário vitalício.

Modesto Souza Barros Carvalhosa – Conselheiro da Energias do Brasil desde 14 de setembro de 2005. É membro do Conselho de Administração de diversas empresas, tendo sido presidente do Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo. Doutor e livre-docente em Direito pela Universidade de São Paulo, onde lecionou a matéria na Faculdade de Direito, foi consultor jurídico da Bovespa, integrando atualmente sua Câmara de Arbitragem. É autor de diversos livros jurídicos, dentre os quais *A Nova Lei das S.A.*, em parceria com Nelson Eizirik, Editora Saraiva (2002), *Comentários a Lei de S.A.*, volumes I, II, III, IV, tomos I e II, em sua 3ª edição (2002/03) e *Comentários ao Código Civil – Do Direito de Empresa*, volume 13 da coleção sobre o Novo Código Civil, Editora Saraiva, 2ª edição (2005).

Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa – Conselheiro da Energias do Brasil desde 16 de maio de 2005. Membro da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da EDP Portugal, é diretor financeiro mundial da EDP, coordenando as áreas de Finanças



Da esquerda para direita: Arnaldo Navarro Machado, Rui Horta e Costa, José Luiz Alquéres, Antônio Martins da Costa, Jorge Godinho, Luiz Guilherme Pinto, Francisco Gros, Modesto Carvalhosa e Antonio Sellare.



e Relações com Investidores do grupo. Economista, iniciou a carreira como assistente do Programa de MBA da Universidade de Minnesota, em 1986, ingressando, em seguida, nos quadros da MDM – Sociedade de Investimentos. Foi diretor-executivo da UBS Warburg (Londres), administrador do Grupo Jorge de Mello, vice-presidente residente do Citibank Portugal e diretor e adjunto da Administração do Banco Finantia.

Membros da diretoria

António Fernando Melo Martins da Costa – Presidente da Diretoria desde setembro de 2003. Biografia já apresentada em Conselho de Administração.

António José Sellare – Diretor vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores. Biografia já apresentada em Conselho de Administração

António Eduardo da Silva Oliva – Diretor vice-presidente de Distribuição e Serviços Técnicos da Energias do Brasil, membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Escelsa e da Enersul. Formado em engenharia eletrotécnica, pela Universidade de Lourenço Marques, em Moçambique, exerceu vários cargos de direção em empresas do Grupo EDP, tendo sido administrador executivo da EDP – Distribuição S.A. e ainda presidente-executivo do Conselho de Administração da HDN – Energia do Norte, empresa de produção hidrelétrica, e da Hidrocenel – Energia do Centro, outra empresa de produção do grupo.

Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro – Diretor vice-presidente de Comercialização da Energias do Brasil, presidente suplente do Conselho de Administração da Enerpeixe, diretor vice-presidente da Enertrade e membro dos Conselhos de Administração da Bandeirante, da Escelsa, da Enersul e da Coelce. Formado em engenharia eletrotécnica, na Universidade do Porto, e em direção de empresas (Pade), na Aese (Escola de Direção e Negócios), foi diretor comercial da Bandeirante Energia e diretor de Gestão e Sistemas Comerciais da EDP – Distribuição. Desempenhou ainda diversas funções na Ordem dos Engenheiros de Portugal e na Associação Europeia das Associações de Engenheiros Electrotécnicos (Eurel), a qual presidiu. Em Portugal, teve intensa atividade pública, tendo sido secretário de Estado da Administração Interna, governador civil do Distrito de Coimbra, vice-presidente da

Comissão de Coordenação da Região Centro e vereador da Câmara Municipal de Coimbra, entre outros títulos.

Custódio Alexandre Rouxinol Miguens – Diretor vice-presidente de Geração e Meio Ambiente da Energias do Brasil, Diretor Presidente das empresas de geração controladas pelo grupo (Enerpeixe, EDP Lajeado, Energest, Cesa, Pantanal Energética e Costa Rica) e conselheiro da Investco, da Bandeirante, da Escelsa e da Enersul. Formado em engenharia eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, foi presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Companhia de Electricidade de Macau, e exerceu, entre outros cargos, o de diretor-geral de Energia de Portugal, o de vice-presidente da Carta Europeia da Energia, o de membro do Governing Board da Agência Internacional de Energia e do Petroleum Planning Committee da Otan, o de presidente da Diretoria na EDP Internacional, além de diretor da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa.

João Gomes de Aguiar – Diretor vice-presidente de Distribuição e Serviços Comerciais da Energias do Brasil e Diretor Presidente da Bandeirante Energia, possui longa carreira no Grupo EDP, onde atua desde 1979 como engenheiro nas áreas de atividade como geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Foi membro da diretoria de diversas empresas da holding portuguesa, entre elas a Labelec, a Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade (CPPE) e a EDP Distribuição, na qual ocupou a vice-presidência. Foi também membro da Diretoria de empresas participadas da EDP Portugal, como a Electricidade dos Açores e a LBC Tanquepor, bem como da Associação Portuguesa de Energia.

A woman with dark hair, smiling, is running on a treadmill in a gym. She is wearing a grey sports bra. The background is a blurred gym environment with other people and equipment.

Sorriso de
boa forma.



Gestão de riscos

A Energias do Brasil possui um Comitê de Risco, responsável pelo alinhamento com as políticas corporativas e integrado por representantes de diversas áreas de negócios da companhia, sob a coordenação do diretor vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores.

Durante o ano, foram levantados os principais riscos aos quais a companhia está exposta e desenvolvidos métodos de análise para identificar e mitigar potenciais impactos, como forma de manter esses fatores dentro de limites estabelecidos. Um destaque foi o desenvolvimento de modelo de cálculo de risco energético para as atividades de distribuição, comercialização e geração e a contratação de um sistema para a gestão do risco financeiro. Realizado de forma conjunta com o acionista controlador, esse processo de gestão amplia a capacidade de minimizar ou compensar os riscos operacionais, de mercado, de crédito, financeiros, regulatórios, entre outros.

Mercado – O comportamento do consumo de energia mantém uma relação muito próxima com o nível da atividade econômica e a disponibilidade de renda do consumidor, fatores sobre os quais a companhia não tem qualquer interferência. Por meio de suas distribuidoras, a Energias do Brasil busca oferecer mais serviços aos consumidores do mercado regulado e adota medidas de recuperação de perdas de energia provocadas por fraudes ou ligações ilegais. No segmento livre, atua para conquistar a fidelidade dos clientes, com a oferta de serviços de qualidade e assessoria técnica, em contratos normalmente de médio e longo prazos. Em geração, a venda da energia assegurada também é regida por contratos de longo prazo firmados com empresas distribuidoras. Adicionalmente, foi criada, em 2005, uma diretoria de Planejamento Energético, responsável por projetar o comportamento do mercado, tanto regulado como livre, com base em diferentes cenários macroeconômicos e microeconômicos, de forma a identificar setores da economia mais suscetíveis a oscilações de consumo.

Operações — O maior risco no segmento de distribuição é a ocorrência de raios e tempestades, que podem causar interrupções no fornecimento de energia elétrica. Equipes de manutenção e sistemas de comunicação permitem reduzir o impacto dessas ocorrências. Em geração, há dependência direta das condições hidrológicas, contudo tal risco é mitigado pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas despachadas centralmente pelo

Operador Nacional do Sistema (ONS). Além disso, o desenvolvimento, em 2005, de um Projeto de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, com base na OHSAS 18000, permitiu manter nas distribuidoras do grupo um dos menores índices de acidentes de trabalho do setor: 0,01 por colaborador. A média do setor elétrico era 0,02, em 2004, ano da última divulgação feita para esse índice pela Fundação Coge e pela Eletrobrás. A sistemática abrange desde a qualificação dos fornecedores de serviços até a investigação das ocorrências com perdas pessoais e materiais.

Regulamentação – As operações de geração e distribuição de energia elétrica são extensamente regulamentadas e as concessões estão condicionadas ao cumprimento de obrigações e metas operacionais. Políticas adotadas nos últimos anos tiveram grande impacto sobre o setor de energia elétrica. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que regula as operações das empresas do segmento de energia, foi promulgada no dia 15 de março de 2004, mas permanece sujeita à regulamentação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A companhia acompanha atentamente esse aspecto e cumpre com rigor as exigências estabelecidas nos contratos de concessão.

Juros – A maior parte do endividamento consolidado da companhia é pós-fixado e indexado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). De forma a otimizar a relação custo e prazo da dívida, a Energias do Brasil está conduzindo negociações visando ao alongamento do perfil da dívida e à redução dos custos de suas subsidiárias.

**Comitê de
risco alinha
as políticas
corporativas**



Câmbio – Do total da dívida em dezembro de 2005, 29,8% estavam expostos à moeda estrangeira, 86,7% dos quais protegidos da variação cambial por meio de instrumentos de hedge. Parcela da dívida em *senior notes* (R\$ 670 milhões), que era mantida até o segundo semestre de 2005, foi resgatada e capitalizada pelo acionista controlador na Oferta Pública de Ações realizada no mês de julho. Até então, a cobertura era executada por meio de vários instrumentos de *hedge*.

Seguros – As distribuidoras contrataram companhias de primeira linha para cobertura de seus ativos contra incêndios, raios, explosões, danos elétricos e pequenas obras de engenharia, nas diversas subestações, edificações e instalações. Também foram firmados contratos na modalidade responsabilidade civil geral para a cobertura de danos materiais e danos pessoais a terceiros. Não foi contratada cobertura de seguro contra interrupção das operações comerciais, pois o risco de uma paralisação de grandes proporções não justifica os prêmios. As usinas de geração, turbinas e geradores estão segurados contra incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos, interrupções de energia elétrica e mau funcionamento de equipamentos.

Ambientais – As atividades de geração e distribuição submetem-se a uma rigorosa legislação de segurança, saúde e meio ambiente nas esferas federal, estaduais e municipais. São exigidas licenças ambientais para a construção de novos empreendimentos ou para a instalação e operação de novos equipamentos. As regras são complexas e podem mudar com o tempo. As empresas do grupo cumprem rigorosamente as determinações legais. No segmento de geração foi, inclusive, adotada uma prática que supera as exigências, com a criação de um Foro de Negociação com a comunidade e representantes do poder público para estabelecer os padrões adotados na construção da usina Peixe Angical.

Tarifas e preços – O reajuste das tarifas é determinado por uma fórmula de cálculo definida pela Aneel. Uma das variáveis é o chamado Fator X, aplicado ao índice de inflação que corrige os custos gerenciáveis (Parcela B). Esse fator é calculado com base em três componentes: o Índice de Satisfação do Consumidor (IASC), pesquisado anualmente pela Aneel; a diferença entre o IGP-M e o IPCA, aplicada sobre a parcela referente aos custos com a mão-de-obra da concessionária, e os ganhos futuros de produtividade da distribuidora, calculados por meio de fluxo de caixa descontado, relacionando investimento e mercado esperados. Com o objetivo de evitar reajustes abaixo da evolução dos custos operacionais, é adotado um programa permanente de redução de custos, potencializado pelas sinergias obtidas entre as empresas a partir da reorganização societária do grupo. Além disso, as distribuidoras seguem investindo na manutenção e na melhoria de redes e equipamentos e em programas direcionados à excelência no atendimento ao consumidor. Com relação à atividade de geração, os preços dos contratos são fixos e reajustáveis anualmente por índices de preços como IGP-M e IPCA.

Estratégico – Os investimentos no setor elétrico são de longo prazo e exigem o atendimento a inúmeras normas regulatórias e ambientais, suscetíveis a mudanças no decorrer do processo. Como o retorno também se dá no longo prazo, todos os dispêndios da companhia seguem uma política de investimentos que prevê percentuais de retornos sobre o capital próprio, de acordo com a natureza do empreendimento. Têm por base ainda o planejamento estratégico, que leva em consideração as variáveis inerentes à natureza do negócio.

A high-angle, top-down photograph of eight young adults of various ethnicities and ages, all smiling broadly and looking towards the camera. They are huddled together in a tight circle, with their heads and shoulders visible. The background is a plain, light color. The text "Sorriso de igualdade." is centered in the middle of the group.

**Sorriso
de
igualdade.**



Ativos intangíveis



A Energias do Brasil reúne um conjunto de diferenciais competitivos que impulsionam a percepção sobre o valor da companhia, mas não são contabilizados nos balanços financeiros. Esses ativos intangíveis têm permitido o alcance de resultados que não seriam possíveis caso ela contasse apenas com seus ativos fixos, como usinas hidrelétricas, subestações, máquinas e equipamentos.

Marcas

Um sorriso aplicado sobre fundo vermelho simboliza a nova marca da Energias do Brasil, com uma identidade visual introduzida no Brasil em 2005 alinhada à do acionista controlador, a Energias de Portugal. A mudança representa uma nova personalidade, a de uma empresa pronta para os desafios do futuro, comprometida com a simplicidade, a proximidade com os clientes e a responsabilidade social (mais informações na página 22).

A companhia possui cerca de 30 marcas com registro pedido ou concedido no Brasil em diversas classes, como parte da política de proteger suas marcas. As principais são aquelas que envolvem o nome do grupo, bem como as que tratam dos nomes de suas empresas: EDP, Energias do Brasil, Bandeirante, Enersul, Escelsa, Enertrade, Energest, entre outras.

Pessoas

O conhecimento acumulado pelas pessoas que trabalham nas empresas da Energias do Brasil representa um importante diferencial competitivo. São profissionais que dominam as informações sobre a dinâmica do setor energético e dedicam-se a identificar as melhores oportunidades para impulsionar o crescimento dos negócios. As políticas de recrutamento, de retenção e de desenvolvimento planejadas ou já implementadas permitem encarar com otimismo a gestão do capital humano da organização.

Localização

As distribuidoras atuam em regiões estratégicas, com forte concentração de clientes nos segmentos industrial e de agronegócio. A Bandeirante e a Escelsa distribuem energia em áreas altamente desenvolvidas e industrializadas. O Estado de São

Diferenciais competitivos impulsionam percepção sobre valor da companhia

Paulo, área de atuação da Bandeirante, é o principal gerador de riqueza nacional, respondendo por 33,4% do PIB brasileiro, em 2004, segundo estimativa da Fundação Seade. O Estado do Espírito Santo, área de atuação da Escelsa, é predominantemente exportador, apresentando, segundo dados do IBGE, a maior taxa média de crescimento econômico da Região Sudeste, de 1985 a 2002. Já o Estado do Mato Grosso do Sul, área de concessão da Enersul, vem passando por um acelerado processo de modernização desde o início dos anos 1980, decorrente da expansão do agronegócio. Segundo dados do IBGE, o PIB do Estado do Mato Grosso do Sul cresceu a uma taxa média de 4,2% ao ano, no período de 1992 a 2002, enquanto a taxa média de crescimento nacional no mesmo período foi de 2,9% ao ano.

Diversificação da atividade

O fato de a Energias do Brasil desenvolver a sua atividade em negócios de risco e dimensão diferenciados – geração, distribuição e comercialização – assume uma grande importância na preservação do valor do conjunto da companhia, sobretudo em momentos de ciclos econômicos de maior volatilidade.

Eficiência operacional

No segmento de distribuição, as empresas têm apresentado evolução favorável nos principais índices de desempenho operacional, destacando-se os indicadores de produtividade e de qualidade do serviço. A produtividade atingiu a marca de 859 clientes por empregado, em 2005, ante 831, em 2004 e 802 em 2003.

Qualidade do serviço

Em qualidade do serviço, medida pelos índices de duração de interrupção de fornecimento (DEC) e de frequência de interrupção de fornecimento (FEC), as distribuidoras apresentaram desempenho melhor do que a média do setor e vêm constantemente mantendo-se dentro das metas impostas pela Aneel.



Grupo de Voluntários da Bandeirante

Experiência

A experiência adquirida no gerenciamento de grandes projetos de geração – como a Usina Hidrelétrica Lajeado (902,5 MW) e o aproveitamento hidrelétrico Peixe Angical (452 MW) – aliada ao know-how e à capacidade do controlador contribui positivamente para o desenvolvimento de futuros empreendimentos.

Acionista controlador

A companhia é controlada pela Energias de Portugal, um sólido grupo internacional com vasta experiência nas áreas de geração, distribuição e comercialização de energia. A EDP, um dos grandes operadores europeus do setor da energia, terceiro maior conglomerado energético da Península Ibérica e o maior grupo industrial português, possui um histórico de comprometimento de longo prazo com o Brasil, onde está há

dez anos. A operação brasileira representa uma parte relevante dos negócios da EDP, respondendo por cerca de 16% da receita total e 13% dos ativos totais, em 2005.

Pesquisa e desenvolvimento

Nos últimos três anos, as empresas distribuidoras do grupo Energias do Brasil aplicaram R\$ 45,2 milhões em projetos de pesquisa e desenvolvimento, principalmente em áreas que exploram os avanços tecnológicos em sistemas elétricos de potência e desenvolvem fontes alternativas de energia.

A Energias do Brasil mantém parcerias com universidades e entidades de pesquisa, permitindo a adoção de importantes projetos na utilização de novas tecnologias e no desenvolvimento de métodos para reduzir o consumo de energia de uso final.

Um dos destaques é o projeto desenvolvido pela Bandeirante que consiste em levantar informações precisas sobre a incidência e as características dos raios na sua área de concessão, a partir da utilização de dados das descargas atmosféricas, com o objetivo de desenvolver, otimizar, operar e manter o seu sistema elétrico.



**Sorriso de
preservação.**



Desempenho ambiental

Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

Empenhadas em melhorar o desempenho ambiental, as empresas da Energias do Brasil, adotam, na gestão das operações, a minimização e o controle dos impactos decorrentes de suas atividades. A recente criação da *holding* Energias do Brasil, em meados de 2005, permitiu, durante o ano, iniciar a formulação de planos corporativos para a área do meio ambiente.

Como concessionárias de serviços de energia elétrica, as empresas da Energias do Brasil são submetidas, nas suas operações, a leis e regulamentos de âmbito federal, estadual e municipal em aspectos relativos ao meio ambiente.

O investimento em meio ambiente, considerando-se projetos diretamente relacionados à geração, distribuição e comercialização de energia, totalizou R\$ 138,1 milhões, em 2005. O maior volume foi direcionado às atividades de geração (R\$ 128,8 milhões), como reflexo das obras de construção do AHE Peixe

Angical, no Rio Tocantins, e das quais se destacam os programas ambientais relacionados à aquisição de terras (R\$ 48,2 milhões), desmatamento e limpeza do reservatório (R\$ 19,9 milhões), relocação urbana (R\$ 17,7 milhões) e recomposição da infra-estrutura social e viária (R\$ 20,0 milhões).

Os trabalhos para adoção das medidas compensatórias e mitigadoras no AHE Peixe Angical foram acompanhados desde o início do empreendimento pelo órgão licenciador – a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – e pelo Ministério Público. Essa forma de gestão garantiu que

a Licença de Operação fosse obtida na data previamente estabelecida, o que permitirá a geração de energia de acordo com o compromisso estabelecido no Contrato de Concessão com a Aneel.

A distribuidora Bandeirante, desde 2004, vem implementando o Siga, um sistema de gestão integrada de saúde, segurança, meio ambiente e comunicação social, formulado com base nos requisitos das normas internacionais ISO 14000 (meio ambiente) e OHSAS 18000 (saúde e segurança).

Na Enersul o programa de licenciamento ambiental foi iniciado em 2003 com a obtenção, até o final do ano de 2005, de 82 Licenças de Operação para subestações, linhas de distribuição e para a usina termelétrica de Porto Murtinho.

Proteção do ambiente

A proteção do meio ambiente é determinante para o cumprimento de todas as fases do licenciamento ambiental de novos empreendimentos de geração e distribuição

– Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

Nas atividades de geração e de distribuição, os programas ambientais têm o objetivo de minimizar e compensar os impactos causados pelos empreendimentos. Esses programas são agrupados de acordo com as suas naturezas: físico, biótico e socioeconômico. No meio físico, a Enerpeixe monitora aspectos relacionados a clima, níveis de água, estabilidade das encostas marginais, sedimentologia, sismologia e hidrogeologia na área de formação do lago da usina. No meio biótico, são executados os programas de fauna, flora, ictiofauna e qualidade da água.

No meio socioeconômico, são adotadas diversas ações para mitigar e compensar os impactos sociais na área do reservatório e nas cidades afetadas pelo aumento populacional decorrente do aporte de trabalhadores para a obra. Na construção do AHE Peixe Angical são mantidos, ao todo, 30 programas ambientais. Em Lajeado, prosseguiram em 2005 as ações de limpeza do reservatório e foi apresentado o planejamento para a conclusão do programa de reflorestamento. Além disso, continuaram as atividades de monitoramento limnológico e os estudos da ictiofauna, em decorrência da operação do sistema de transposição de peixes.

O projeto Siga da Bandeirante integra a gestão de meio ambiente, saúde ocupacional, segurança do trabalho, comunicação e de cidadania, com procedimentos, normas e instruções incorporados à rotina operacional da empresa. O plano de gestão ambiental e social inclui o gerenciamento de resíduos, a elaboração de planos de contingência e de contenção de derrames, o estabelecimento de procedimentos técnicos para a poda de árvores e de arborização urbana, a obtenção de licenciamentos ambientais de obras novas e de empreendimentos já existentes e a realização de diagnóstico ambiental e social de todas as instalações. Submetidas à avaliação de auditorias externas realizadas a cada seis meses, essas ações têm-se revelado muito satisfatórias do ponto de vista global.

**Investimentos
em meio
ambiente
totalizaram
R\$ 138,1 milhões
em 2005**



“O desenvolvimento e a implementação com sucesso do Siga demonstram a conscientização e o elevado sentido de responsabilidade da Bandeirante relativamente à abordagem e resolução das questões ambientais, sociais e de saúde e segurança, e estamos convictos de que este importante avanço alcançado foi em grande parte possível graças ao empenho e compromisso em todos os níveis dentro da Empresa, desde os seus dirigentes até os mais diversos colaboradores.”

José A. Felix-Filho

Unidade Social e Ambiental – Departamento do Setor Privado
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Avaliação de impacto ambiental

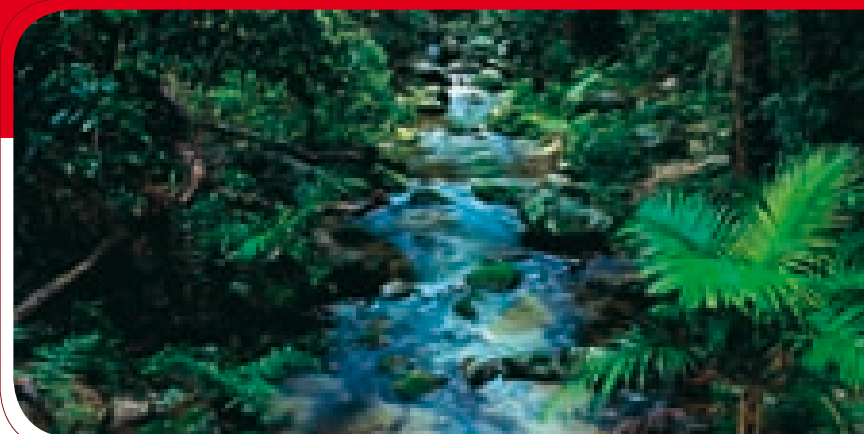
Em todas as empresas da Energias do Brasil, é mantido um programa de acompanhamento dos licenciamentos ambientais, constituído por estudos, projetos técnicos e procedimentos administrativos, com a finalidade de identificar e apresentar alternativas de mitigação e compensação das interferências, de modo a obter e manter as respectivas licenças nos órgãos ambientais estaduais e federais. É o caso das usinas de Coxim, São João I e São João II, nas quais se adotaram em 2005 sistemas de coleta de óleo nas bacias de captação e caixas separadoras água/óleo em todos os transformadores das subestações.

A construção de linhas de transmissão e de distribuição também é precedida de análise, revisão e otimização de traçados, para reduzir a interferência em áreas de vegetação ou de preservação ambiental. Na Escelsa, por exemplo, o estudo do traçado de duas novas linhas de distribuição, em 138 kV, contemplou a inclusão de estruturas metálicas mais altas, de forma a evitar a supressão de 80 árvores.

Em relação às instalações existentes, a Bandeirante desenvolveu programas de monitoramento de solos e ruídos de todas as subestações, depósitos e almoxarifados baseados na Norma ASTM 1527 (*American Society for Testing and Materials*).

A Bandeirante registrou em 2005 um incidente em uma subestação, em decorrência da explosão do comutador de um transformador, o que provocou derramamento de cerca de 600 litros de óleo mineral isolante. A mobilização imediata das equipes

**Projetos buscam
reduzir a
interferência sobre
flora e fauna**



Compromisso com o meio ambiente

de manutenção permitiu conter o vazamento nos limites da estação, de acordo com o plano de contingência estabelecido e, na sequência, trocar o solo e as britas contaminadas com óleo. Os resíduos coletados, cerca de 26 toneladas, foram encaminhadas para aterro industrial.

Alterações climáticas

Durante 2005, a Energias do Brasil desenvolveu um conjunto de ações preparatórias para a sua participação no Protocolo de Quioto, por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL ou CDM – *Clean Development Mechanism*). Esse Protocolo, promovido pela Convenção das Nações Unidas sobre Mudança de Clima, estabelece metas de redução de emissões dos gases de efeito estufa e permite gerar créditos de carbono em projetos de MDL, como forma de cumprir os compromissos ambientais dos países signatários do Anexo I do Protocolo, originando títulos negociáveis no mercado e designados como Reduções Certificadas de Emissões (RCE ou CER).

Entre essas ações destacam-se as relacionadas com a identificação de projetos passíveis de gerar créditos de carbono nos ativos existentes nas empresas de geração da Energias do Brasil e na consulta a empresas especializadas para elaborarem, já em 2006, o processo de candidatura desse tipo de projetos.

Emissões atmosféricas e qualidade do ar

No Mato Grosso do Sul, o investimento na construção da linha de distribuição Jardim-Porto Murtinho e das subestações associadas possibilitou a integração dessa região ao Sistema Interligado Nacional, permitindo a desativação, no início de 2006, da Usina

Térmica de Porto Murtinho, no Pantanal, e a redução dos impactos provocados por emissões, transporte e armazenamento do óleo diesel.

Buscando soluções modernas, vantajosas e menos prejudiciais à sociedade, a Bandeirante utiliza o gás natural veicular (GNV), reduzindo sensivelmente a emissão de substâncias poluentes provenientes do escapamento dos veículos. Em 2005 foram instalados 120 kits de gás natural veicular.

Biodiversidade

Nas atividades de geração, são mantidos programas e projetos de reflorestamento e de contenção da erosão das encostas no entorno dos reservatórios das hidrelétricas. Na PCH Paraíso (MS), por exemplo, o projeto de reflorestamento inclui a produção e o plantio de 200 mil mudas de espécies nativas para a revegetação das margens do reservatório.

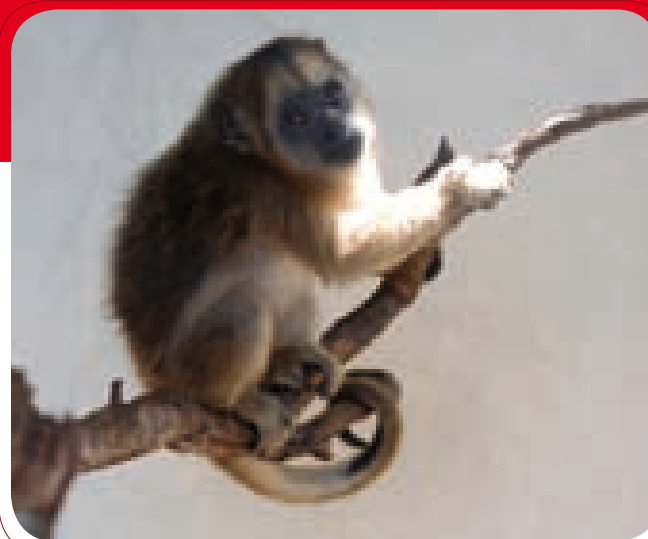
Em Peixe Angical, a preservação da biodiversidade na área de influência do empreendimento integra programas para a recomposição de áreas degradadas, a gestão da faixa de proteção do reservatório, o monitoramento e resgate de animais, incluindo a ictiofauna, e de espécies vegetais, bem como o repasse de verba ao Ibama para manutenção da Unidade de Conservação.

Nas atividades de distribuição, as obras de novas linhas de transmissão são conduzidas de forma a minimizar as interferências sobre a biodiversidade, procurando evitar a remoção de árvores e priorizando a utilização de acessos já existentes, a exemplo do que ocorreu na construção da nova linha de transmissão Norte-Nordeste, no Parque Ecológico do Tietê, em Guarulhos (SP).

Nos sistemas de distribuição em média e baixa tensão, são aplicados procedimentos operacionais para harmonizar a convivência das redes elétricas com a fauna e flora locais, como alterações de traçados de redes e definição de critérios para a poda de árvores.

Na Escelsa, foram substituídos 86 quilômetros de rede elétrica, para evitar poda de árvores, e trocados 4,4 quilômetros de cabos nos habitats do macaco sagüi-da-cara-branca. A empresa também mantém programas de relocação de ninhos de pássaros, preservação de fauna aquática e recomposição da vegetação. Durante o ano, foram plantadas 44.790 mudas de espécies nativas em aproximadamente 520 mil metros quadrados de áreas adjacentes ao reservatório da UHE Mascarenhas.

A Enersul iniciou, em 2005, o Programa de Arborização Urbana e celebrou convênio com a Associação de Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul) para o plantio de milhares de mudas no próximo triênio.



Resgate de animais em Peixe Angical

Outra iniciativa da Enersul foi a criação de um viveiro de produção de mudas nativas na Escola Agrícola de Araporã, da aldeia Bororó, em Dourados, município que concentra a maior população indígena do Mato Grosso do Sul. Desenvolvido em parceria com a prefeitura de Dourados, o projeto tem o objetivo de envolver a comunidade na recuperação da terra e na produção de 10 mil mudas por ano.

Gestão de resíduos

A gestão de resíduos sólidos gerados pelas operações e atividades das empresas considera todas as etapas do processo: manuseio, segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final. O transporte dos resíduos classificados como perigosos (Classe I) e de equipamentos que contenham óleo isolante ou mercúrio é realizado por empresas especializadas, em conformidade com as legislações ambientais e de transportes terrestres e normas técnicas. A descontaminação das lâmpadas de vapor metálico também é efetuada por empresas especializadas. Na Bandeirante, estão em fase de adequação os locais de armazenamento temporário de resíduos sólidos dos Centros de Manutenção da Distribuição. Foi ainda firmado convênio com a Prefeitura Municipal de Guarulhos para a compostagem de uma parcela dos resíduos da poda de árvores, com reutilização nos parques e jardins da cidade.

A Enersul iniciou inventário para identificar e quantificar os resíduos gerados nas atividades de operação e manutenção de

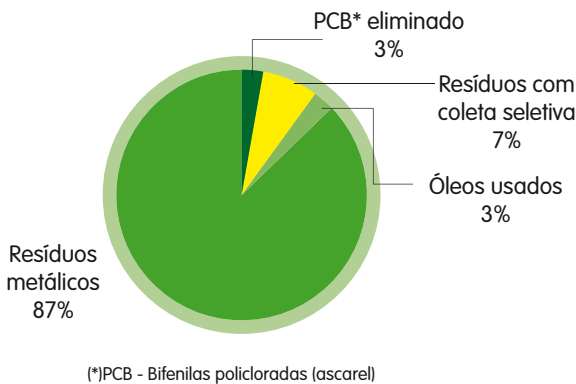


**Empresas
especializadas
fazem transporte
e descarte
de resíduos
industriais**

linhas, redes e subestações e na sede administrativa, o que permitirá subsidiar o aprimoramento de ações futuras.

Em 2005 a Escelsa descartou as últimas 20,2 toneladas de equipamento contendo ascarel, tendo recebido o respectivo certificado emitido pela Cetrel S.A. – Empresa de Proteção Ambiental para o tratamento térmico de 1,6 tonelada de ascarel líquido e de 18,6 toneladas de capacitores contaminados com o óleo isolante.

Resíduos industriais



Gestão dos recursos hídricos

O sistema de telemetria dos recursos hídricos da Energest no Estado do Mato Grosso do Sul destina-se à medição de níveis de água e das precipitações, sendo composto por 12 estações telemétricas e pluviométricas instaladas na usina de Mimoso e nas PCH Paraíso, São João I e São João II.

Também no Estado do Espírito Santo, a Energest obtém os registros dos parâmetros cota e chuva por meio da rede telemétrica constituída por cinco estações hidrológicas automáticas e nove estações convencionais pluviométricas e fluviométricas, instaladas nos reservatórios das usinas hidrelétricas. Utilizados para consultas de séries históricas, os dados de cada estação são gravados de hora em hora e enviados diariamente à Aneel. Essas informações também são fundamentais na identificação dos níveis críticos das barragens nos períodos de seca e de cheia, e na adoção de ações de atenção ou de emergência.

É feita também a medição da qualidade da água nos reservatórios de oito usinas hidrelétricas, com análise de 16 parâmetros para cálculo do Índice da Qualidade da Água (IQA).

No Estado do Mato do Grosso do Sul, a Enersul, na condição de conselheiro titular, participa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), criado em junho de 2005. No Estado do Espírito Santo, os representantes da Escelsa são membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santa Leopoldina e do Conselho Administrativo e Fiscal do Consórcio do Rio Guandu. Em Peixe Angical, o monitoramento limnológico tem como objetivo acompanhar a evolução das comunidades planctônica e bentônica, as macrófitas aquáticas e os metais pesados. Esse monitoramento é realizado em 14 pontos ao longo do rio: trimestralmente, na fase de desvio do rio, e mensalmente, na fase de enchimento do lago. Também é realizado o monitoramento dos níveis d'água em duas estações telemétricas e 13 hidrosedimentométricas, das quais quatro são da Agência Nacional de Águas. Na Usina de Lajeado, o monitoramento limnológico é efetuado trimestralmente em 17 pontos.

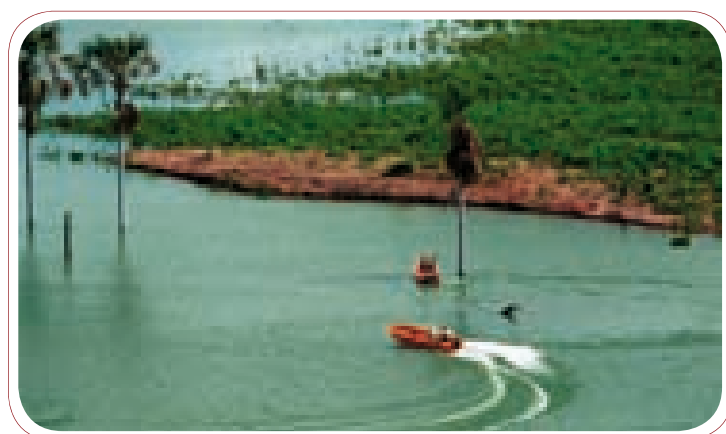
Educação ambiental

A educação ambiental integra o conjunto de programas ambientais desenvolvidos na área de influência direta do AHE Peixe Angical, com a realização de três subprogramas que envolvem as comunidades escolar, lideira e reassentada. O objetivo é contribuir para a capacitação das comunidades envolvidas, por meio da abordagem de temas relacionados ao empreendimento e de uma participação pró-ativa e construtiva no processo de desenvolvimento da região, com práticas voltadas à sustentabilidade.

Esse programa é desenvolvido com a participação de técnicos da Universidade de Gurupi (Unirg) e multiplicadores capacitados especificamente pelo programa para a execução dessa tarefa (agentes, formadores de opinião e líderes comunitários). A avaliação é realizada constantemente e consiste em três fases: diagnóstico, ações e resultados.

Iniciativas buscam desenvolver práticas sustentáveis

Até o final de 2005 foram realizados os subprogramas que envolveram a comunidade escolar (nas áreas urbanas de São Valério da Natividade, Peixe, São Salvador do Tocantins, Vila do Retiro, Paranã e áreas rurais de Paranã e São Salvador) e a comunidade lindeira (nas áreas rurais de Paranã e São Salvador). No final de 2005 foi iniciado o subprograma com a comunidade dos reassentamentos coletivos.



Resgate de animais em Peixe Angical

A Enersul publicou o *Guia de Arborização Urbana*, onde apresenta as espécies mais adequadas para a arborização das cidades do Estado de Mato Grosso do Sul e alternativas de planejamento, plantio e manejo, para obter harmonia entre a vegetação, a fiação elétrica e os diversos elementos que compõem as cidades. O livro foi distribuído de forma pró-ativa a todas as escolas públicas e prefeituras do Estado e divulgado durante palestras e reuniões realizadas com prefeituras, associação dos municípios, secretários do Meio Ambiente e da Educação, Procuradoria Geral de Justiça do Estado e Promotorias da Justiça do Meio Ambiente, além de disponibilizado na página da Internet (www.enersul.com.br), a partir do dia 21 de setembro, quando se comemora o Dia da Árvore.

A empresa investiu R\$ 306 mil em dois projetos educativos de conservação de energia: o primeiro, denominado Enersul na Comunidade, utilizou recursos lúdicos – apresentações teatrais, músicas, jogos e brincadeiras – para orientar práticas de combate ao desperdício de energia, contribuindo também para adequar o valor das contas de energia ao poder aquisitivo dos clientes; o segundo projeto, Procel nas Escolas, foi realizado com apoio da Eletrobrás e teve como objetivo transformar os professores de escolas do ensino médio e fundamental em agentes

multiplicadores no combate ao desperdício de energia elétrica. Com a última ação, foram capacitados, durante o ano, 409 professores de 45 escolas, em 15 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. A empresa é ainda parceira do Parque Zoológico de Coxim, criado em abril de 2005, em uma área urbana de aproximadamente 30 hectares. Ali são promovidas ações educativas com alunos e professores da Escola Estadual Semiramis Benevides da Rocha, que incluem visitas monitoradas e oficinas de papel reciclado.

A Escelsa promoveu 27 eventos em comunidades e escolas, com orientações sobre o uso racional e seguro da energia elétrica, atingindo um público estimado em 13,5 mil pessoas. Em feiras de ciências escolares, expôs maquetes da casa energizada e da geração de energia em usina hidrelétrica, demonstrando as etapas de geração, transmissão, distribuição e utilização da energia. Também apresentou projetos e ações ambientais na Feira do Verde, em Vitória (ES), e na Feira da Terra, em Vila Velha (ES), atingindo um público de mais de 37 mil pessoas. Participou ainda no I Fórum das Águas (MG) apresentando o projeto de educação ambiental Nas Águas do Rio Doce, pelo qual foram capacitados 254 professores de 22 escolas em dois municípios do Espírito Santo, envolvendo mais de 5,7 mil alunos. A Energest patrocinou, em novembro de 2005, a II Conferência Estadual de Meio Ambiente – Vamos Cuidar do Brasil, realizada em Campo Grande (MS). A conferência foi um dos mais importantes eventos promovidos pelo Ministério do Meio Ambiente no ano e contou com a participação de representantes dos setores públicos e privados de praticamente todo o Estado do Mato Grosso do Sul.

Fornecedores

As ações com os fornecedores envolvem aspectos da gestão de segurança e saúde ocupacional, por meio de treinamentos, palestras e campanhas com o objetivo de manter a integridade física dos colaboradores e estimular essa mesma conduta por parte do fornecedor de serviços na execução de suas atividades.

Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

Pesquisa e desenvolvimento

Em 2005, as empresas da Energias do Brasil encaminharam R\$ 19,2 milhões para o Fundo Setorial de Energia, valor que soma R\$ 45,2 milhões nos últimos três anos.

Anualmente, as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica no Brasil devem aplicar, no mínimo, 0,75% da receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e 0,25% em programas de eficiência energética. A aplicação desses recursos financeiros se traduz em estudos para a redução de perdas elétricas no sistema ou em projetos de modernização de iluminação pública, como, por exemplo, a utilização de luminárias e lâmpadas mais eficientes. O desenvolvimento desses projetos tem impacto direto na redução do consumo e, conseqüentemente, na utilização de recursos naturais, pela menor necessidade de geração de energia elétrica. Os trabalhos desenvolvidos incluem, por exemplo, a avaliação de descargas atmosféricas para obtenção de dados precisos sobre a incidência de raios; o monitoramento da rede de distribuição com o uso de fibras óticas; e equipamentos eletrônicos para detecção de fraude de consumo. Todas essas iniciativas têm como objetivo adotar tecnologias com menor impacto ambiental, tornando-as mais eficientes e produtivas nas atividades de geração e distribuição de energia.

Eficiência energética

As distribuidoras prosseguiram, em 2005, com os programas de eficiência energética, que têm como finalidade assegurar a melhor utilização da energia por parte dos consumidores.

Na Bandeirante, destacam-se os projetos relacionados com os sistemas de refrigeração industrial e comercial de grande porte, sistemas de ar comprimido, de iluminação e de utilização de energia solar em ambientes industriais. Esses projetos resultaram na economia de 11,4 GWh/ano e na redução da demanda no horário de ponta da ordem de 2,6 MW, entre inúmeros outros benefícios aos clientes e ao sistema elétrico nacional. Na Enersul, investiram-se R\$ 1,2 milhão nesses programas, envolvendo prédios da prefeitura

de Campo Grande (MS) e o sistema de iluminação pública de quatro municípios do Estado. Essas ações resultaram na alteração de 5.565 pontos (lâmpadas, reatores/ignitores e relés fotoelétricos), com redução de demanda de 0,5 MW e economia de 2,4 GWh/ano. Pelo trabalho, a Enersul recebeu o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia 2005, na modalidade Empresas de Distribuição de Médio Porte.

Na área de atuação da Escelsa, realizaram-se melhorias nos sistemas de iluminação pública de três municípios, contribuindo para ampliar as condições de segurança pública e a qualidade de vida nessas cidades. Foram substituídos 57.177 pontos de luz por luminárias fechadas, reatores de alto fator de potência, com ignitores incorporados e lâmpadas de vapor de sódio, com maior fluxo luminoso e vida útil, evitando-se o consumo de 18,5 GWh/ano e reduzindo-se na ponta em cerca de 4,2 MW.

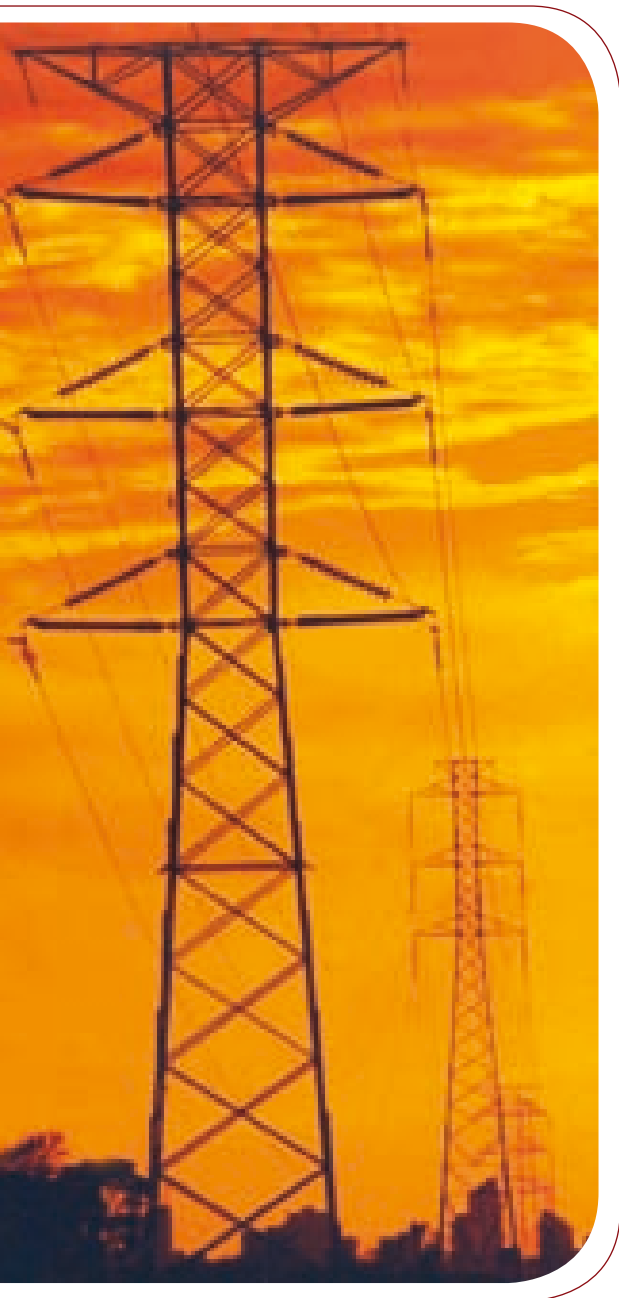
Projetos têm a finalidade de assegurar a melhor utilização da energia

Sorriso de praticidade.





Diálogo com as partes interessadas



Linha de transmissão

A estruturação do diálogo social integra o plano de comunicação, que prevê sistematizar informações sobre todos os públicos que se relacionam com a Energias do Brasil – os chamados *stakeholders* (clientes, empregados, fornecedores, governo, comunidade, acionistas) – e são afetados ou afetam, direta ou indiretamente, as operações da empresa.

Com isso, será possível um avanço significativo na identificação dos impactos e no planejamento dos programas e ações sociais, tanto no que diz respeito às decisões de negócio e investimentos quanto na construção do diálogo social.

Durante 2005, os principais canais utilizados para comunicação com as partes interessadas foram o *website*, a Intranet, a revista *Energias* (direcionada para colaboradores e contatos externos), reuniões com representantes do poder público municipal, estadual e federal e com associações de classe, encontros com analistas e investidores do mercado de capitais, além de participações em fóruns e grupos de trabalho setoriais.

Na construção de novos empreendimentos – linhas de transmissão ou subestações – são realizadas pesquisas com as comunidades de entorno para identificar suas expectativas e necessidades. A análise dessas informações pode acarretar mudanças ou adaptações nos projetos. Após a conclusão do empreendimento, novo levantamento é feito com a população para avaliar o grau de satisfação e de impacto percebido durante a construção.

Nos empreendimentos hidrelétricos, a educação ambiental assume um papel relevante no diálogo com as partes interessadas, uma vez que integra um conjunto de programas ambientais desenvolvido na área de influência direta do aproveitamento.

Relacionamento com os clientes

As empresas de distribuição mantêm diferentes canais de comunicação que permitem aos clientes acesso a informações e serviços 24 horas por dia – *call centers*, Internet, lojas próprias e terceirizadas, agentes comerciais e agentes arrecadadores. Também possuem Conselhos de Consumidores nas suas áreas de concessão, com a participação voluntária de clientes das classes de consumo residencial, comercial, industrial, rural e poder público, além de representantes dos órgãos de proteção e defesa do consumidor. Os conselhos têm atuação consultiva.

Em 2005, as três distribuidoras adequaram infra-estruturas e procedimentos operacionais das Centrais de Atendimento (*call centers*) à Resolução Aneel nº 57/2004, destacando-se a adoção de protocolo para todos os atendimentos, gravação de 100% dos telefonemas e ampliação do número de posições de atendimento. Foram ainda realizados programas de treinamento dos atendentes e padronizados os procedimentos.

As páginas de Internet foram reformuladas, para que a Agência de Atendimento Virtual proporcionasse um acesso mais rápido e dinâmico em auto-atendimento de serviços, como leitura, conta eventual, consulta a faturas anteriores, acompanhamento de solicitação de serviços e segunda

via de conta. Na Bandeirante, ocorreu uma média de 180 mil acessos por mês, 51,0% mais que no ano anterior. Na Enersul, foram efetuados 151.992 serviços e, na Escelsa, o número mensal de acessos passou de 29 mil para 37 mil (variação de 27,5%), enquanto o volume de serviços cresceu de 53 mil para 65 mil (mais 22,6%).

Qualidade do atendimento – Média anual 2005 (%)

Meta Aneel		Distribuidoras Energias do Brasil
INB (Índice de Nível de Serviço Básico) - >= 80,0% (Grupo I)		80,1%
IAb (Índice de Abandono) - <= 15,0% (Grupo I)		9,9%
IOC (Índice de Ocupação) - <= 20,0% (Grupo I)		6,1%
Obs: As distribuidoras Escelsa e Enersul encontram-se no Grupo II, com metas mais brandas de tabulação (INB 77%, IOC 25% e IAb de 18%).		

Canais de acesso – nº de clientes

	Bandeirante	Escelsa	Enersul
Total de atendimentos	4.230.488	1.883.788	1.881.677
Call center	2.673.387	1.777.425	1.216.981
Unidade de Resposta Audível (URA)	338.327	435.834	1.970
Lojas/agências	1.051.407	837.000	573.007
Internet	167.367	456.018	93.065

Atendimento

O ano de 2005 foi marcado pelo Projeto Excelência no Atendimento ao Cliente, com o mapeamento e a introdução de diversas melhorias, tanto em processos comerciais como em sistemas de informática. Também foi desenvolvida uma base de informações consistentes sobre os clientes, traçando detalhadamente seus perfis, para ampliar a rapidez e a qualidade do atendimento. Os Postos de Atendimento a Clientes começaram a ser reformados para introduzir melhorias na infra-estrutura e padronizá-los com a nova identidade visual da Energias do Brasil. Para melhoria no atendimento de clientes de média e alta tensão e do Poder Público, a Bandeirante realizou um estudo das melhores práticas

de mercado no setor de serviços, que culminou na criação de duas áreas específicas para atendimento diferenciado a esses segmentos. Em continuidade a essa iniciativa, será desenvolvido, em 2006, o Projeto *Contact Center* – média tensão, que busca um modelo de relacionamento mais moderno com o cliente, por meio de controles fáceis e gestão unificada. Ele visa a agregar à Central de Atendimento os canais de comunicação pela Internet, com gestão de e-mail, *chat*, navegação conjunta entre o operador e o cliente, e multimídia, podendo incluir videoconferência e voz sobre telefonia.

Sistema inovador permite a emissão da conta no momento da leitura do consumo

Infra-estrutura de atendimento

	Bandeirante	Escelsa	Enersul
Call center – Posições de atendimento	103	48	42
Atendentes call center	243	84	103
Lojas próprias	7	33	32
Agentes comerciais	73	124	377
Agências/ lojas de atendimento	17	0	37

Serviços

Em 2005, Enersul e Escelsa introduziram um sistema inovador de emissão e entrega da conta de energia em campo, simultânea com a leitura do medidor, que elimina a demora da entrega da conta e reduzindo as reclamações dos clientes. Criada em setembro, a Conta Enersul Fácil já abrangia, no final do ano, 124 mil clientes de Campo Grande (MS), ou 63% do universo de consumidores da rede de baixa tensão. A estimativa é atingir 100% das unidades consumidoras até julho de 2006. Na Escelsa, o projeto leitura e entrega simultânea foi adotado em toda a área de concessão, abrangendo 831 mil clientes, representando mais de 80% do total.

Outro projeto inédito na Enersul é a telemedicação de energia em clientes rurais. A transmissão de dados é feita pela própria rede elétrica, com uso da tecnologia Turtle, permitindo a teleleitura de clientes situados a até 400 quilômetros de distância. A Escelsa oferece aos clientes o seguro Proteção em Conta, que atingiu, no final do exercício, 67.197 consumidores residenciais. No âmbito desse serviço foram liquidados 273 sinistros, no valor de R\$ 132 mil, e premiados 11 clientes, no valor de R\$ 55 mil. O produto tem a finalidade de contribuir para a redução da inadimplência, pois os prêmios são pagos exclusivamente aos clientes adimplentes.

Pesquisas de satisfação

A qualidade dos serviços e o grau de satisfação dos clientes das distribuidoras são medidos por pesquisas anuais realizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) e pelas próprias empresas.

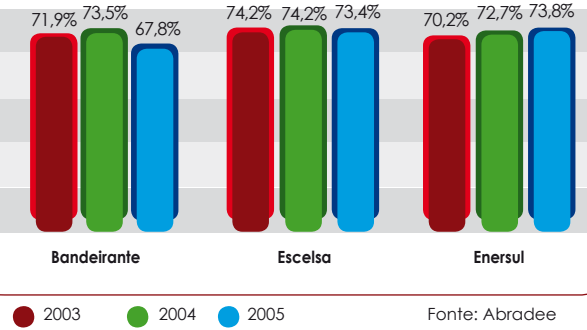
O Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC), apurado pela Aneel, avalia o grau de satisfação dos consumidores residenciais com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica. A pesquisa abrange a área de concessão das 64 distribuidoras no País. No ano de 2005, a pesquisa foi realizada no mês de dezembro e seus resultados serão divulgados em 2006.

Já o Índice de Satisfação do Cliente Residencial Urbano (ISC) é realizado há sete anos pela Abradee em 43 distribuidoras. Em 2005, a Enersul foi reconhecida pela Associação como a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica das Regiões Norte e Centro-Oeste.

A Enersul também realiza pesquisa própria, com o apoio de uma empresa especializada, para identificar índices de satisfação com o fornecimento, aprovação e satisfação geral com os serviços. Em 2005, a pesquisa atingiu 34 municípios e um total de 2.304 clientes.

Na Escelsa, a pesquisa própria avalia desde 1996 a opinião dos clientes, para, assim, reavaliar processos e ampliar a percepção positiva dos clientes. Em 2005, o índice de satisfação foi de 80,72%, enquanto 81,29% dos clientes apontaram que reconhecem a Escelsa como uma empresa séria.

Índice de satisfação com a qualidade percebida



Direitos do consumidor

Como prestadoras de serviços públicos a milhões de consumidores, as distribuidoras de energia são passíveis de enfrentar um elevado número relativo de reclamações em órgãos de defesa de consumidor.

Em 2005, o Procon – Superintendência para Orientação e Defesa do Consumidor do Estado de Mato Grosso do Sul, recebeu 1.527 demandas de consumidores da área da concessão da Enersul, das quais 11% foram avaliadas como procedentes.

A Escelsa mantém com os Procons municipais do Estado do Espírito Santo um canal direto de comunicação em que, por telefone, são dirimidas muitas reclamações, de forma a reduzir a abertura de processos. A Escelsa compareceu a 222 audiências de reclamações promovidas pelo Procon, sendo 143 improcedentes (64%) e 79 procedentes (36%), o que corresponde a 0,008% da base de clientes do Estado.

A Bandeirante atendeu aos Procons de 17 municípios de sua área de concessão e três Procons sediados na capital paulista,



oferecendo um canal atendimento telefônico exclusivo (0800 775 2800), desde agosto de 2005, pelo qual foram realizados 1.162 atendimentos nos últimos dois meses de 2005, sendo 604 procedentes (52%) e 558 improcedentes (48%). Já na forma de Carta de Intenção Preliminar (CIP), instrumento utilizado pelos Procons, foram recebidas e respondidas 2.551 correspondências, sendo 1.086 procedentes (42,6%) e 1.465 improcedentes (57,4%), ocorrendo 356 audiências. Após o início do atendimento telefônico exclusivo houve redução de 26% na aberturas de CIPs.

Populações atingidas por reservatórios

De forma inédita no setor elétrico brasileiro, cada ação/etapa das obras do AHE Peixe Angical foi amplamente divulgada em toda a área de influência direta do futuro reservatório, com a participação efetiva das comunidades afetadas. Esse trabalho vem sendo realizado de forma planejada e antecipada, de maneira a que nenhuma ação do empreendimento seja executada sem esclarecimento prévio à população. São constantemente realizados atendimentos volantes e individuais em toda a área, bem como pela central ou via telefone (linha gratuita), reuniões, campanhas (saúde pública: doenças endêmicas e DST/Aids; salvaguarda da população e outras), além de outras atividades. Pesquisa realizada recentemente pelo Sebrae indicou que a Enerpeixe foi considerada pela comunidade local como a entidade de maior credibilidade em relação aos assuntos do AHE Peixe Angical. Também de forma inovadora, os programas da Enerpeixe que envolvem a aquisição de terras e a relocação das famílias residentes nas áreas rurais e urbanas afetadas pela formação do reservatório foram tratados e discutidos diretamente com as comunidades, de maneira transparente e participativa, por meio do Foro de Negociação. O Foro é coordenado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e integrado por representantes do Instituto Natureza do Estado do Tocantins (Naturantins), dos Ministérios Públicos Federal e

Foro de Negociação estabeleceu forma inédita de participação da comunidade

Estadual, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de associações dos afetados e de prefeituras. Todas as reuniões foram abertas à população.

Em 2005, foram adquiridas 222 propriedades rurais (25,4 mil hectares) e 111 propriedades urbanas, com o reassentamento de 99 famílias de proprietários e ocupantes de terras. A infra-estrutura construída inclui moradias, energia elétrica, abastecimento de água, cercas e acessos internos ao lote. Outras 62 famílias afetadas optaram pela carta de crédito, com a aquisição de imóveis rurais e urbanos selecionados pelas próprias famílias.

Como parte das ações de mitigação e compensação dos impactos sociais do empreendimento, foram realizadas várias obras complementares: saneamento, unidades ambulatoriais, escolas, 265 quilômetros de estradas vicinais e trechos da rodovia TO 491 afetada pelo reservatório, além de programas de resgate de patrimônio arqueológico, histórico e cultural e reforço dos serviços públicos de saúde, educação e segurança. Foi iniciado ainda o programa para reduzir os efeitos do desaquecimento da economia local, com a realização de cursos profissionalizantes em Peixe e São Valério da Natividade. Na área da Usina Hidrelétrica de Lajeado, obra concluída em 2002, foi dado prosseguimento ao Plano de Desenvolvimento Rural. A assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta – discutido entre representantes da empresa, dos reassentados,

do órgão ambiental estadual e do Ministério Público Estadual – permitiu a continuidade dos trabalhos de assistência técnica aos reassentamentos durante 2005. Foi dado também prosseguimento ao processo de regularização fundiária das propriedades do reservatório e remanescentes.

Promoção do acesso à eletricidade

Os programas de Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica incorporaram à rede das distribuidoras mais 15.578 consumidores durante o ano. O programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, é o de maior abrangência no País e nas áreas de atuação da Energias do Brasil. A meta nacional é levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008. A Bandeirante atendeu 2.100 novos clientes da área rural dos municípios de sua área de atuação, e deverá concluir o plano em 2006, com mais 3.708 unidades consumidoras. Além do Luz para Todos, a empresa já havia concluído, em 2004, o atendimento ao perímetro urbano, com a ligação de 42.796 consumidores (acima da meta de 32.061).

Na região da Enersul, o programa Luz para Todos prioriza famílias que vivem em

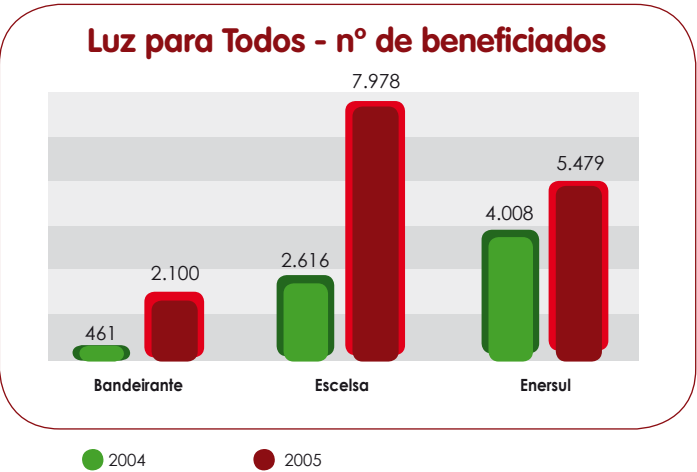
áreas rurais, assentamentos e aldeias indígenas. No acumulado dos dois últimos anos, foram atendidos 9.487 clientes, sendo 5.479 ligações em 2005.

Na Escelsa, a primeira etapa do Luz para Todos foi concluída em outubro de 2005, como atendimento de 10.594 domicílios rurais (7.978 ligações em 2005 e 2.616 em 2004). A segunda etapa, iniciada ainda em 2005, consistiu no atendimento a 12.390 clientes e será concluída em 2006. Também como parte do Programa de Universalização, a Escelsa estabeleceu três projetos pioneiros destinados a municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior à média estadual. Foram atendidas por esse programa três comunidades, beneficiando 67 domicílios.

Tarifa social

As três distribuidoras da Energias do Brasil atendem 498.962 clientes beneficiados com a tarifa social, o equivalente a 16% do total. As famílias que não dispõem de recursos para pagar energia elétrica na tarifa normal e atendam aos requisitos estabelecidos no Programa Baixa Renda do governo federal podem usufruir desconto na tarifa. Para tanto, devem solicitar ligação monofásica, tendo energia elétrica exclusivamente na tensão 110V. O consumo mensal ou a média mensal de 12 meses deve ser inferior a 80 kWh/mês ou ainda, no caso de o consumo manter-se entre 80 kWh e 220 kWh, o responsável pela unidade consumidora deve declarar que a renda familiar per capita é igual ou inferior a meio salário mínimo.

Em dezembro de 2005, a Bandeirante mantinha 73.039 clientes na tarifa social; a Enersul, 164.051; e a Escelsa, 261.872.





Programa Luz para Todos

A man and a young boy are sitting on a couch, smiling and playing video games. The man is holding a grey game controller in his right hand, and the boy is holding a similar controller in his left hand. They are both looking towards the camera. The background shows a window with a view of greenery outside.

Sorriso de diversão.



Gestão do capital humano

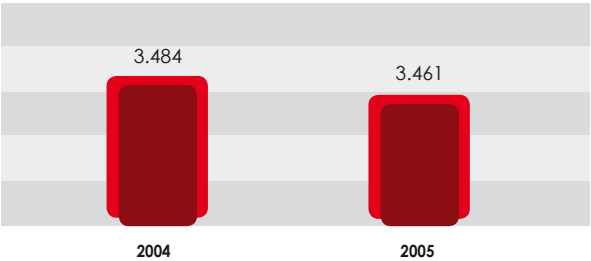
O desenvolvimento de um novo modelo de gestão da Energias do Brasil, decorrente da reestruturação societária ocorrida durante o ano, exigiu a elaboração de projetos estratégicos de recursos humanos que deverão estar concluídos até 2006. O objetivo foi permitir o alinhamento tanto entre as empresas que integram a *holding* como dessas em relação às melhores práticas do mercado.

No encerramento de 2005, havia um total de 3.461 colaboradores, uma redução de 0,7% do quadro de pessoal comparativamente a 2004.

Houve um esforço adicional para rejuvenescer o quadro de pessoal e atrair talentos do mercado, com a admissão de 188 novos colaboradores durante o ano. No preenchimento de vagas abertas foi dada prioridade a promoções internas, o que permitiu que 31,2% de todas as necessidades de recrutamento das distribuidoras fossem atendidas em processos de seleção interna. O índice de *turnover* foi de 6,1%, em 2005.

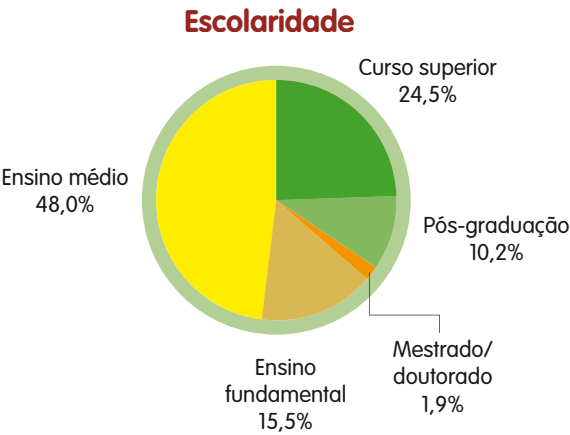
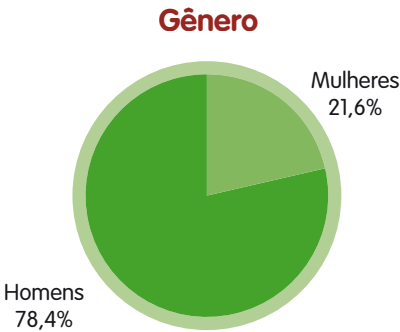
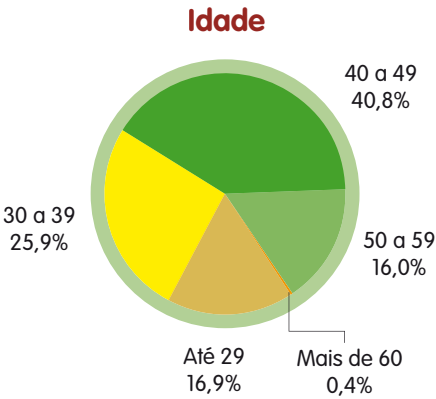
Projetos
estratégicos
alinham práticas
de recursos
humanos

Número de colaboradores - Energias do Brasil



Remuneração, cargos e salários

Um dos projetos estratégicos é a revisão da Política de Remuneração, traduzindo o compromisso com a valorização das pessoas e com a criação de um ambiente que estimule a produtividade e o comprometimento dos colaboradores.





Ela envolve a revisão do Plano de Cargos e Salários, de forma a padronizar a estrutura dos cargos gerenciais para todas as empresas – com a reavaliação de 200 cargos – e adequar a estrutura de cargos não-gerenciais às especificidades de cada empresa e ao atual modelo de gestão da Energias do Brasil.

O pagamento da Participação nos Resultados permanece como importante instrumento da Política de Remuneração, mantendo a conjugação entre metas da empresa, das equipes e individuais. No entanto, a definição das metas será integrada ao atual modelo de gestão, permitindo o alinhamento com a estratégia do grupo.

Em 2005, os salários e encargos sociais pagos pelas empresas totalizaram R\$ 177,2 milhões.

Benefícios

Como parte da política de retenção e atração de talentos, está também sendo remodelado o pacote de benefícios aos colaboradores. As melhores práticas do mercado foram estudadas para elaboração de um programa atrativo e que ofereça mais vantagens aos beneficiados.

Em 2005, foram concedidos benefícios que integram negociações com os sindicatos representativos dos eletricitários, como auxílios refeição, alimentação e creche, vale-transporte, assistência médica e odontológica, entre outros. No grupo, esses benefícios representaram R\$ 26,9 milhões.

As empresas de distribuição mantêm para seus colaboradores planos de aposentadoria complementar administrados por entidades fechadas de previdência. Os planos são custeados pelas distribuidoras e pelos participantes. Em 2005, as contribuições foram de R\$ 3,3 milhões, na Bandeirante; R\$ 1,7 milhão, na Enersul, e R\$ 3,1 milhões, na Escelsa.

Avaliação de desempenho

Também está sendo redesenhado o Programa de Avaliação de Desempenho, que funcionará como um processo transversal, associando toda Política de Remuneração à Política de Desenvolvimento. Assim, os resultados decorrentes das avaliações servirão de forma mais estruturada como estímulo ao desenvolvimento constante das competências individuais.

Atualmente, os resultados da avaliação de desempenho já têm relação direta com a remuneração variável. Para aperfeiçoar ainda mais essa ferramenta, foi iniciado um estudo de padronização das metodologias e dos processos



Colaboradores do grupo

utilizados nas empresas, abrangendo o planejamento, contratação de metas, acompanhamento e avaliação do desempenho dos colaboradores.

Avaliação de competências

A realização do *Management Appraisal* (avaliação de competências) permitiu o mapeamento de competências dos executivos da alta direção e a criação de um programa de desenvolvimento direcionado para o ano de 2006. Foram avaliados 72 executivos, tendo por parâmetros as competências necessárias ao desempenho de suas atividades específicas e, por pressuposto, as competências core da administração, obtidas a partir do planejamento estratégico.

Treinamento e desenvolvimento

A Política de Treinamento e Desenvolvimento está alinhada para atender aos novos desafios impostos pelo atual modelo de gestão. A identificação e retenção de talentos é a diretriz básica da política e permeia todas as ações realizadas.

Iniciativas de capacitação representaram média de 72,2 horas por colaborador

O investimento em treinamento e desenvolvimento, em 2005, foi de R\$ 2,9 milhões, incluindo treinamentos internos, externos e participações em eventos técnicos. Foram realizados 1.196 eventos, com duração de 250.022 horas – o equivalente a 72,2 horas de treinamento por colaborador, um índice 23% superior à média do ano anterior.

Os programas foram estruturados com base nas necessidades de desenvolvimento de competências nas habilidades básicas, específicas e de gestão, considerando diagnóstico feito por supervisores e gerentes, indicadores de recursos humanos e diretrizes empresariais.

É adotado também o Programa de Incentivo à Educação Formal, que estimula a busca constante de conhecimento e aumenta o nível de escolaridade dos colaboradores. As empresas patrocinam 50% da mensalidade de cursos de ensino superior, beneficiando 211 colaboradores em 2005.

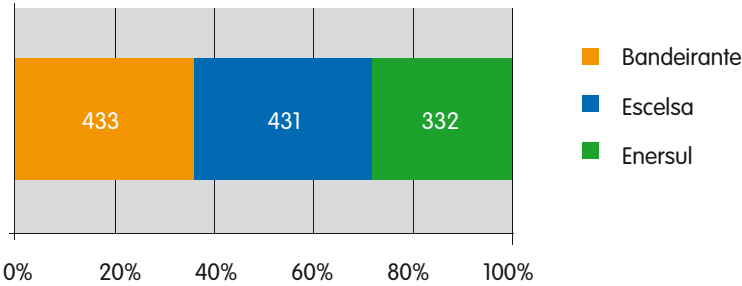
Um Programa de Estágio oferece oportunidade de aprendizagem a estudantes do ensino técnico e superior, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho. Após a conclusão do estágio, alguns estudantes são aproveitados no quadro efetivo das empresas. Em 2005, o quadro de estagiários foi de 117 estudantes, sendo 26 efetivados.

Está em estruturação um Programa *Trainee*, visando à captação e inserção de jovens talentos nas empresas, para garantir a oxigenação do quadro de pessoal e renovação de processos. Serão selecionados jovens recém-egressos de cursos universitários, que atuarão no sistema de *job rotation* entre as empresas e serão preparados para assumir cargos estratégicos.

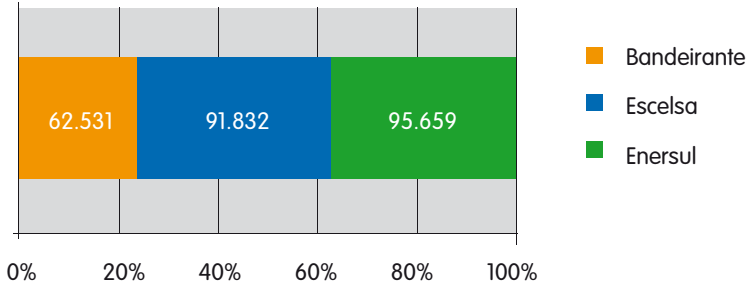
Educação corporativa

O Desenvolvimento Gerencial possibilita agregar valor à empresa, por meio do desenvolvimento de competências essenciais para o negócio. Além disso, permite ampliar a visão crítica para a renovação do pensamento empresarial, estabelecendo a continuidade do clima de aprendizado e o desenvolvimento de novas posições perante os desafios das empresas.

Eventos realizados



Horas de treinamento





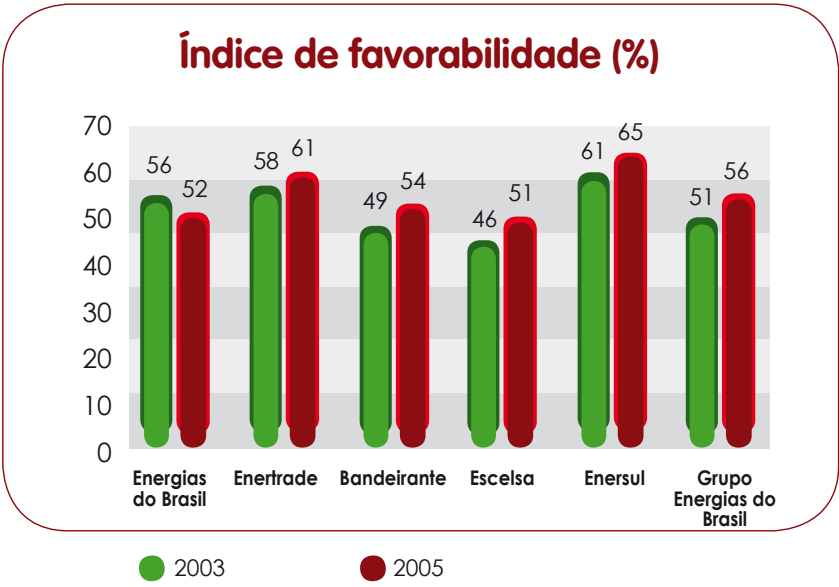
Proposto em 2005, o Programa de Desenvolvimento Gerencial será desenvolvido em 2006 em instituições como USP, Ibmec, FGV, Fundação Dom Cabral e Insead, com o objetivo de identificar e desenvolver as habilidades e os conhecimentos dos colaboradores que ocupam posições de liderança.

Clima organizacional

A Pesquisa de Clima Organizacional, realizada em setembro de 2005, foi estruturada para demonstrar os índices de satisfação consolidados da Energias do Brasil. O resultado já demonstra a percepção positiva dos colaboradores em relação às atuais políticas corporativas. A adesão à pesquisa foi de 88% do quadro de colaboradores e o índice de satisfação atingiu 56%, representando uma evolução de cinco pontos percentuais em relação à última pesquisa, realizada em 2003.



Pesquisa de clima organizacional



Saúde e segurança do trabalho

O Programa de Segurança do Trabalho é baseado na prevenção de acidentes e busca a eliminação, redução e controle de riscos no ambiente de trabalho. Como resultado, em 2005, a Energias do Brasil apresentou uma taxa de freqüência de acidentes de 3,38, representando uma redução de 42,6% em relação a 2004. A taxa de gravidade foi de 80,47 – um decréscimo de 6,5% em comparação ao ano anterior.

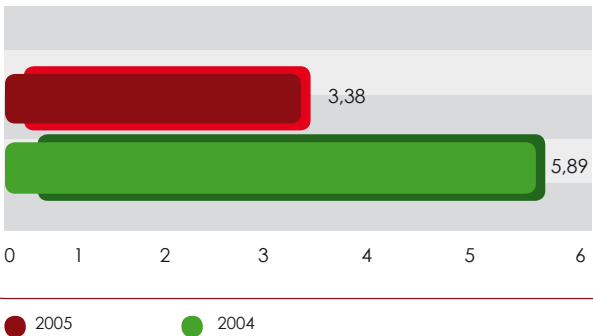
As empresas promoveram campanhas de conscientização e prevenção, o que incluiu a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat), realizada em todas as empresas de distribuição. Periodicamente, também são realizadas auditorias para verificar o cumprimento do Sistema de Gestão de Segurança.

O programa de segurança é estendido aos prestadores de serviços, abrangendo treinamentos sobre fatores de risco, procedimentos de segurança, uso correto de equipamentos de proteção individual, além de inspeções nas empresas para verificar se elas atendem aos padrões exigidos. Foi dada também atenção especial a orientações sobre direção segura, com o objetivo de reduzir acidentes na condução de veículos.

Integrado ao sistema de gestão de segurança, um programa de medicina do trabalho procura contribuir para a saúde e o bem-estar dos colaboradores e familiares. As ações envolvem avaliações periódicas, orientação sobre prevenção de doenças, campanhas de vacinação antigripe, acompanhamento nutricional e ginástica laboral em algumas empresas.

Em 2005, a Escelsa promoveu adequações em prédios, para reduzir ruídos externos ou causados por aparelhos de ar-condicionado e diminuir reflexo de luminárias em telas de computadores. Também instalou novos mobiliários, atendendo a todos os conceitos de ergonomia.

Taxa de freqüência de acidentes



Taxa de gravidade de acidentes





Relações sindicais

O relacionamento com os sindicatos ocorreu em sintonia com a política de valorizar a negociação. Em 2005, apesar da maior resistência em alcançar consenso nas negociações coletivas, fruto do processo de reestruturação da Energias do Brasil, os Acordos Coletivos de Trabalho foram renovados de forma negociada.

Os reajustes salariais foram diferenciados, pois as empresas estão vinculadas à datas-base regionais. As unidades com sede em São Paulo negociam em março e as do Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, em novembro.

Os reajustes seguiram a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa forma, o reajuste aplicado em março foi de 8,0% e o de novembro, de 6,36%.

Inclusão social

As políticas de recursos humanos têm vertentes externas, integrando-se ao compromisso da companhia com a promoção de ações de responsabilidade social. Dois programas de inclusão social são desenvolvidos nas empresas:

O programa Menor Aprendiz visa habilitar profissionalmente adolescentes entre 16 e 18 anos de idade, oriundos de classes sociais menos favorecidas. Busca ainda elevar a auto-estima e fortalecer a autoconfiança, tirando-os da área de riscos e possibilitando sua inserção no ambiente empresarial. Em 2005, 125 jovens participaram do programa.

O programa Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) tem por objetivo treinar, qualificar e empregar pessoas desse grupo, fortalecendo a cultura de inclusão social e o respeito à diversidade. Em dezembro de 2005, o quadro de portadores de necessidades especiais era de 144 pessoas.



Treinamento de pessoal



Sorriso de inclusão
social.

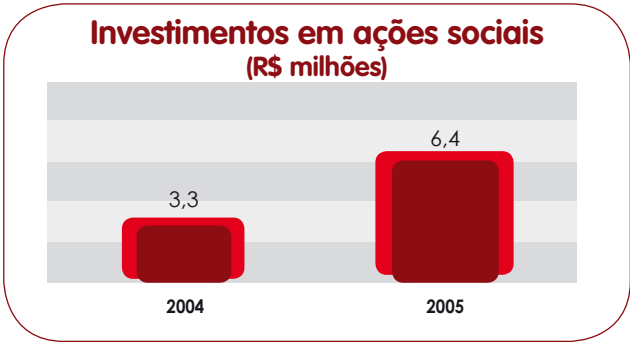


Apoio ao desenvolvimento social

Apoio a iniciativas de promoção social e cultural

A partir da reorganização societária realizada em 2005, a companhia deu início à formulação de uma política corporativa de investimento social e cultural, que prevê a criação de um fundo comum de recursos para todas as empresas que integram a Energias do Brasil, no sentido de enriquecer as políticas de responsabilidade social que já vinham sendo praticadas pelas controladas. Em 2005, foram investidos R\$ 6,4 milhões na promoção e no apoio a projetos preferencialmente relacionados à educação e à cultura e dirigidos ao ensino de crianças e adolescentes.

Assim, em 2005, foram investidos pelas distribuidoras R\$ 400 mil no projeto Ler é uma Viagem, de incentivo à leitura, e que começará a ser desenvolvido, em caráter experimental, em várias cidades das áreas de concessão da Bandeirante, da Escelsa e da Enersul, em 2006.



Educação

O Programa Bandeirante Comunidade Educação, que desde 2002 atua para a melhoria da qualidade do ensino e do ambiente escolar, beneficiou mais de 20 mil alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental de 68 escolas públicas dos 28 municípios da área de atuação da distribuidora. Outros objetivos são estimular uma participação pró-ativa das comunidades nas escolas; inserir os colaboradores da empresa em exercícios de cidadania, e difundir e estimular a responsabilidade social entre as empresas que se relacionam com a Bandeirante.

O programa é integrado por ações que têm o objetivo de contribuir para o processo de aprendizagem das crianças e para o fortalecimento da gestão escolar e do conceito da cidadania. Com a participação voluntária de 112

colaboradores, foram desenvolvidas as seguintes atividades em 2005: entrega de kits escolares, pintura de quadras poliesportivas, campanha de higiene bucal, apoio à retirada de documento de identidade, criação e/ou reforma de jardins e hortas escolares, promoção de teatro e palestras nas escolas, instalação de bibliotecas e brinquedotecas e realização de concursos culturais sobre o tema Energia Elétrica.

Pelo alcance da iniciativa, a Bandeirante conquistou em 2005 o Prêmio Responsabilidade Social Empresarial do Alto do Tietê e o TOP Social da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB).

Bandeirante Educação

Público envolvido	2002	2003	2004	2005
Escolas	28	51	59	68
Alunos	16.200	21.800	20.390	20.500
Educadores	1.050	1.500	1.700	1.157
Voluntários	70	142	161	112
Empresas parceiras	12	28	31	14

Educação profissionalizante

A Ação Comunitária do Espírito Santo (Aces) recebe o apoio da Escelsa desde 1998 para a realização de cursos e oficinas dirigidos a adolescentes carentes. A Oficina de Iniciação Profissional – Perspectivas de Inserção no Processo Econômico compreende o curso Instalações Elétricas: Residencial/ Predial, que prepara jovens para a profissão de eletricitas.

Desenvolvido inicialmente na Casa do Menino, em Vila Velha, o curso expandiu-se para outros municípios da Grande Vitória e do interior do Estado do Espírito Santo, inclusive com treinamentos itinerantes realizados em entidades sociais. Além de base teórica e prática, os participantes recebem todo preparo para atuar como profissionais. Em 2005, formaram-se 108 jovens, número que se eleva a 770 nos últimos oito anos.

A Bandeirante apóia a Oficina dos Aprendiz, com a



instalação de um centro de profissionalização para jovens e adolescentes, e os projetos Educando para o Trabalho – que é uma contribuição para inclusão de jovens de 14 a 18 anos no mercado de trabalho –, e Ladrilhar, de capacitação para planejar, orientar e aplicar a arte do mosaico.

Apoio à infância e à adolescência

As ações desenvolvidas em benefício de crianças e adolescentes proporcionaram à Bandeirante, Escelsa e Enersul o título de Empresa Amiga da Criança, patrocinado pela Fundação Abrinq Pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Organização criada em 1990, ano da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Abrinq é mantida por empresas, pessoas e agências nacionais e internacionais que atuam pela causa da criança e do adolescente, assumindo compromissos de combater o trabalho infantil e promover educação, saúde, direitos civis e investimento social na criança e no adolescente. Entre as ações de 2005, a Enersul doou mil latas de leite em pó para a campanha de Combate à Fome e à Mortalidade de Crianças Indígenas nas aldeias de Dourados (MS).

A Escelsa assinou um termo de cooperação com o governo do Estado para dar apoio financeiro ao Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases). Com a ajuda da empresa, serão desenvolvidas atividades de educação, saúde e lazer para crianças e adolescentes carentes. Os recursos serão repassados ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Criad), que irá administrar sua destinação.

Cultura

Foram patrocinados vários projetos culturais, contando também com recursos da Lei Rouanet de incentivo à cultura, que proporcionaram a difusão das artes não só nas cidades das áreas de concessão das distribuidoras, mas também em outros locais do País, com o apoio institucional da Energias do Brasil.

A companhia patrocinou a exposição *Portugal Novo – Artistas de Hoje e Amanhã*. Realizada na Pinacoteca de São Paulo, em outubro e novembro, a mostra apresentou obras de artistas consagrados, com

carreira firmada sobretudo a partir dos anos 1970, além de outras propostas de artistas revelados já na década de 1990. A *holding* também patrocinou a 29ª edição da mostra bianual *Panorama da Arte Brasileira*, organizada pelo Museu de Arte Moderna (MAM), de outubro a dezembro de 2005. O patrocínio foi diretamente vinculado ao Prêmio Aquisição, pelo qual algumas das principais obras da exposição serão adquiridas em caráter permanente pelo MAM e os recursos destinados aos artistas.

O livro *Palácio de São Clemente*, obra que retrata a beleza da mansão construída para ser a residência oficial do embaixador português no Brasil e é hoje a residência oficial do cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, também contou com o patrocínio da Energias do Brasil.

Na Bandeirante, um dos destaques foi o projeto *Ler é uma Viagem*, de incentivo à leitura. A iniciativa prestigiou o Ano Ibero-americano de Leitura, instituído por Brasil, Espanha, Portugal e mais 20 países da América Latina. Estórias escritas por Monteiro Lobato são o centro da atenção do espetáculo lítero-musical apresentado pela cantora Elida Marques, com a participação dos músicos Nina Beatuh e Pedro Ribeiro. As apresentações ocorrem nas escolas que integram o programa Bandeirante Comunidade Educação.

Outra iniciativa foi o concurso fotográfico *Revele sua Cidade* – o melhor lugar é aqui, que motivou fotógrafos amadores das regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte a retratarem pontos pitorescos de suas cidades. Foram recebidas 2.900 inscrições e premiados 56 trabalhos (dois em cada cidade).

Foram ainda apoiados vários espetáculos teatrais, como *Noites Brancas*, encenado por Débora Falabella e Luiz Arthur; *O Gato Malhado* e *a Andorinha Sinhá*, peça infanto-juvenil produzida pelo Centro Cultural do Grupo Silvio Santos; *Prof. Gervásio* e *a Energia Elétrica*, com a Cia. Fábula da Fábula; além do espetáculo de dança *Anéis & Trama*, apresentado Cisne Negro Cia. de Dança.



Natal de Luz: Morada dos Baís - Campo Grande - MS

Além dos projetos desenvolvidos com o incentivo da Lei Rouanet, a empresa colabora com a Casa de Cultura Caipira Zé Mira, que resgata tradições da região do Vale do Paraíba. No espaço funcionam um salão de exposições, oficinas de vídeo, artesanato e música, além do Museu do Tropeiro. Em 2005, foram realizadas Rodas de Viola, sempre aos sábados, com a presença de artistas regionais. A Casa desenvolve uma série de ações educativas e culturais com a participação de escolas, universidades, grupos religiosos e a comunidade em geral.

Na Enersul, as principais ações envolveram o patrocínio ao Grupo de Dança Estoril, que divulga o folclore, a dança e as tradições da colônia portuguesa no Mato Grosso do Sul; da quinta edição da Mostra de Dança – Santuário Ecológico Pantanal, que integra a dança regional ao cenário nacional; de pesquisas do Instituto Histórico e Geográfico do Estado para o resgate da história de Mato Grosso do Sul; e a produção de dois projetos cinematográficos: Morro da Conceição e Preto no Branco.

A Escelsa patrocinou o projeto Pequenos Talentos – O Balé ao Alcance de Todos, criado e mantido pela Ação Comunitária do Espírito Santo (Aces). O grupo de dança foi concebido para mobilizar crianças, adolescentes e jovens em torno do aprendizado do balé, com a finalidade de formação técnica, criativa

e pedagógica. Em 2005, participaram 200 crianças e adolescentes de organizações sociais e escolas públicas. A empresa apoiou também o Vitória Cine Vídeo – Exibição, realizado em novembro, com sessões gratuitas de filmes e vídeos brasileiros, competição, premiação e debates, e considerado a maior mostra de curta-metragem do País.

Natal de Luz

As distribuidoras participaram, em 2005, do Natal de Luz, um programa da Eletrobrás de valorização de monumentos históricos e igrejas de todo o País. Além desses prédios, a iniciativa incentivou a decoração de fachadas das residências, lojas, hotéis e outros estabelecimentos comerciais.

A Bandeirante iluminou o Santuário Nossa Senhora Aparecida, no município de Aparecida, com a instalação de 100 mil microlâmpadas de cristal, formando imagens natalinas, nas quatro faces da torre da igreja.

A Enersul decorou a Morada dos Baís, residência de uma antiga família sul-mato-grossense. Considerada a primeira construção em dois pavimentos de Campo Grande, a casa é hoje sede do Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

A Escelsa iluminou seu escritório de atendimento, no centro de Vitória, um prédio histórico na capital capixaba. Além disso, há 10 anos a empresa monta e ilumina a Árvore de Natal de Vitória, com 35 metros de altura, localizada na Praça dos Namorados.

Proteção social

Ações desenvolvidas pela Bandeirante buscam o desenvolvimento de políticas de proteção social direcionadas ao atendimento de adolescentes e crianças em situação de risco pessoal e social. Esse apoio é resultado de um dos compromissos assumidos pela empresa, na busca pela melhoria da qualidade de vida da criança e do adolescente:



o de contribuir para Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, com o equivalente a 1% do Imposto de Renda devido, conforme estimativa de lucro tributável da empresa no exercício. A Enersul destinou recursos para três entidades reconhecidas pelo seu trabalho social em Campo Grande: a Apoio à Mãe Trabalhadora (Amat), do Bairro Aero Rancho, que oferece serviço de creche para mães carentes e abrigo para crianças abandonadas; a Associação São Gabriel – Anjos do Bem, que atende e trata 30 crianças e adolescentes portadores do vírus da Aids e oferece apoio aos familiares, e o Esquadrão da Vida, entidade que atua para a recuperação de adolescentes dependentes de drogas.

A Escelsa apoiou os seguintes eventos e iniciativas de cidadania e responsabilidade social: participação da União dos Escoteiros do Brasil na Feira da Paz; evento Mãos Solidárias, realizado pelo Movimento Capixaba de Voluntários e pelo Programa Bem Viver; elaboração por profissionais da Escelsa da planta arquitetônica do projeto Núcleo de Referência em Saúde para a Universidade Federal do Espírito Santo; Primeiro Espetáculo Solidário – Uma Noite de Chorinho, Solidariedade e Responsabilidade Social, realizado pelo Núcleo de Referência em Saúde; doação de 200 lembranças de natal para as crianças do Projeto Sarça – desenvolvida pela Igreja Presbiteriana de Vitória. As lembranças foram confeccionadas pelas colaboradoras da Escelsa que participam do Programa Saúde da Mulher, realizado pelo Serviço Social.

Voluntariado

As empresas apoiam e estimulam a participação dos colaboradores em atividades comunitárias destinadas às camadas mais carentes da população.

Na Bandeirante, os esforços se concentram no projeto Bandeirante Comunidade Educação, que, em 2005, envolveu 112 colaboradores, que representam cerca de 10% do quadro de pessoal. A empresa distribui o Manual do Voluntário, que apresenta e explica a função e o papel da pessoa que se dispõe a colaborar com a comunidade. Os colaboradores também possuem o guia *Ética para Viver*, que, entre outros pontos, ressalta a importância de discutir assuntos cívicos e participar de eventos comunitários.

Na Enersul, 620 colaboradores (72% do quadro de pessoal) optaram em 2005 por realizar ações de voluntariado como uma de suas cinco metas individuais de Avaliação de Desempenho. Durante o ano, eles se integraram em várias ações, como a quarta campanha Mac Dia Feliz, promovida em benefício da Associação dos Amigos das Crianças com Câncer (AACC). Os colaboradores adquiriram 977 camisetas promocionais e participaram da terceira festa junina patrocinada pela empresa, em benefício do tratamento do câncer infantil.

Também doaram brinquedos e ovos de Páscoa para crianças do Clube de Mães do Núcleo Habitacional e Associação das Mães Trabalhadoras do Aero Rancho e outras entidades assistenciais; arrecadaram 745,3 quilos de alimentos não-perecíveis para a campanha Quem Pode Ajudar a Ásia, e confeccionaram 200 lembranças de Natal para as crianças do projeto Sarça, da Igreja Presbiteriana de Vitória. Além disso, um grupo de colaboradores contribuiu financeiramente para proporcionar reforço escolar a 87 crianças carentes, reduzindo assim a repetência escolar.

Já o Plano de Comprometimento Comunitário da Escelsa contou, em 2005, com a participação de 983 colaboradores (85% do total), que atuaram como voluntários em igrejas, escolas, centros comunitários, associações diversas, com a prestação de algum tipo de serviço ou de doações.

Cidadania

Em 2005, a Escelsa participou do Conselho Empresarial de Cidadania, vinculado à Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes). Compõem o Conselho diversas empresas e entidades capixabas, como Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Companhia Vale do Rio Doce, Samarco, Aracruz Celulose, Aces e Correios. Seus representantes se reúnem com o objetivo de trocar experiências, expor idéias e elaborar eventos relacionados à responsabilidade social.

A close-up, low-angle shot of a woman in a shower. She is looking upwards with her eyes closed and a joyful smile on her face. Water is spraying over her head and face, creating a dynamic, high-contrast scene. The lighting is warm and golden, highlighting the texture of the water droplets and the woman's skin. Her hands are visible near her neck, and she appears to be wearing a dark-colored top.

**Sorriso de
bem-estar.**



Prêmios e reconhecimentos

Informações corporativas

Prêmios e reconhecimentos

Empresa	Prêmio	Categoria	Outorgante
 energias do brasil	Ranking de Oferta de Ações de 2005 - terceira melhor	Oferta Inicial	InfoMoney
 energias do brasil	Prêmio de Excelência Gráfica Fernando Pini	Melhor Relatório Anual 2004/2005	Associação Brasileira da Indústria Gráfica
 bandeirante	Prêmio Responsabilidade Social Empresarial do Alto do Tietê	Programa Bandeirante Comunidade Educação	Jornal Mogi News
 bandeirante	TOP Social	Programa Bandeirante Comunidade Educação	Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB).
 escelsa	4ª Maior Empresa do Espírito Santo	150 Maiores Empresas do Espírito Santo	Findes
 escelsa	3ª Finalista	Prêmio Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional	Fundação Coge
 escelsa	Diploma Categoria Prata	Prêmio Qualidade Espírito Santo	Compete
 enersul	Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia 2005.	Empresas de Distribuição de Médio Porte	Procel
 enersul	Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho - MS	—	Sesi/MS
 enersul	Melhor distribuidora das Regiões Norte e Centro-oeste do Brasil	Satisfação do cliente	Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee)
 enersul	Melhor distribuidora da Região Centro-oeste	Empresa da região Centro -Oeste	Revista Eletricidade Moderna
 enertrade	Melhor empresa do setor de energia elétrica	—	Valor 1000 – Jornal Valor Econômico

Informações corporativas

Conselho de Administração

Jorge Manuel de Oliveira Godinho – **Presidente**
Antônio Fernando Melo Martins da Costa
Antonio José Sellare
Arnaldo Pedro Figuerôa Navarro Machado
Francisco Roberto André Gros
José Luiz Alquéres
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Modesto Souza Barros Carvalhosa
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

Diretoria

Antônio Fernando Melo Martins da Costa
Diretor Presidente
Antônio Eduardo da Silva Oliva
Diretor Vice-Presidente de Distribuição e Serviços Técnicos
Antonio José Sellare
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro
Diretor Vice-Presidente de Comercialização
Custódio Alexandre Rouxinol Miguens
Diretor Vice-Presidente de Geração e Meio Ambiente
João José Gomes de Aguiar
Diretor Vice-Presidente de Distribuição e Serviços Comerciais

Relações com investidores

Vasco Barcellos – Diretor
Carlos Alberto B. Lazar – Gerente
(55) 11 2185-5907 / 5825
Rua Bandeira Paulista, 530
04532-001 - Chácara Itaim – São Paulo SP
ri@energiasdobrasil.com.br

Código de negociação na Bovespa: ENBR3

Atendimento aos acionistas

Banco Itaú
Departamento de Atendimento Unificado
(55) 11 5029-7780
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 - 10º andar
Torre Eudoro Villela
04344-902 - São Paulo - SP

Formador de Mercado

Agora Sênior Corretora de Valores S.A.

Auditores Independentes

KPMG

Jornais de publicação

Diário Oficial do Estado de São Paulo
Valor Econômico



Vertedouro de Peixe Angical